

REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO E CULTURA NA SERRA FLUMINENSE

MARCELA DO NASCIMENTO PADILHA
RAFAEL ÂNGELO FORTUNATO
THIAGO FERREIRA PINHEIRO DIAS PEREIRA
(organizadores)

2021

REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO E CULTURA NA SERRA FLUMINENSE

REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO E CULTURA NA SERRA FLUMINENSE

MARCELA DO NASCIMENTO PADILHA
RAFAEL ÂNGELO FORTUNATO
THIAGO FERREIRA PINHEIRO DIAS PEREIRA
(organizadores)

EDITORA

EDTUR UERJ

Editora IOLE / EDTur

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.





EXPEDIENTE

Revisão
Francisleile Lima Nascimento
Rita de Cássia de Oliveira Ferreira

Capa
Abinadabe Pascoal dos Santos
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Rita de Cássia de Oliveira Ferreira

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Pa2 PADILHA, Marcela do Nascimento; FORTUNATO, Rafael Ângelo; PEREIRA, Thiago Ferreira Pinheiro Dias (organizadores).

Reflexões sobre Educação e Cultura na Serra Fluminense. Boa Vista: Editora IOLE / Rio de Janeiro: EdTur, 2021, 203 p.

Série: Ciências Ambientais. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-993759-9-6
https://doi.org/10.5281/zenodo.5602486

1 - Cultura. 2 - Educação. 3 - Teresópolis. 4 - Serra Fluminense.
I - Título. II - Padilha, Marcela do Nascimento. III - Ciências Sociais. IV - Série

CDD – 300

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.



EDITORIAL

A editora IOLE e a Editora do Departamento de Turismo (EDTur) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) têm o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações desenvolvidas em parceria pela editora IOLE e a EDTur têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e da *práxis* no campo epistemológico do Turismo e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da EDTur ou da editora IOLE, sendo esta responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capilarização para seu potencial público leitor, o presente livro é publicado em parceria pelas editoras IOLE e EDTur nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

Prof. Dr. Vitor Stuart Gabriel de Pieri

PREFÁCIO

Florescendo nas Serras Fluminenses

Este livro retrata o florescimento de boas ideias geradas com a chegada do Departamento de Turismo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em Teresópolis/RJ.

A abertura do curso de Graduação em Turismo e a posterior criação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial (PPGDT-UERJ) expandiram o Ensino Superior no município de Teresópolis. Mas não foi só isso! Trouxeram possibilidades de, através do Ensino Público, abrir novos diálogos em toda a Região Serrana Fluminense, potencializando a produção acadêmica local em temas relevantes para a construção de cidades social e ambientalmente mais justas.

A UERJ, universidade reconhecida por seu engajamento social e a qualidade de seu ensino acadêmico, foi muito feliz ao propor uma Pós-Graduação que tem potencial de abarcar, virtualmente, a maioria das formações profissionais que atuam na Região Serrana se tornando imediatamente, ao ser criada, foco de interesse de todos aqueles que pretendem se aprimorar profissionalmente e ao mesmo tempo produzir novas possibilidades para a região. Prova disso é a grande procura pelo curso!

Qual não foi a nossa satisfação, como professores, ao encontrar já nesta primeira turma, colegas de debates, ex-alunos de graduação e profissionais com os mais variados perfis de engajamento no território. Muitos destes, ora autores na presente publicação, são pessoas com quem já temos compartilhado ambientes acadêmicos, fóruns de participação popular e com quem muito já vimos trocando experiências e profícuos aprendizados.

Esta primeira produção coletiva do PPGDT-UERJ, no formato de artigos e resumos expandidos, elabora parte dos aprendizados e debates proporcionados pelos encontros, aulas e reflexões numa rica coletânea temática. Anuncia também um novo tempo a partir do estabelecimento deste curso na região. O livro passeia por temas como o racismo ambiental, a inovação tecnológica, patrimônio histórico, educação integral, o potencial e as alternativas ao desenvolvimento urbano e rural em parte dos municípios das serras fluminenses mostrando o ecletismo do curso. E, de forma muito natural, explora metodologias diversas (como por exemplo: a revisão bibliográfica, a pesquisa-ação e a interpretação da paisagem) para caracterizar questões do turismo, da indústria, da educação e outras, aliando o tema do Desenvolvimento Territorial, em suas várias facetas, ao contexto das realidades locais.

Vale lembrar que a íntegra das apresentações, desta primeira turma, está registrada na I Jornada para o Desenvolvimento Territorial e Inovação da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro e disponível através do Canal "Portal Territórios em Movimento UERJ", por onde foi transmitida ao vivo em setembro de 2020. Se, por um lado, a pandemia da COVID-19 ainda nos assusta diariamente e impõe restrições que jamais teríamos imaginado anteriormente, por outro a Coordenação da Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial do Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, teve a sensibilidade e serenidade para, num momento tão difícil, conseguir avançar com docentes e discentes deixando os resultados disponíveis tanto em vídeo quanto nos textos ora oferecidos por suas autoras e autores.

Hoje nós agradecemos aos organizadores pelo convite para escrever esta modesta abertura que vos oferecemos e também à Coordenação do Curso do PPGDT-UERJ pelo convite a compor o corpo docente desta admirável instituição. Isto para nós é um prazer não apenas por sermos todos colegas em tantas frentes e atividades

no cotidiano, mas também porque esta publicação inaugura, no referido curso, a realização de um sonho, há tempos sonhado, e que agora começa a se tornar realidade: o de ser Teresópolis um importante polo de compartilhamento e irradiador de ideias e debates feitos a partir da teoria, da prática e das leituras de suas próprias realidades e histórias.

A caminhada não termina aqui, pelo contrário, está apenas começando. E não poderia ser mais simbólico e emblemático o primeiro livro deste curso ficar pronto exatamente no centenário de um dos maiores educadores de todos os tempos. Paulo Freire nos ofereceu tantas reflexões que não caberiam num texto tão singelo. Mas dentre as várias lembranças que o Patrono da Educação Brasileira nos traz, e do momento tão desafiador de nossa existência, relembramos que a práxis implica na ação e reflexão das pessoas sobre o mundo para transformá-lo!

Que a UERJ continue dialogando, transformando a todas e todos que se interessarem em participar deste movimento coletivo e transformando a si mesma num diálogo contínuo com a comunidade e com as múltiplas referências que formam o curso do PPGDT. Que a leitura desta obra seja um pequeno mergulho neste curso e que o sucesso acompanhe a todas e todos! Sempre!

Tatiana Calandrino Maranhão

Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO)

Jorge Luiz do Nascimento

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Dedicamos esta obra ao
saudoso Jonas Alves
(in memoriam)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO | 15

CAPÍTULO 1 |
Patrimônio Histórico e Desenvolvimento Territorial: Uma Análise do Centro Histórico de Teresópolis – RJ 21

CAPÍTULO 2 |
Território Educativo e Educação Integral no Campo: O Caso da Escola Municipal Rui Barbosa, em Teresópolis/RJ 53

CAPÍTULO 3 |
Racismo Ambiental e Estratégias de Superação para o Desenvolvimento Territorial em Santa Cecília, Teresópolis/RJ 83

CAPÍTULO 4 |
Percepção da Qualidade dos Espaços Públicos de Lazer de Teresópolis/RJ 95

CAPÍTULO 5 |
Podcast para o Desenvolvimento Territorial é Possível? 121

CAPÍTULO 6 |
Ensino de Programação, Ambientes de Inovação e o Desenvolvimento Econômico de Teresópolis/RJ 143

CAPÍTULO 7 |
Empreendedorismo na Educação Básica: Estudo de Caso do Projeto Jovens Empreendedores Primeiros Passos 177

SOBRE OS AUTORES | 191

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

O curso de Especialização em Desenvolvimento Territorial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que tem seu campus na cidade de Teresópolis, foi pensado por professoras/es e pesquisadoras/es de diferentes instituições de ensino e pesquisa, bem como estudantes e servidoras/es do Departamento de Turismo da UERJ. Sua criação ocorreu em 2018 e a primeira turma teve início no primeiro semestre de 2019. O objetivo era atrair profissionais de diferentes formações que, por meio de uma perspectiva transdisciplinar sustentada pelos pilares da Cultura, Educação, Meio Ambiente e Economia, pudessem identificar problemas socioambientais de Teresópolis e demais municípios da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro e elaborar estratégias para a resolução dos mesmos.

Este livro de coletânea reúne, portanto, os resultados dos estudos, reflexões, debates e ações da primeira turma do curso. São trabalhos que trazem sugestões de possíveis caminhos para um desenvolvimento territorial de Teresópolis e municípios vizinhos, tocando em temas de grande relevância, como patrimônio histórico, espaços públicos de lazer, educação integral, divulgação científica, racismo ambiental, inovação e empreendedorismo social.

Os artigos e resumos expandidos feitos pelas/os estudantes em parceria com suas orientadoras e seus orientadores foram apresentados na I Jornada para o Desenvolvimento Territorial e Inovação na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, ocorrida em setembro de 2020 de maneira remota. Os trabalhos destacam técnicas, conceitos e metodologias das áreas da Educação e da Cultura voltados para a análise de problemáticas e apresentação de propostas capazes de contribuir com o planejamento de ações que

visem à melhoria da qualidade de vida dos territórios fluminenses em diferentes escalas.

Carlos Artur Esteves Gomes dos Santos, historiador e turismólogo, e seu orientador, Prof. Rafael Ângelo Fortunato, nos trazem o artigo "Patrimônio Histórico e Desenvolvimento Territorial: uma análise do Centro Histórico de Teresópolis – RJ" onde percorrem os caminhos legais pelos quais o patrimônio histórico passou na França e no Brasil, dando foco ao caso do estado do Rio de Janeiro e, por fim, à cidade de Teresópolis, sobre a qual analisa a apropriação de seu patrimônio cultural pelo turismo e como esta atividade pode contribuir com o desenvolvimento territorial local.

O pedagogo Guilherme Machado Ferreira, sua orientadora Prof.ª Marcela do Nascimento Padilha e seu co-orientador Prof. Rafael Ângelo Fortunato nos apresentam o artigo "Território Educativo e Educação Integral no Campo: o caso da Escola Municipal Rui Barbosa, em Teresópolis/RJ", construído a partir da vivência de Guilherme como morador e professor na zona rural do município de Teresópolis. O texto discute a importância de se trabalhar o território na escola dentro de uma perspectiva de educação integral, voltada para a formação ampla dos estudantes enquanto pessoas e cidadãos.

A professora de Biologia Jéssica Alves Coelho e seu orientador Prof. Rafael Ângelo Fortunato nos apresentam o resumo expandido do trabalho "Racismo Ambiental e Estratégias de Superação para o Desenvolvimento Territorial em Santa Cecília, Teresópolis/RJ", no qual abordam o racismo ambiental – tema ainda pouco explorado – no bairro de Santa Cecília, na cidade de Teresópolis, verificando as iniciativas locais capazes de contribuir com o desenvolvimento territorial.

O biólogo e professor Matheus de Sá Freitas Tavares e sua orientadora, Prof.ª Marcela do Nascimento Padilha, apresentam o artigo "Percepção da Qualidade dos Espaços Públicos de Lazer de Teresópolis/RJ", no qual partem do princípio de que os espaços públicos de lazer são fundamentais para a saúde mental dos seus usuários, bem como para a qualidade de vida da cidade, e nos mostram um levantamento sobre a quantidade e a qualidade dos espaços públicos de lazer da cidade de Teresópolis, bem como o que pensam seus frequentadores sobre eles.

A dentista Monique da Costa Sandin Bartole junto com seu orientador Prof. Rafael Ângelo Fortunato nos trazem o trabalho "*Podcast* para o desenvolvimento territorial é possível?", no qual apresentam o *podcast* como uma ferramenta capaz de promover a divulgação científica e a comunicação necessária entre universidade e sociedade, sendo, portanto, um poderoso instrumento da educação.

O comunicólogo Vinícius Oberg Guedes e sua orientadora Prof.ª Marcela do Nascimento Padilha apresentam o trabalho "Ensino de Programação, Ambientes de Inovação e o Desenvolvimento Econômico de Teresópolis/RJ", que teve como objetivo oferecer uma visão ampla sobre o tripé educação, tecnologia e desenvolvimento econômico voltando-se para a realidade de Teresópolis e apoiando o setor público, empresas e universidades no desenvolvimento de políticas públicas.

O professor de História Washington Mario da Silva Oliveira traz o resumo expandido do trabalho "Empreendedorismo na educação básica: estudo de caso do projeto Jovens Empreendedores Primeiros Passos", orientado pela Prof.ª Marcela do Nascimento Padilha, cujo foco foi a análise de um projeto de empreendedorismo colocado em prática nas turmas de ensino fundamental de uma escola pública de Nova Friburgo, na Região Serrana do estado do Rio de Janeiro.

O livro traz, portanto, importantes reflexões sobre problemáticas identificadas no município de Teresópolis e em outros territórios da Região Serrana do Rio de Janeiro, direcionadas para assuntos envolvidos com os campos da Educação e da Cultura, além de apresentar sugestões capazes de contribuir para o planejamento e a gestão intersetorial, voltados para um desenvolvimento que de fato respeite a natureza e os povos locais.

Marcela do Nascimento Padilha
Rafael Ângelo Fortunato
Thiago Ferreira Pinheiro Dias Pereira

(organizadores)

CAPÍTULO 1

Patrimônio Histórico e Desenvolvimento Territorial: Uma Análise do Centro Histórico de Teresópolis – RJ

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UMA ANÁLISE DO CENTRO HISTÓRICO DE TERESÓPOLIS – RJ

Carlos Artur Esteves Gomes dos Santos

Rafael Ângelo Fortunato

Os estudos referentes aos usos do patrimônio histórico para o desenvolvimento turísticos têm crescido nos últimos anos e apresentam-se como relevantes para compreendermos as dinâmicas territoriais nos espaços estudados.

Para realização dessa pesquisa trabalha-se com entrevistas semiestruturadas, onde foram entrevistados a secretária municipal de turismo e de cultura, o diretor da Casa da Memória Arthur Dalmaso e do Serviço de Patrimônio Histórico de Teresópolis, o historiador da Câmara Municipal de Teresópolis, a ex – diretora do Serviço de Patrimônio Histórico de Teresópolis e da Casa da Memória Arthur Dalmaso e trabalhamos também com a observação direta.

Na primeira parte apresentam-se as políticas públicas referentes à preservação dos patrimônios históricos no Brasil e no mundo, começando com as origens das políticas públicas para o patrimônio histórico na França, partindo em seguida para as primeiras políticas para o patrimônio no Brasil, depois no estado do Rio de Janeiro e por fim para Teresópolis. Já na segunda parte, iremos discorrer acerca do turismo, patrimônio histórico e desenvolvimento territorial. Na terceira e última parte apresenta-se o centro histórico de Teresópolis e as possibilidades do desenvolvimento territorial.

POLÍTICAS PÚBLICAS E PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS

No Brasil, "embora haja um crescimento de trabalhos voltados para a análise de políticas públicas [...] ainda não se observou a constituição de uma subárea" (MIRANDA; OLIVEIRA; PAES, 2005, p. 3), os trabalhos sobre políticas públicas ainda são incipientes, existindo apenas alguns livros a respeito e artigos científicos, e no caso relativo ao tema patrimônio histórico são quase inexistentes, visto esta temática e as pesquisas sobre políticas públicas na referida área serem recentes em nosso país dentro do meio acadêmico, meio o qual ainda mantém uma certa resistência a multidisciplinaridade em pesquisas acadêmicas. De acordo com Farias:

> Pode parecer contraditório o fato de a nova ênfase dada à avaliação de políticas públicas no Brasil aparentemente não ter despertado um interesse equivalente por parte da comunidade acadêmica dos analistas de políticas públicas, notadamente nas áreas da ciência política e da sociologia, no sentido de se abrir novas frentes de investigação (FARIA, 2005, p. 100).

Todavia, os estudos no que tangem a administração públicas remetem aos anos 1970 e 1980 no Brasil, existindo alguns periódicos que abordam a questão e no caso que ora estamos analisando, pouca atenção foi dada por parte da classe política pelo tema e em alguns casos não houve referência direta ou indireta da temática nas campanhas políticas. Para di Giovanni o conceito de política pública:

> vai além da ideia de que uma política pública é simplesmente uma intervenção do Estado numa situação social considerada problemática. Mais do que isso, [...] a política pública como uma forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade, entendida aqui num sentido amplo, que inclui as relações sociais travadas também no campo da economia. [...] também, que é exatamente nessa interação que se definem as situações sociais consideradas problemáticas, bem como as formas, os conteúdos, os meios, os sentidos e as modalidades de intervenção estatal (GIOVANNI, 2009, p. 2).

Analisando a citação do autor, percebemos que a política pública na atualidade deve ser feita não somente pelo poder público, mas em conjunto com a sociedade civil, pois sem a participação popular nenhuma política pública tem êxito e irão impactar nas vidas de muitas pessoas, dizendo-lhes respeito e sobremodo são as que conhecem os problemas relativos à realidade e poderão ajudar na formulação de soluções para resolver determinado problema dentro das políticas públicas. Porém, o que vemos muitas vezes é o contrário disso: o Poder Público fazendo pouco ou tomando as decisões sozinho, deixando de fora a sociedade civil, impedindo a participação desta e o exercício da cidadania, se valendo dos mais diversos mecanismos, desde a não divulgação nos meios de comunicação até o uso da força. Isto se deve segundo Di Giovanni por causa do "corporativismo, o mandonismo local, o coronelismo, o populismo, como outras formas políticas concorrentes ou até mesmo coexistentes" (DI GIOVANNI, 2009, p. 3). Estas estruturas políticas, apesar de terem sido muito comuns no passado brasileiro, ainda estão entranhadas na memória coletiva (HALBWACHS, 2006) nacional, vindo à tona em determinadas situações. No caso do coronelismo (LEAL, 2012) ou mandonismo local apesar de ter sido

fenômeno recorrente em parte do século XIX e entre 1889 a 1930, ainda está presente em nossos dias, entrementes com novas roupagens este neocoronelismo dentro das políticas públicas brasileiras. As políticas públicas de preservação do patrimônio histórico de acordo com Maria de Lourdes Pereira e Luciana Altavilla Machado surgiram:

> como resposta aos processos de globalização, descentralização e reforma do Estado, as políticas públicas urbanas passaram por grandes modificações a partir da última década do século XX. De um lado, a adoção de novos dispositivos legais e interinstitucionais, bem como a multiplicação de interlocutores — dentre os quais destaca-se a preponderância das comunidades — demandam alterações nas políticas de gestão do patrimônio cultural, urbano e ambiental, como também a "aprendizagem" de novos modos de ação pública que se ligam às temáticas da cidadania local e do desenvolvimento territorial (MACHADO, 2008, p. 10-11).

Sobre o início das políticas públicas voltadas a proteção do patrimônio histórico, uma das hipóteses é de que esta surgiu na França. Durante a Revolução Francesa (1789), muitos bens foram destruídos na intenção de apagar os resquícios da antiga monarquia absolutista assim como seus símbolos. Os bens da coroa, dos nobres e dos emigrados foram confiscados pelo comitê revolucionário, bens estes que de antigos símbolos de poder da realeza foram metamorfoseados em bens nacionais, devendo agora serem preservados da destruição e sobremodo como símbolos da nacionalidade recém-nascida, sendo "um dos primeiros atos da Constituinte, em 2 de outubro de 1789, foi colocar os bens do clero "à disposição da nação". (CHOAY, 2001, p. 98). Além disso ainda

de acordo com Françoise Choay: "O valor primário do tesouro assim devolvido ao povo é econômico. Os responsáveis adotam imediatamente, para designa-lo e gerencia-lo, a metáfora do espólio. Palavras-chave como: herança, sucessão, patrimônio e conservação" (CHOAY, 2001, p. 98). Desse modo dentro do âmbito jurídico e histórico, surgem novos termos como patrimônio por exemplo, que passará a significar conjunto de bens que constituem a identidade da uma nação a serem resguardados e preservados para as novas gerações. Outro mecanismo que irá surgir é o de tombamento, que é o procedimento administrativo-jurídico para proteger determinado bem ou conjunto de bens. Dominique Poulot nos diz que "o patrimônio se define, ao mesmo tempo, pela realidade física de seus objetos, pelo valor estético e, na maioria das vezes, documental, além de ilustrativo, inclusive de reconhecimento sentimental que lhes atribui o saber comum" (POULOT, 2009, p. 13).

O período que estamos tratando, a concepção de patrimônio era voltada somente para o patrimônio material, sendo o intangível ignorado e/ou deixado de fora nessa relação. Nesta época surge uma instituição que será copiada por diversos outros países, como o foram também as concepções relativas ao patrimônio histórico, instituição que se chamará museu e que terá como atribuições "servir a instrução da nação, reunindo obras de arte, além de, em consonância com o espirito enciclopedista [...] ensinar civismo, história, assim como as competências artísticas e técnicas" (CHOAY, 2001, p. 101). No século XIX outros países seguirão o exemplo francês e no século XX os países ditos subdesenvolvidos, os quais assim como a França usaram os museus para a preservação de suas memórias e também para a educação de suas populações, incutindo nelas os sentimentos de nacionalidade, sendo instrumentos dos governos e dos grupos dominantes para reafirmarem seu poder político, social e econômico. As concepções de patrimônio imaterial e de patrimônio natural vão surgir somente no século XX, assim como os debates referentes a estas e políticas públicas visando sua

proteção e salvaguarda e "os Estados-nação modernos incorporam leituras tradicionais na consolidação da memória e da identidade nacionais, consideradas como instrumentos legítimos na formação de seus cidadãos" (MAIA, 2010, p. 207). O Brasil seguirá por este caminho para mostrar aos outros países, com ênfase para os países da Europa, principalmente a França, de que é uma nação moderna com valores modernos. Para isso, um grupo de intelectuais dará origem a Semana de Arte Moderna de 1922, movimento que irá buscar uma ruptura com o passado, seus valores, e mentalidades, mas ao mesmo tempo um resgate cultural e histórico com a redescoberta do barroco, considerados um dos marcos originários da nacionalidade brasileira e a criação de uma nova ideologia e mentalidade. O movimento modernista foi uma das bases da criação da lei de proteção ao patrimônio histórico e do órgão relativo a proteção do patrimônio histórico.

Em nosso país, as primeiras políticas públicas voltadas a proteção do patrimônio histórico datam dos anos 1930 e "a nacionalidade brasileira seria forjada através da descrição de elementos singulares como a língua, a composição étnica, a conquista territorial, os fatos históricos, a literatura, a arquitetura". (OLIVEIRA *apud* MARTINS; SANGLARD, 2010, p. 207), além de que o nacionalismo seria uma das bases dos grupos políticos de centro, esquerda e da direita, para legitimarem seus objetivos e ideologias, consolidando uma espécie de poder simbólico (BOURDIEU, 1989), tendência que predominará nas políticas públicas votadas ao patrimônio histórico até meados dos anos 1970. No ano de 1935, foi assinado por vários países, incluindo o Brasil, o Pacto de Roerich, pacto que visava a proteção dos museus, instituições artísticas e científicas, monumentos históricos da deterioração e destruição, principalmente em tempos de guerra, onde consta nos seus oito artigos menções acerca disso (nos anos 1950 o pacto servirá de base para a convenção UNESCO criar estatuto acerca dos conflitos armados e os patrimônios históricos). O pacto

pode ter sido possivelmente um dos instrumentos de políticas públicas que viriam a influenciar na criação do Decreto Lei 25/1937 que protege os patrimônios históricos no Brasil. Ainda no ano de 1935, surge o Departamento de Cultura da cidade de São Paulo, primeiro órgão no país a cuidar especificamente da elaboração das políticas públicas de cultura, sendo um dos seus criadores o escritor e folclorista Mário de Andrade que trabalhou dentro do organismo criado. Todavia, nos anos 1920, houveram iniciativas de projetos referentes a proteção ao patrimônio histórico e de acordo com Chuva:

> Os projetos de lei encaminhados ao Congresso Federal foram: do pernambucano Luiz Cedro, em 1923, visando a organização da defesa dos monumentos históricos e artísticos do País; o do mineiro Augusto de Lima Júnior em 1924, visando a proibição de saída do País de obras de arte tradicional; o do baiano José Wanderley de Araújo Pinho, em 1930, reapresentado em 1935, visando a criação de uma Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais, não chegando, contudo, a ser votado em nenhuma das ocasiões (CHUVA, 2009, p. 155).

Em 1936, Mário de Andrade foi convidado por Gustavo Capanema, para criar o anteprojeto de lei para a proteção aos patrimônios históricos no país. No ano seguinte, foi instituído o Decreto Lei 25 e foi criado o SPAN (Serviço de Patrimônio Artístico Nacional), órgão que seria em 1941 o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e atualmente é o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). No anteprojeto, Andrade citava a proteção não somente aos patrimônios materiais, mas também aos patrimônios imateriais ou intangíveis, mas quando o Decreto Lei 25 foi aprovado, a parte relativa ao

patrimônio imaterial não saiu no decreto. Naquele período histórico as prioridades de políticas públicas para proteção eram os bens culturais materiais como as antigas fazendas da época da Colônia e do Império e as igrejas barrocas do século XVIII. Somente no final dos anos 1960 com a instalação do Conselho Federal de Cultural no período da ditadura militar, é que os debates sobre patrimônio imaterial voltariam à tona e que se intensificariam nos anos 1970 com as atuações do gestor cultural Aloísio Magalhães, um dos criadores do Centro Nacional de Referências Culturais e da Fundação Pró-memória da qual seria gestor, que desenvolveriam diversos estudos e pesquisas relativos aos patrimônios imateriais (a lei de registro dos patrimônios imateriais no entanto sairia somente no ano 2000 com a lei 3551). No fim dos anos 1960, também seria criado o INEPAC (Instituto Estadual do Patrimônio Artístico Cultural), órgão a nível estadual de proteção ao patrimônio do Estado do Rio de Janeiro, surgindo sobremodo o Conselho Estadual de Cultura e o Conselho de Tombamento. Já nos anos 1980 seria criado o Ministério da Cultura (1985), que seria um dos responsáveis pelas políticas públicas acerca dos patrimônios históricos, formulando diretrizes e estratégias de preservação dos mesmos. Em 1988, foi instalada a Assembleia Constituinte que criou uma nova constituição e no artigo 215, Seção II, inciso I fala sobre a valorização assim como a defesa do patrimônio cultural do Brasil, e o artigo 216 discorre sobre a questão do patrimônio histórico. O referido artigo trata da questão do patrimônio cultural nacional, material e imaterial, assim como dos grupos formadores de nossas identidades, saberes e fazeres, aborda também sobre a proteção destes bens pelo Poder Público em parceira com a sociedade, registro e tombamento destes.

Este artigo da constituição passa a visão do que seria patrimônio histórico, de acordo com as visões dos agentes públicos/políticos que a elaboraram, que junto com a participação cidadã da sociedade civil seriam guardiãs destes bens e das

respectivas memórias, da elaboração de políticas públicas da área. No entanto, nesta época, os conselhos de cultura nas três esferas da União (União, Estados e Municípios) não eram eleitos, mas sim indicados pelos gestores públicos (Ministro e Secretários de Cultura) ou por outros políticos (Presidente, Governadores, Deputados, Senadores, Prefeitos e Vereadores) sendo escolhidos muitas vezes membros das elites intelectuais e econômicas, deixando de fora os artistas provenientes das camadas menos abastadas da população. "O direito à cultura está garantido na Constituição Federal, nas constituições estaduais e em muitas leis orgânicas municipais. O desafio que se impõe é tornar a lei realidade" (CALABRE, 2007-2008, p. 58). Ou seja, na teoria os direitos a cultura, isso falando sobremodo do direito a memória e ao usufruto dos patrimônios históricos, mas na prática existem exclusão e a omissão quanto a preservação e respectiva salvaguarda. No Estatuto das cidades Lei 10.257/2001 também encontramos referências ao patrimônio histórico no artigo 2° inciso XII discorre sobre "proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico". (ESTATUTO DAS CIDADES, 2001, p. 17). Neste caso o referido estatuto visa as questões voltadas ao patrimônio histórico do ponto de vista territorial e urbanístico, visando ao desenvolvimento sustentável e ao ordenamento urbano. Outro instrumento para normatização das políticas públicas de cultura é o SNC (Sistema Nacional de Cultura cujo principal objetivo é "fortalecer institucionalmente as políticas culturais da União, Estados e Municípios, com a participação da sociedade. Todavia, as políticas públicas ainda ocupam posição periférica, [...] além de serem conduzidas de forma pouco profissional" (GUIA DE ORIENTAÇÕES PARA OS MUNICÍPIOS, 2011, p. 19). O Sistema Nacional de Cultura é composto por: Conselho de Políticas Culturais, Fundo e Plano de Cultura, sendo este sistema seguido por

Estados e Municípios nas formulações de suas respectivas políticas públicas de cultura.

Na cidade de Teresópolis RJ, os primeiros registros acerca de políticas públicas na área do patrimônio histórico datam da metade dos anos 1980. Em 1986, foi criado o Conselho Municipal de Cultura, onde os membros para composição do conselho foram escolhidos pela classe política local daquele tempo, membros os quais eram os expoentes culturais do município. Em depoimento dado ao autor, a ex-chefe do Serviço da Divisão de Patrimônio Histórico de Teresópolis e ex-Secretária do Conselho de Cultura de Teresópolis) nos conta que:

> Em 1987, foi criada a Secretaria de Cultura, no ano de 1988, assume como Secretária de Cultura, a professora Marionor de Mello Couto, que convidou – me para assumir o cargo de Chefe do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural e que o setor tem por competência preservar e divulgar a história de Teresópolis, através da valorização dos bens históricos, artísticos, paisagísticos e arquitetônicos (DEPOIMENTO, 2019).

A mesma ainda nos relata também sobre as atividades do Serviço da Divisão de Patrimônio Histórico de Teresópolis que Conseguimos ao longo dos 20 anos de trabalho vários tombamentos de bens culturais como a da Casa da Memória Arthur Dalmaso, da casa do poeta Olegário Mariano, do Várzea Palace Hotel, além do atendimento ao público para pesquisas, realização de exposições artísticas e culturais, restauro de mapas e documentos históricos e a criação da biblioteca de acervos históricos, entre outros.

O Serviço de Patrimônio Histórico conseguiu alguns progressos no que concerne a proteção dos patrimônios históricos

locais, porém ainda muitas são as dificuldades encontradas. Para o atual gestor do Serviço de Patrimônio, muitas são as dificuldades encontradas acerca da gestão destes patrimônios, e da Casa da memória Arthur Dalmaso onde se encontra atualmente a sede do mencionado órgão. O atual diretor da Casa da Memória e da Divisão de Patrimônio Histórico nos relata que a Casa da Memória é um espaço com muito potencial e que "infelizmente o INEPAC não dá a atenção necessária, e tristeza também pela população de Teresópolis ainda não ter "descoberto" o espaço para conhecerem um pouco de si próprios e por não ocuparem o espaço que é deles e infelizmente desde a abertura não alcançamos nem 10% da população" (entrevista concedida ao autor, 2019). Através da fala do nosso entrevistado, conseguimos perceber o enorme potencial dos patrimônios históricos de Teresópolis, e que estes são mal aproveitados em todo seu potencial e pouco divulgados entre a população da cidade, a qual não se identifica com estes patrimônios, fora a omissão dos órgãos Públicos que deveriam zelar pelos mesmos. O Plano Diretor de Teresópolis em seus artigos 2º, 3º, 5º e no artigo 7º versam sobre a preservação do patrimônio histórico e da preservação, do resgate da identidade cultural e valorização da mesma, assim como na Lei Orgânica do município e no Código de Posturas municipal (no código de posturas e na lei orgânica existem trechos que tratam das fachadas dos imóveis antigos e da poluição visual, que é proibida em ambos, mas que são descumpridas visto o grande número de sobrados antigos no centro da cidade com enormes placas na frente, tapando sua fachada, descaracterizando os mesmos, provocando poluição visual). As leis na teoria são bem diferentes da parte prática e mesmo com uma lista de bens tombados e protegidos pela municipalidade, no entanto, não garante sua respectiva preservação e salvaguarda pelo poder público, e alguns bens da lista, como por exemplo a Casa das Irmãs Perry, imóvel da metade do século XIX, sofreu um incêndio no ano de 1999 e até hoje a mesma não foi restaurada nem pelo INEPAC e tampouco pela

Prefeitura de Teresópolis. Até hoje não se sabe se o incêndio foi proposital por parte de seus proprietários (o imóvel é particular) com intuito de atender a frenética especulação imobiliária por que vem passando a cidade ou se foi um acidente. No entorno do imóvel funciona um estacionamento, o que de acordo com a lei de patrimônio não poderia ter, porém não há nenhuma fiscalização para coibir o funcionamento do citado negócio e ao que saibamos nunca seus proprietários foram multados ou punidos. Em outro caso, o Mirante das Lendas, seu antigo proprietário foi denunciado no Ministério Público e o mirante foi desapropriado em prol da municipalidade, patrimônio que até agora não foi restaurado, apesar de existirem projetos para sua revitalização, mas que não saíram do papel. Mas um dos casos mais alarmantes foi o do antigo cinema São Miguel: localizado no centro da cidade, o mesmo era tombado pelo município e em 2007 um empresário da localidade o comprou, conseguindo através da justiça seu destombamento, para em seguida demolir o imóvel e construir outro novo no lugar para alugar a terceiros.

No final de 2008, um grupo de 40 artistas e agentes culturais se reuniram para tratar das questões culturais locais, elaborando demandas para o governo municipal que assumiria em janeiro do ano de 2009 e foi criado o Fórum Municipal de Cultura de Teresópolis (FMCT), que colaborou para a reestruturação do antigo Conselho Municipal de Cultura, seguindo as diretrizes do Ministério da Cultura e na I Conferência Municipal de Cultura em setembro de 2009 o Conselho de Cultura foi sancionado por lei pelo prefeito da época.

O Fórum de Cultura é constituído por aproximadamente 300 artistas, os quais são vinculados a algum GTS 16 (grupo de trabalho setoriais) do fórum e este tem uma coordenação com oito integrantes (Regimento Interno do Fórum de Cultura). Em seguida, além da I Conferência de Cultura de Teresópolis, foram escolhidos os

coordenadores de cada GTS do fórum e foram convocadas eleições para composição do recém reestruturado Conselho Municipal de Cultura, que passou a se chama Conselho Municipal de Políticas Culturais, sendo os membros da sociedade civil escolhidos pelos artistas do Fórum de Cultura. Quanto ao Conselho Municipal de Cultura de Teresópolis, o mesmo tem caráter normativo, consultivo e deliberativo, competindo a este deliberar, propor e fiscalizar as políticas públicas de cultura no município, sendo este colegiado composto por 12 titulares (metade do poder público e indicados por esse e os outros seis da sociedade civil e votados através do Fórum de Cultura e pertencentes aos GTS, e os outros 12 são os suplentes, sendo seis do poder público e seis do Fórum)[1]. O passo seguinte foi a criação de uma comissão mista (membros do fórum e da secretaria municipal de cultura de Teresópolis) para criarem o CPF da cultura (Conselho, Plano e Fundo), e após muitas dificuldades o plano ficou pronto em 2012 e foi aprovado na Câmara Municipal de Vereadores em 2013 (o plano tem duração de 10 anos, ou seja, de 2013 a 2023). O plano é uma ferramenta de gestão pública da cultura dividido em três eixos: Simbólico, Cidadão e Econômico. O plano é um conjunto de normas, diretrizes e estratégias que vão nortear as políticas públicas no município por 10 anos, devendo depois de passado este período ser revisado novamente para avaliar o que avançou e o que não, e o porquê de ter avançado ou não. No plano existem vários tópicos tratando das políticas públicas de cultura voltadas para a temática do patrimônio histórico, sendo que este plano teve como base também a Lei Orgânica de Teresópolis, o Código de Posturas de Teresópolis e a Agenda 21 de Teresópolis, documentos os quais contêm uma série de normativas tratando do patrimônio histórico.

[1] Um dos autores deste artigo, foi eleito coordenador do GTS de Patrimônio e Memória, ficando na coordenação por duas gestões de 2009 a 2011 e de 2012 a 2014 e foi eleito para o Conselho Municipal de Políticas Culturais, tendo sido conselheiro por dois mandatos de 2010 a 2012 e de 2012 a 2014. Um dos autores realizou também o curso de Gestão Pública da Cultura na UERJ pelo COMCULTURA em 2010, curso este onde estudou várias matérias dentro da área cultural, inclusive gestão pública dos patrimônios históricos. Nota dos autores.

Em 2014, houveram novas eleições para o Conselho de Cultura e para nova coordenação do Fórum de Cultura. De 2014 até hoje (2019), houveram poucas reuniões tanto do fórum quanto do conselho, sendo que o plano municipal de cultura, fundo e conselho apesar de estarem instituídos em lei, os mesmos se encontram parados. Dentro do plano municipal de cultura, tem um tópico propondo política pública para criação de lei de proteção ao patrimônio histórico, a qual foi proposta pelo GTS de Patrimônio e Memória do Fórum de Cultura (o historiador Marcelo Campos, membro do GTS de Patrimônio, elaborou um parecer com diversas sugestões para a criação de uma lei neste sentido, onde também seria criada uma comissão composta de representantes do Poder Público e da Sociedade Civil que seriam eleitos para dos assuntos pertinentes ao patrimônio histórico local) (CAMPOS, 2010). Falta também uma lei que conceda abatimento de parte do IPTU aos imóveis tombados, como forma de incentivar os respectivos proprietários a manterem estes imóveis e no caso dos patrimônios imateriais poderiam haver incentivos para os patrimônios registrados, no intento dos mesmos terem continuidade.

Até agora não temos nenhuma lei municipal, assim como uma comissão para tratar destes assuntos (no presente momento está sendo criada uma comissão pela Secretaria Municipal de Cultura para instituir esta comissão assim como para criar a citada lei de proteção ao patrimônio). Precisamos também de trabalhos voltados a educação patrimonial e educação museal nas escolas do município, estado e particulares. Porém, nos dias de hoje, Teresópolis sofre com um veloz processo de especulação imobiliária, e se esta comissão e lei não forem aprovados, muito possivelmente em um futuro próximo, não haverá quase nenhum imóvel histórico, visto muitos já terem sido demolidos para virarem prédios modernos, o que trará como consequências a destruição de parte da memória local, prejudicando seriamente o turismo cultural e talvez até impossibilitando o trabalho e desenvolvimento do turismo cultural

no município assim como com um projeto de educação patrimonial e museal.

TURISMO, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Ao analisarmos turismo, patrimônio histórico e desenvolvimento territorial, existe uma significante literatura acerca dessas temáticas, mas textos e livros abordando os 3 conceitos juntos é incipiente pelo fato de serem recentes. Vamos primeiramente fazer uma análise em separado de cada um destes conceitos e depois trabalharmos os mesmos em conjunto. Uma das origens do turismo cultural remete ao Grand Tour, iniciado no século XVII e que no século XVIII atingiu seu auge. O tour era realizado por jovens, homens da elite da Inglaterra para serem preparados para assumirem postos na política, os quais iam percorrer o continente europeu durante um tempo de aproximadamente 3 anos, onde iriam aprender a língua de outros povos, seus costumes e tradições, conhecer sua história além de ter contato com as populações destes lugares. Um dos principais destinos destes jovens era a Itália, considerada o berço da civilização greco-romana, onde iam visitar as ruínas destas antigas civilizações e aprender a história da arte, pois a Itália na concepção destes era também considerada o nascedouro da arte.

O turismo é uma das principais bases da economia do Brasil, sendo uma área geradora de postos de trabalho diretos e indiretos, gerando divisas ao país. O Plano Nacional de Turismo em suas variadas versões dá as diretrizes e orientações para os segmentos turísticos a serem desenvolvidos dentro da política pública nacional de turismo e cada Estado e município tem os seus programas. No caso vamos trabalhar o turismo cultural, concepção na qual entram o turismo junto com o patrimônio histórico e de como isso pode

ajudar no desenvolvimento de um território. Em 1999, foi lançada na Cidade do México a *Carta Internacional Sobre Turismo Cultural* pelo ICOMOS, que trata do trata dos princípios do turismo cultural e suas interações com a preservação dos patrimônios históricos. Nestes tempos de globalização com suas modernidades líquidas (Bauman), os patrimônios se encontram em sério risco de desaparecimento e as comunidades detentoras destes patrimônios terem suas identidades destruídas. Outro documento que também trata do turismo cultural e suas relações com o patrimônio histórico é a cartilha *Turismo Cultural: Orientações Básicas*, editada pelo governo brasileiro em 2010, a qual dá orientações no que tange ao turismo cultural como um todo, abordando patrimônios materiais e tombamento, assim como para desenvolvimento do setor. Mas o que vem a ser patrimônio histórico/cultural? Para Delphim:

> Patrimônio é tudo aquilo que deve fazer parte de nossas vidas e cuja perda lamentaremos um dia. Em uma escala individual, patrimônio são os bens que herdamos de nossos antepassados, adquirimos durante nossa existência, recebemos das pessoas que amamos ou que nós mesmos produzimos. [...] sem esses bens a vida nos pareceria menos rica **e** sua permanência é importante mesmo quando não estivermos mais presentes, sendo nosso patrimônio [...] um prolongamento de nossa existência. [...] preservá-los é preservar um pouco de nós mesmos (DELPHIM, s.d., p. 99).

O patrimônio histórico/cultural pertence a toda coletividade e preservá-lo é preservar a nós mesmos assim como nossa memória individual e sobremodo a memória da coletividade. Já Augustín Santana vai numa direção diferente da concepção de patrimônio abordada acima. Para ele "o patrimônio não é um bem herdável,

embora, em muitas ocasiões, seja confundido com herança cultural que tomamos de gerações anteriores e procuramos deixar como legado às futuras gerações". (SANTANA, 2009, p. 121). Santana nos mostra que *"*esquecemos e renegamos tudo aquilo que não se considere como tal, tudo o que não se ajuste aos interesses do momento vivido*"*. (SANTANA, 2009, p. 121). Ou seja, o patrimônio histórico é uma concepção que além de variar de pesquisador para pesquisador, é interpretado de acordo com os interesses de uma determinada época e não necessariamente um determinado patrimônio cultural é um indicativo de representação de toda uma coletividade, mas de uma parte da mesma. Outro pesquisador da área de patrimônio histórico, o professor Leonardo Mesentier nos mostra que "desde já é possível afirmar que o patrimônio não é a tradição, não remete apenas à tradição, tampouco seu alcance social está contido nos limites referenciados pela tradição ou pelas tradições presentes em uma cultura" (MESENTIER, 2012, p. 201). Nesta fala percebemos que patrimônio não é apenas o que uma elite defende, mas todo o conjunto de tradições de uma determinada cultura.

Turismo cultural e patrimônio cultural possuem aproximações assim como contrastes, e "a relação entre patrimônio cultural e turismo sempre acarreta transformações simbólicas e mesmo físicas nos bens culturais*"*. (SOTRATTI, 2014, p. 23). Um patrimônio cultural que antigamente tinha uma determinada(s) função(ões), agora ao passar por um processo de reapropriação passa a ter outros significados e receber outras interpretações, dessa maneira o bem se torna um atrativo turístico, atraindo visitantes para conhecer este patrimônio e sua história, passando o mesmo a ter significado econômico e potencial para desenvolver um determinado território, trazendo benefícios para as populações do entorno. No caso de haver mais de um bem cultural, o conjunto destes bens irá formar uma paisagem cultural dentro do território. Para Saquet, "o território [...], é constituído histórica e socialmente (humanizado); é

transformado por órgãos do poder público, [...] e por indivíduos ou grupos sociais" (SAQUET, 2009, p. 66). Neste caso percebemos que o território está ligado a questão da identidade no desenvolvimento territorial, sendo a identidade relacionada com a questão de o indivíduo estar inserido em determinada sociedade/comunidade por laços de confiança, afetividade, pertencimento para sobreviver e obter reconhecimento, visto que "na identidade, há continuidades e relações coletivas [...] relações duradouras". (SAQUET, 2009, p. 147). Em relação a paisagem e cultura, ambas se encontram intimamente ligadas, onde ambas são objetos dos estudos da geografia humana. Denis Cosgrove em seu artigo A geografia Está em Toda Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas, mostra bem esta relação. Para este pesquisador:

> A paisagem sempre esteves intimamente ligada, na geografia humana, com a cultura, com a ideia de formas visíveis sobre a superfície da terra e com a sua composição. A paisagem, de fato, é uma "maneira de ver", uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma "cena", em uma unidade visual (COSGROVE, 1998, p. 98).

Paisagens são construções artificiais, uma interpretação do mundo a nossa volta no sentido de dar uma certa ordem a ele, de controlá-lo, e no caso do turismo as paisagens de um determinado lugar são usadas pelo marketing turístico para se vender determinado local para turistas, para atraí-los a conhecerem um destino. No ano de 2010, a Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas elaborou a Carta Brasileira da Paisagem, na qual constam 12 princípios para a proteção da paisagem brasileira (no ano anterior já havia sido publicado pelo IPHAN a portaria nº 127 que criou a chancela das paisagens culturais brasileiras). Nos 12 pontos da carta, constam a

defesa da paisagem por fatores culturais, sociais, políticos e econômicos.

Lugares que souberam usar a conjunção do turismo e do patrimônio histórico aliados ao desenvolvimento territorial, em sua maioria se tornaram importantes destinos turísticos bastante procurados. Na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, temos como exemplo a cidade de Petrópolis, que dentre as cidades que fazem parte da região é a mais procurada pelos turistas durante o ano todo e a atividade turística funciona de terça a domingo (segunda é a pausa semanal e os atrativos não abrem), sendo esta cidade a única que é categoria A de acordo com levantamentos da Embratur. O centro histórico de Petrópolis e a maioria, se não todos os patrimônios históricos desta cidade, são tombados e preservados, sendo que alguns se tornaram museus, outros foram adaptados para se tornarem meios de hospedagem, bancos, restaurantes e centros culturais são ótimos caminhos para ajudar na preservação do patrimônio histórico local. Além disso estes imóveis têm parte do IPTU abatido ou no todo. A história da cidade é ensinada nas escolas e existem cursos sobre a história do município, são também realizados cursos de capacitação turística para o trade turístico e para a população em geral, assim como já foram ministrados cursos de capacitação para as equipes da Fundação de Turismo da Fundação de Cultura de Petrópolis. A cidade além de ter um órgão municipal que cuida destes patrimônios, conta com escritório do Inepac e do Iphan (órgãos fiscalizadores). Petrópolis tem Plano Municipal de Turismo, o qual vai abarcar todos os detalhes no que se refere as políticas públicas de turismo, planejamento e implementação destas políticas, tendo também Plano Municipal de Cultura, que irá abranger as políticas públicas de cultura (em especial aqui as políticas públicas voltadas ao patrimônio histórico). Enfim a conjugação dos fatores mencionados foi e é de grande importância para a preservação do centro histórico de Petrópolis e o modelo

aplicado em Petrópolis poderia ser adaptado e implementado em Teresópolis.

CENTRO HISTÓRICO DE TERESÓPOLIS E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A cidade de Teresópolis é conhecida nacionalmente como capital do montanhismo e também por suas belezas naturais, além de sua variada e rica gastronomia, tendo o turismo como uma das bases da economia local. Porém, Teresópolis têm patrimônios culturais bastante significantes e que podem originar um turismo cultural a ser trabalhado para o desenvolvimento territorial na localidade. Nesta pesquisa qualitativa, partimos da premissa da concepção de centro histórico, o qual é formado por um conjunto de atrativos, que se preservados e bem trabalhados podem trazer desenvolvimento territorial para o lugar, e consequentemente desenvolvimento turístico e econômico. O bairro Várzea (centro da cidade) de acordo com o pesquisador Antônio Osíris Rahal significa "planície, vale e onde se localiza o comércio mais representativo de Teresópolis" (RAHAL, 1983, p. 48). Originalmente, a atual Várzea fazia parte da fazenda do imigrante inglês George March e era onde ficavam os pastos para os animais da fazenda e as habitações dos escravos, local este alagadiço por ser plano. O historiador Giberto Ferrez nos conta em sua obra *Colonização de Teresópolis* que após a morte de March em 1845, a fazenda foi vendida pelos filhos do mesmo através de seus respectivos procuradores e as terras foram compradas por incorporadoras que elaboraram mapas recortando estas terras em pequenas propriedades, abrindo ruas e avenidas. Inclusive foram oferecidas terras em Teresópolis a imperatriz Teresa Cristina (estas terras estão localizadas hoje onde se encontra a Unifeso no bairro do Alto), mas a imperatriz nunca veio a Teresópolis e jamais tomou

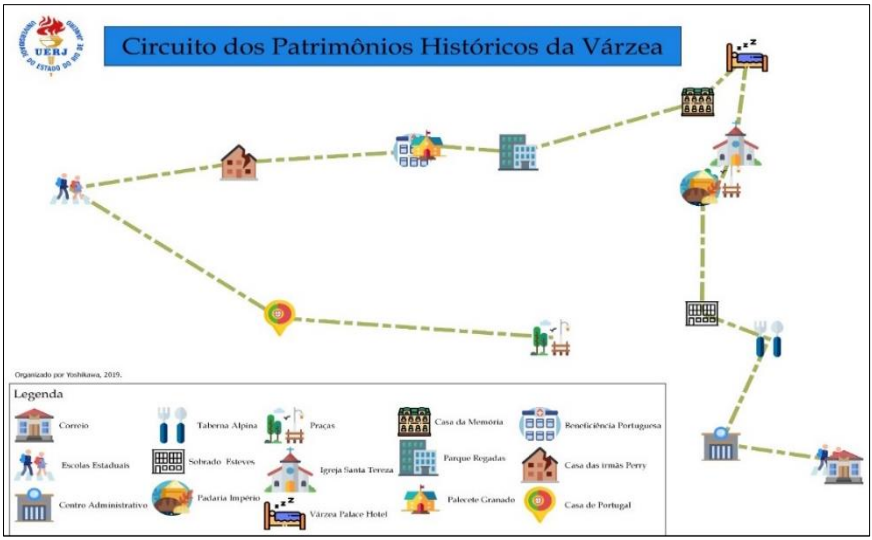
posse das mesmas. Dessa maneira surgiram os primeiros focos de urbanização o que seria um dos fatores para em 1855 a localidade ser elevada à categoria de Vila, passando a se chamar Vila de Santo Antônio do Paquequer. A Várzea antes um simples pasto, começa a ver suas primeiras residências e também um pequeno comércio surge nesta região. Em 1891, a antiga vila foi elevada à categoria de cidade por decreto, passando a se chamar Therezopolis. O decreto foi assinado pelo governador Portela na atual praça Baltazar da Silveira (na época ainda não havia a praça, visto esta ter sido construída somente em 1913 na gestão do primeiro prefeito da cidade o engenheiro Benjamim do Monte). O decreto trouxe algum desenvolvimento para a recém fundada cidade, mas o boom do desenvolvimento da cidade e principalmente da Várzea de acordo com os pesquisadores Wanderley Peres (PERES, 2009) e Armando Vieira (VIEIRA, 1934), se deu com a chegada do trem em 1908 no Alto e em 1923 na Várzea. Dessa maneira, a Várzea se tornou sede do 1º Distrito, além de ser o coração do comércio de Teresópolis e onde estão as principais repartições públicas locais. Sobremodo, ao logo do tempo foram sendo erigidos além de imóveis para abrigar comércios e residências, também monumentos e lugares que hoje consideramos como patrimônios culturais materiais e que representam as identidades locais.

Toda esta potencialidade levou em 2017 a uma das agências de turismo receptivo da cidade, a Notur Travel, a criar um roteiro cultural a pé pela Várzea, percorrendo os principais atrativos da região, onde em aproximadamente 2 horas de tour, as pessoas teriam contato com a história do município e do bairro, com o cotidiano de seus moradores e com suas culturas, proporcionando assim um turismo de experiência para os participantes do tour. Para Panosso, "quando falamos de turismo de experiência, estamos nos referindo a um tipo de turismo que pode marcar o turista de maneira profunda e positiva" (PANOSSO, 2010, p. 44). Ou seja, este tour de experiência, se bem trabalhado, poderá trazer várias experiências aos

turistas participantes do tour, valorizando a história da cidade além dos atrativos culturais que fazem parte do roteiro, o que irá fortalecer o turismo cultural no centro histórico, sendo uma das primeiras referências acerca do uso da concepção de centro histórico de Teresópolis. No turismo e principalmente no marketing turístico de algumas cidades, é muito comum vermos o termo centro histórico de tal ou qual cidade usada para divulgação deste destino. Centro histórico segundo Peixoto representa um elemento de novos significados para uma zona urbana, sendo objeto de pesquisas para se analisar as mudanças e permanências em seu entorno e na própria cidade para entendermos elas e serem objeto de políticas públicas, as quais em algumas situações tendem a não ocorrer. Depreendemos que esta concepção é uma construção artificial feita pelo homem, a qual é constituída por um conjunto de atrativos culturais que formam uma paisagem cultural dentro de um território e que foram metamorfoseados em atrativos turísticos para atender a interesses econômicos com intento de desenvolver o território e seus arredores pode levar a "museificação do patrimônio cultural para fins turísticos e a cenarização de fachadas para a composição de centros históricos turistificados pode levar a transformações simbólicas, reduzindo o valor simbólico de tais bens a um pano de fundo chamariz para atividades de consumo e lazer". (SOTRATTI, 2014, p. 23-24). Este processo pode levar a tornar o turismo algo artificial, desprovido de sentido e de raízes, transformando o mesmo em um mero espetáculo (Debord) de um simulacro (Baudrillard) para encantar turistas. Para evitar estas mazelas é muito importante um planejamento turístico bem feito e com a participação de todos os setores da comunidade, além de estudos aprofundados da região aonde se quer implantar o turismo, atividade que deve beneficiar a todas as pessoas. Para a atual Secretária de Cultura de Teresópolis, "Teresópolis precisa de um Conselho Municipal de Políticas Públicas mais atuante para que se realize um inventário e os respectivos estudos de patrimônios. Que implica na execução de pesquisa de campo e documental, no

levantamento e na coleta de dados de descrição do objeto pesquisado" e "que o Fórum Municipal de Cultura faça a indicação de um representante para compor o Conselho Municipal de Políticas Culturais, representando o Patrimônio Histórico, a fim de auxiliar no levantamento de bens, na instrução de processos e tombamentos, bem como análise de projetos de restauro e adaptações, criando laudos de vistoria. (Comissão)". (DEPOIMENTO, 2019). A gestora também defende a questão da valorização do centro histórico, pois isso ajuda a potencializar estes espaços, que tem esses potenciais e isso contribuirá para o desenvolvimento territorial. Porém, ainda de acordo com a gestora, se faz necessário a união dos principais atores nesta luta pela valorização do centro histórico de Teresópolis através de pesquisas, projetos, mapeamentos e diagnósticos.

Figura 1 - Mapa dos Circuitos dos Patrimônios Históricos da Várzea



Fonte: Yoshikawa, Tiê. Mapa dos Circuitos dos Patrimônios Históricos da Várzea (2019).

Assim, pesquisamos o centro histórico de Teresópolis e alguns patrimônios culturais localizados nesta região através de trabalho de campo, onde foi elaborado um mapa por Tiemi Yoshikawa com o circuito dos patrimônios históricos da Várzea, usando um aparelho de GPS para nos ajudar, realizamos entrevistas com algumas personalidades da cidade ligadas ao patrimônio cultural, além de pesquisas bibliográficas sobre o tema.

CONCLUSÃO

Território é uma construção artificial, cultural e simbólica feita pelo ser humano resultante de um espaço existente que dá origem a uma paisagem, construção feita por alguma pessoa e/ou grupo hegemônico dominante, que se vale da análise do discurso no processo. O fenômeno do turismo irá entrar como complemento no citado processo e o território será valorizado no intento de atrair visitantes que irão movimentar a economia local, e o turismo cultural, em especial com ênfase no patrimônio histórico poderá ser uma das chaves, pois a preservação do patrimônio histórico é um dos vetores no desenvolvimento de um território assim como da preservação da identidade cultural que nos remeterá ao afeto da comunidade pelos bens preservados. Precisa haver atuação do poder público no processo, através da criação de lei de proteção ao patrimônio cultural e fiscalização para evitar degradação e destruição destes bens, e o Serviço de Patrimônio Histórico de Teresópolis precisa ter autonomia para fazer estas fiscalizações e poder aplicar multas, ter um veículo próprio para ir aos lugares para realizar seu trabalho.

Além disso, o conjunto de patrimônios poderá dar origem a um circuito cultural, o que irá trazer benefícios para sua conservação e será um circuito de experiência onde o turista (s) e/ou morador (es)

vivenciará (ão) um pouco da alma da cidade e das paisagens culturais, no caso do morador ou grupo de moradores este (s) terá (ão) seus laços de afeto e identidade reforçados com estes patrimônios. Os patrimônios históricos são representações da memória social e coletiva do espírito de um lugar sendo uma das dimensões de um território. Porém, a falta de manutenção e preservação do patrimônio cultural poderá levar a descaracterização e até mesmo a sua destruição, o que acarretaria destruição das identidades locais levando a um processo de desterritorialização cultural e social das populações com a perda de laços comunitários e das identidades da comunidade, provocando também um desenraizamento geográfico, assim como afastaria turistas do lugar, provocando uma crise econômica local.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23/10/2019.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Rio de Janeiro: Governo Federal, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10/08/2019.

BRASIL. **Guia de Orientações para os Municípios**: Perguntas e Respostas. Brasília: Ministério da Cultura, 2011. Disponível em: <http://www.gov.br>. Acesso em: 10/08/2019.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Brasília: Governo Federal, 2001. Disponível em: <htttp://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23/10/2019.

BRASIL. **Turismo Cultural**: Orientações Básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br>. Acesso em: 10/08/2019.

CALABRE, L. "Políticas Culturais: Questões do Tempo Presente": *In*: CURVELLO, M. A. *et al*. (orgs.). **Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UERJ/Decult, 2009.

CAMPOS, M. O. **Sugestões para Lei de Patrimônio Histórico em Teresópolis**. Teresópolis, 2010.

CAUBR – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. "Carta Brasileira da Paisagem". **Portal Eletrônico do CAUBR** [2010]. Disponível em: <http://www.caubr.gov.br>. Acesso em: 17/08/2020.

CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2006.

CHUVA, M. R. R. **Os Arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 – 1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

COSGROVE, D. "A Geografia Está em Toda Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas". *In*: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.) **Geografia, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

DELPHIM, C. F. "Patrimônio Material e Imaterial". *In*: CALABRE, L. *et al*. (orgs.). **Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UERJ/Rede Sirius, 2007.

FARIA, C. A. P. “A Política de Avaliação das Políticas Públicas”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 20, n. 59, 2005.

FERREZ, G. **Colonização de Teresópolis**: À Sombra do Dedo de Deus 1700 – 1900. Da Fazenda March a Teresópolis. Rio de Janeiro: IPHAN, 1970.

GIOVANNI, G. **As Estruturas Elementares das Políticas Públicas**. Campinas: Unicamp, 2009.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. **Carta internacional Sobre Turismo Cultural**. Cidade do México: ICOMOS, 1999. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt>. Acesso em: 17/08/2020.

INTITUTO ROERICH. **Tratado Internacional do Pacto de Roerich**. Washington: Instituto Roerich, 1935. Disponível em: <https://roerich.org.br>. Acesso em: 21/10/2019.

LEAL, V. N. **Coronelismo, Enxada e Voto**: o município representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MACHADO, L. A.V. P.; PEREIRA, M. L. D. “As Políticas Públicas para a Preservação do Patrimônio”. **Fórum Nacional do Patrimônio Cultural**, vol. 2, n.1, 2008.

MAIA, T. A. “Memórias de Si, Sentidos Revisitados: o Conselho Federal de Cultura e as comemorações em torno do movimento modernista”. *In*: MARTINS, W. S.; SANGLARD, G. (orgs.). **História Cultural**: ensaios sobre linguagens, identidades e práticas de poder. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

MESENTIER, L. M. A. "Natureza Política do Patrimônio Cultural". *In*: CALABRE, L. *et al*. (orgs.). **Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

MIRANDA, A. P. M. *et al*. "Antropologia e Políticas Públicas: Notas sobre a avaliação do trabalho policial". **Cuadernos de Antropologia Social**, n. 25, julho, 2007.

PANOSSO NETTO, A. "Experiência e Turismo: uma união possível". *In*: GAETA, C.; PANOSSO NETTO, A. (orgs.). **Turismo de Experiência**. São Paulo: Senac, 2010.

PEIXOTO, P. "Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades". **Anais do Colóquio "A cidade entre projetos e políticas"**. Porto: Universidade do Porto, 2003.

PERES, W. **A Estrada de Ferro Therezopolis**. Teresópolis: Edição autoral, 2009.

POULOT, D. **Uma História do Patrimônio no Ocidente (séculos XVIII – XXI)**: do monumento aos valores. São Paulo: Editora Estação da Liberdade, 2009.

RAHAL, A. O. **Ruas de Teresópolis**: significado histórico de suas denominações. Rio de Janeiro: Gráfica Vida Doméstica, 1983.

SANTANA, A. **Antropologia do Turismo**: analogias, encontros e relações. São Paulo: Aleph, 2009.

SAQUET, M. A. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expresso Popular, 2010.

SOTRATTI, M. A. "Turismo Cultural e Patrimônio Cultural": aproximações e contrastes. *In*: FACCIOLI, M. *et al*. (orgs.).

Turismo e território no Brasil e na Itália: novas perspectivas, novos desafios. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2014.

TERESÓPOLIS. "Agenda 21 de Teresópolis". **Portal Eletrônico da Prefeitura de Teresópolis** [2010]. Disponível em: <https://teresopolis.rj.gov.br>. Acesso em: 23/10/2019.

TERESÓPOLIS. **Lei Municipal nº 793, de 15 de outubro de 1973.** Teresópolis: Câmara Municipal de Vereadores de Teresópolis, 1973. Disponível em: <http://www.camarateresopolis.org>. Acesso em: 23/10/2019.

TERESÓPOLIS. **Lei Orgânica de Teresópolis**. Teresópolis: Câmara Municipal de Vereadores de Teresópolis, 1990. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br>. Acesso em: 23/10/2019.

TERESÓPOLIS. **Plano Diretor da Cidade de Teresópolis**. Teresópolis: Prefeitura Municipal de Teresópolis, 2006. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br>. Acesso em: 23/10/2019.

TERESÓPOLIS. **Plano Municipal de Cultura de Teresópolis**. Teresópolis: Secretaria de Cultura de Teresópolis, 2013. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br>. Acesso em: 23/10/2019.

TERESÓPOLIS. **Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura de Teresópolis**. Teresópolis: Conselho Municipal de Cultura de Teresópolis, 2010. Disponível em: <https://teresopolis.rj.gov.br>. Acesso em: 23/10/2019.

TERESÓPOLIS. **Regimento Interno do Fórum Municipal de Cultura de Teresópolis (FMCT)**. Teresópolis: Fórum de Cultura de Teresópolis, 2009. Disponível em: <https://teresopolis.rj.gov.br>. Acesso em: 23/10/2019.

TERESÓPOLIS. **Relação dos Bens Tombados e Preservados de Teresópolis**. Teresópolis: Secretaria Municipal de Cultura de Teresópolis, 2019. Disponível em: <https://teresopolis.rj.gov.br>. Acesso em: 23/10/2019.

VIEIRA, A. J. A. V. **A Estrada de Ferro e a Cidade de Therezopolis**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1934.

YOSHIKAWA, T. **Mapa do Circuito dos Patrimônios Históricos da Várzea**. Teresópolis: UERJ, 2019.

CAPÍTULO 2

Território Educativo e
Educação Integral no Campo: O Caso da
Escola Municipal Rui Barbosa, em Teresópolis/RJ

TERRITÓRIO EDUCATIVO E EDUCAÇÃO INTEGRAL NO CAMPO: O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL RUI BARBOSA, EM TERESÓPOLIS/RJ

Guilherme Machado Ferreira

Marcela do Nascimento Padilha

Rafael Ângelo Fortunato

O presente trabalho, elaborado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial da UERJ, tem por objetivo apresentar reflexões acerca da ideia de território educativo relacionando-as, de forma introdutória e preliminar, com o tema da educação integral no campo, como uma das possibilidades no horizonte do desenvolvimento territorial sustentável.

Estudiosos da área da educação vêm, cada vez mais, apontando para a necessidade de se romper com a visão limitante de que a construção do conhecimento se dê exclusivamente no espaço limitado pelos muros da escola. Com o acesso cada vez mais facilitado à informação pelo advento do desenvolvimento dos meios de comunicação em um mundo cada vez mais globalizado, urge a ressignificação das práticas pedagógicas adotadas nos projetos das instituições que se destinam historicamente à tarefa da formação dos indivíduos.

Neste cenário é importante uma revisão atenta das relações estabelecidas entre escola e comunidade. É necessário, também, refletir a respeito do papel educativo que a comunidade exerce sobre os sujeitos que a constituem, bem como o potencial transformador da escola sobre a mesma. Neste sentido, o presente trabalho visa a refletir sobre a ideia de território educativo, tomando como estudo

de caso a realidade da Escola Municipal Rui Barbosa, localizada na comunidade rural denominada Gamboa, em Serra do Capim, segundo distrito de Teresópolis, RJ.

A ideia inicial para este trabalho consistia em, após revisão bibliográfica para compreensão do conceito de território e da ideia de território educativo, bem como sua associação com a concepção da educação integral no campo, a realização de trabalho de campo, no qual seria utilizada a metodologia da pesquisa-ação, conforme em Brandão (1985). Seriam realizados trabalhos de campo com os estudantes do quinto ano de escolaridade da Escola Municipal Rui Barbosa – grupo para o qual um dos autores leciona – de modo a explorar os potenciais educativos do território no qual a escola encontra-se inserida. Seria realizado, de forma conjunta com as crianças, um levantamento dos lugares com potencial educativo na comunidade Gamboa, bem como de comunidades vizinhas.

Em seguida seriam realizadas visitas exploratórias e o levantamento de questões que instigassem os estudantes a respeito do território, identificando problemas, possíveis soluções, bem como os potenciais do mesmo. A partir de então, elaboraríamos roteiros de estudo sobre as questões levantadas, aprofundando as discussões. Por fim, prepararíamos conjuntamente um material didático sobre a comunidade. Infelizmente, com a pandemia de COVID-19 e a interrupção das aulas em função do necessário distanciamento físico, não foi possível a realização desta parte prática. Desta forma, optamos por apresentar algumas reflexões mais teóricas e inciativas realizadas pela escola durante o ano letivo de 2019 no processo de construção de uma proposta de educação integral para a instituição. Para tal propósito, desde o início, foi considerada pela equipe a importância do diálogo e da interação com a comunidade envolvida, o que nos leva à discussão sobre territórios educativos.

Iniciamos o trabalho a partir da abordagem do conceito de território, tendo como base os trabalhos de Souza (2012) e Haesbaert

(2004). Parte-se daí, então, para as reflexões em torno da ideia de território educativo, bem como sua estreita relação com a concepção da educação integral, apoiando-se em material produzido e disponibilizado pelo Centro de Referência em Educação Integral e pelo Programa Educação e Território. Nesta perspectiva, acredita-se na educação integral como instrumento de transformação social, entendendo que ruas, bairros, comunidades, vilas e periferias são espaços repletos de oportunidades educativas que fortalecem o desenvolvimento local e dos indivíduos.

Em seguida, tem-se uma breve contextualização da comunidade Gamboa. Neste tópico será apresentada uma caracterização da comunidade com base em dados de pesquisa de campo levantados entre 2014 e 2016 (FERREIRA, 2016), atualizados recentemente. Por fim, apresenta-se a Escola Municipal Rui Barbosa e alguns dos principais aspectos destacados em seu Projeto Político Pedagógico, bem como algumas inciativas da escola ao longo do ano letivo de 2019 voltadas para a construção de uma proposta de educação integral pela instituição.

TERRITÓRIO EDUCATIVO E EDUCAÇÃO INTEGRAL NO CAMPO

Antes de entrarmos na discussão a respeito da ideia de território educativo, faz-se necessário apontar algumas reflexões que ajudam a compreender a ideia de território. Segundo Souza (2012), a questão primordial no que diz respeito à conceituação de território não se restringe a quais são as características geológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda, quais são as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Para ele, estes são aspectos importantes para a compreensão da gênese de um território, mas a

questão central é "quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço?". Assim, o autor faz emergir aspectos fundamentais para a compreensão do significado de território e que historicamente têm sido ignorados pelas ciências que se ocupam desta temática. A questão dos conflitos e contradições sociais existentes no interior dos territórios seja em escala micro ou macro.

Souza (2012) destaca ainda que a palavra território normalmente evoca o território nacional e faz pensar no Estado, em grandes espaços, em sentimentos patrióticos, em governo, em dominação, em defesa do território pátrio, em guerras. Aponta, contudo, que este conceito não deve ser reduzido a essa escala, à associação com a figura do Estado. Segundo o autor, territórios existem e são construídos e desconstruídos nas mais diversas escalas espaciais e temporais, podendo ter um caráter permanente, mas também uma existência periódica, cíclica (SOUZA, 2012). Desta forma, o autor apresenta outra perspectiva para se abordar a temática da territorialidade de forma mais abrangente e crítica. Toma o território como campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais, considerando sua complexidade interna.

O autor também questiona como é possível em uma conjuntura política e ideológica internacional tão avessa à utopia da liberdade, em um contexto de globalização econômica e cultural, onde é possível percebermos o fortalecimento de grandes empresas e o desenraizamento cultural, redefinir a questão do desenvolvimento a partir das ideias de autonomia e territorialidade. Neste sentido, o autor destaca a importância de rupturas provocadas a partir de lutas pontuais. Salienta que estas, mesmo que socialmente limitadas, podem polinizar outras lutas e ajudar a instaurar uma *sinergia transformadora*, fortalecendo e ampliando horizontes dos atores.

Já Haesbaert (2004) destaca não apenas a dimensão política do território como fundamental, mas também a sua dimensão

cultural/simbólica, uma vez que para muitos povos, o território é parte de seus integrantes, como se fosse um membro do grupo. O autor considera que esta dimensão leva as pessoas a criarem laços com o mesmo, gerando um sentimento de pertencimento, isto é, uma identidade territorial.

Segundo o autor, portanto, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica. Para ele, o conceito de território tem a ver não apenas com o poder político, no sentido de dominação, mas também com o poder no sentido simbólico, de apropriação. Dessa forma, Haesbaert (2004) distingue apropriação de dominação, o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do vivido, do valor de uso, enquanto o segundo é concreto, funcional e vinculado ao valor de troca. Para ele, apoiando-se em Sack (1986), afirma que:

> A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar (HAESBAERT, 2004, p. 3).

Segundo o autor, "[...] todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar funções quanto para produzir significados" (HAESBAERT, 2004, p. 3).

No que tange à educação formal, de acordo com o Programa Educação e Território (ASSOCIAÇÃO CIDADE ESCOLA APRENDIZ), nos últimos anos o debate sobre o papel do território na formação de crianças e adolescentes norteou a elaboração de políticas públicas que compreendem a cidade como Território

Educativo. Neste contexto, as famílias e comunidades passam a ter seus saberes e conhecimentos valorizados e incluídos no processo de ensino-aprendizagem.

Para Beatriz Goulart, educadora e arquiteta ligada ao Centro de Referência em Educação Integral, território educativo remete a uma concepção abrangente de educação em que o processo educativo se confunde com um processo amplo e multiforme de socialização. Para ela, "O território é assunto, é conteúdo do currículo, é o lugar onde se dão ações educativas e também é um agente, como se fosse sujeito também" (GOULART, 2018).

Território educativo é um termo caro à concepção de Cidade Educadora. Neste modelo, a cidade, além de suas funções tradicionais, reconhece, promove e exerce um papel educador na vida dos sujeitos, que vai além do pedagógico, assumindo como desafio permanente a formação integral de seus habitantes.

No âmbito dos territórios educativos há o fomento da participação, vinculando as crianças às decisões sobre o território onde vivem, a escola em que estudam, o planeta que desejam, etc. Nesta concepção, a educação é entendida como um processo permanente que se dá ao longo de toda a vida. Assim, este é muito mais amplo do que a escolarização. Entretanto, a escola é parte essencial do processo educativo e deve assumir o território como campo de pesquisa, currículo e lugar de estudo; os estudantes precisam conhecer, também com a mediação da escola, quais as características e a história do seu município, do seu bairro, assim como os problemas e potencialidades neles verificados. Segundo o Centro de Referências em Educação Integral (2015):

> Um dos objetivos é que os estudantes conheçam o lugar em que vivem. Como é o bairro, que pessoas moram ali, que formas de expressão cultural os moradores utilizam, que histórias são contadas (e que

> histórias não são). Conhecer o lugar em que vivem é fundamental para que os sujeitos se entendam e a suas próprias histórias, ajudando-os a construir sua identidade.

É importante que a escola desempenhe a função de promover o encontro entre os educandos e o seu território, que os levem a andar pelas ruas com olhar atento à sua configuração espacial e às culturas que se apresentam sobre ela, bem como à atuação da administração pública sobre o território, a fim de sensibiliza-los para a importância de exercerem a sua cidadania.

A Educação Integral é uma concepção que vai ao encontro, portanto, dessas ideias de envolver os educandos com o seu território. Ela compreende que a educação deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural e se constituir como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais (CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL, 2015).

De acordo com Costa e Goulart (2016):

> A educação integral parte de um pressuposto fundamental: todas as pessoas são capazes de aprender, em diferentes lugares, com diferentes pessoas e ao longo de toda a vida. Trata-se de uma concepção que compreende que educar é garantir o desenvolvimento de todas e todos, em todas suas dimensões – intelectual, física, afetiva, social e simbólica. Essa visão se contrapõe à ideia clássica de que a educação se restringe ao processo centrado na escola e voltado apenas para o conhecimento acadêmico.

Na perspectiva da Educação Integral, portanto, tem-se o foco na formação de sujeitos críticos, autônomos e responsáveis consigo mesmos e com o mundo. Reconhece-se a singularidade dos sujeitos, suas múltiplas identidades. Além disso, é uma proposta alinhada com a noção de sustentabilidade porque se compromete com processos educativos contextualizados e com a interação permanente entre o que se aprende e o que se pratica. E, para tanto, a inclusão do território próximo no processo de ensino-aprendizagem é fundamental. De acordo com Arroyo (2000, p. 55):

> As novas gerações que frequentam as escolas reconhecem que fora da escola há muitas vivências a experimentar e muitos saberes a aprender. Se tivéssemos uma infância, adolescência e juventude apáticas e passivas diante do desconhecido e ainda não vivido teriam perdido o sentido de aprender e consequentemente estaríamos perdendo o sentido de nosso ofício de mestres[...].

Embora não se deva confundir a concepção de educação integral com escolarização em horário integral, a ampliação da jornada escolar é um elemento importante que contribui com seus preceitos, porque com uma jornada ampliada tem-se a oportunidade de desenvolver atividades que aconteçam em diferentes espaços da escola ou do território, integrando espaços e agentes das comunidades ao cotidiano dos alunos. Sabemos que as desigualdades sociais presentes em nossa sociedade dificultam a implementação de horário escolar integral, pois muitos estudantes precisam trabalhar para contribuírem com a renda familiar. No entanto, não podemos deixar aqui de destacar que, caso tivéssemos no Brasil políticas públicas que realmente combatessem a desigualdade social estrutural, a escola em tempo integral seria uma grande aliada do sistema de ensino e da formação cidadã.

A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA MUNICIPAL RUI BARBOSA

Neste trabalho pretende-se refletir sobre a ideia de território educativo, sua fertilidade para se pensar uma perspectiva de educação integral no campo, tendo como ponto de partida a realidade da Escola Municipal Rui Barbosa, bem como da comunidade Gamboa, na qual a referida escola se encontra inserida.

A Comunidade Gamboa

A Gamboa (Figura 2) é uma comunidade rural localizada na Serra do Capim, no segundo distrito de Teresópolis (Figura 1), na Região Serrana do estado do Rio de Janeiro, a cerca de 50 km do centro da cidade.

A comunidade possui atualmente uma população em torno de 180 pessoas[2]. No local existem quatro fazendas e aproximadamente vinte sítios. Parte significativa dos sítios pertence a famílias de trabalhadores rurais que se encontram na Gamboa há gerações. O restante dos sítios e as fazendas pertencem a pessoas que vieram em busca de um estilo de vida mais próximo à natureza, de lazer e descanso e/ou algum investimento na área da agropecuária, comprando terrenos de herdeiros das famílias locais.

A maior parte das famílias locais vive da agricultura familiar e uma pequena parcela das famílias vive do trabalho como empregados nos sítios e fazendas.

[2] Levantamento realizado pelo autor durante pesquisa de campo.

Figura 1 - Mapa das Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro e seus municípios, com destaque para Teresópolis



Fonte: Elaboração própria. Adaptada de: Proderj (2019).

Figura 2 - Localização da Escola Municipal Rui Barbosa, na comunidade agrícola da Gamboa, distrito do Vale do Paquequer, município de Teresópolis



Fonte: Google Earth (2020).

Na comunidade onde está inserida a Escola Municipal Rui Barbosa (que atualmente atende da educação infantil ao quinto ano de escolaridade em tempo integral), encontra-se um pequeno armazém, uma Capela Católica, uma congregação Batista, a ONG Crer-Sendo e um alambique. O posto de saúde mais próximo fica a cerca de 20 km da escola. O ponto de ônibus mais próximo fica a 7 km do centro da Gamboa. Hospitais e mais opções de comércio e serviços apenas no centro urbano de Teresópolis. A Estrada da Gamboa, principal acesso, não é asfaltada. Sua péssima condição dificulta o acesso do transporte escolar e o escoamento de mercadorias.

Algumas famílias da Gamboa, até onde se sabe, por meio de relatos de moradores mais antigos, se encontram neste território há décadas, ou mesmo a mais de um século. As primeiras de que se tem notícia são as famílias dos Honório, dos Horta[3], dos Balthazar[4] e dos Cunha. Mais tarde, já compradores de algum herdeiro ou casados com pessoas pertencentes às famílias citadas, chegam os Periquitos[5], os Siqueira, e outras tantas que passaram pelo local.

Os filhos e netos das primeiras famílias locais casaram-se entre si, o que fez com que até poucos anos a muitos dos moradores da Gamboa fossem parentes próximos, o que se mantém em menor escala ainda hoje. A configuração espacial atual do local se dá a partir da venda de partes das propriedades pelos herdeiros. Mesmo assim, muitos dos moradores atuais ainda são descendentes destas primeiras famílias.

Nas últimas décadas, muitos moradores locais migraram para outras localidades em busca de trabalho e mais possibilidades de acesso a serviços. Um grande número de idosos que já não podiam

[3] O sobrenome da família é da Silveira Medeiros. Não se sabe ao certo a origem deste apelido que identifica a família há décadas.
[4] O sobrenome da família é Pereira Machado. Contudo, os descendentes de Balthazar Pereira Machado são identificados como gente dos Balthazar.
[5] O sobrenome da família é Antunes Ferreira. O apelido Periquito está na família há gerações.

trabalhar na terra e se encontravam com problemas de saúde saíram da Gamboa para estarem mais próximos dos serviços de saúde. Com a saída de número expressivo de pessoas das famílias locais e a venda de suas propriedades que gradativamente foram sendo incorporadas às fazendas, percebe-se a diminuição da população e implicações para a identidade local, com a rotatividade de famílias que vão trabalhar nas fazendas, mas geralmente não se fixam na região por muito tempo.

Esta dinâmica aponta para a transformação do espaço em território, como afirma Souza (2012, p. 96):

> Sempre que houver homens em interação com um espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) através do trabalho, e depois criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar o espaço social, estar-se-á também diante de um território, e não só de um espaço econômico; é inconcebível que um espaço que tenha sido alvo de valorização pelo trabalho possa deixar de estar territorializado por alguém. Assim como o poder é onipresente nas relações sociais, o território está presente em toda a espacialidade social.

É possível notarmos, através dos relatos de moradores mais antigos da comunidade, que em décadas passadas a forma de produzir implicava em menores impactos sobre a natureza. As lavouras eram de culturas diversificadas e não se utilizavam agrotóxicos. Gradativamente este cenário foi mudando. O chuchu foi o cultivo que predominou na Gamboa por muitos anos. No entanto, atualmente as parreiras de chuchu têm dado lugar, sobretudo, ao alho poró.

Nos últimos anos, a monocultura e a produção convencional predominam. Contudo, hoje algumas tímidas iniciativas com orgânicos e produção agroecológica têm começado a surgir na região. Destaca-se aqui a importância de projetos que incentivam o conhecimento de formas alternativas de produção por parte das novas gerações. Por exemplo, com o projeto da horta sustentável (TERESÓPOLIS, 2019) a ser implementado na Escola Municipal Rui Barbosa, objetiva-se a recuperação dos saberes tradicionais dos moradores mais antigos da região, aliados com as novas tecnologias e práticas contemporâneas baseadas na preocupação com as questões socioambientais.

A Escola Municipal Rui Barbosa e seu Projeto Pedagógico

A Escola Municipal Rui Barbosa foi oficialmente criada através do Decreto de criação: nº 07 de 29 de março de 1955. Nesta época as aulas ainda eram ministradas na casa das professoras. Na década de 1960, elas passam a ser ministradas na pequena capela da comunidade, a Capela de São Pedro e assim permaneceu até o ano de 1985, quando o prédio foi construído pela prefeitura.

Até os anos 2000 ainda havia professoras leigas atuando e ao longo da história da escola sempre houve turmas multisseriadas. A partir do ano letivo de 2020, a Escola Municipal Rui Barbosa passa a funcionar em Regime de Tempo Integral de acordo com a Lei Municipal 3.784 de 19 de setembro de 2019. Assim, além das aulas regulares, as crianças atendidas contam hoje com Práticas de Enriquecimento Curricular (PECs), contemplando diversas atividades dentro dos seguintes eixos: Educação Ambiental e Agroecologia; Cultura e Artes; Projeto de Pesquisa e Inovação Tecnológica; Esporte e Lazer; e Acompanhamento Pedagógico.

A escola atende atualmente 52 alunos da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano de escolaridade). São crianças oriundas de diversas realidades socioeconômicas, moradoras das localidades Gamboa, Chácara, Viana e Ponte Nova. A maior parte das famílias é composta por pequenos agricultores que cultivam a terra (em geral, agricultura convencional) como pequenos proprietários ou meeiros. Algumas famílias trabalham em fazendas da região e uma pequena parcela é composta por médios proprietários e empreendedores rurais.

A Educação Integral na Escola Municipal Rui Barbosa foi uma grande conquista para as crianças e a comunidade. Apesar dos desafios estruturais para a implementação do projeto. Nas poucas semanas de aulas presenciais ocorridas em 2020 foi possível perceber grandes avanços e conquistas do ponto de vista pedagógico. Lamentavelmente as atividades foram interrompidas pela pandemia. Espera-se retomar os projetos assim que seja possível o retorno das atividades presenciais.

Em seu Projeto Político Pedagógico (PPP) vem expresso como missão da instituição:

> Ofertar a Educação Integral e Integrada nos anos iniciais, desenvolvendo um currículo integrado, interdisciplinar e interdimensional, no qual o estudante atue como sujeito, construtor de aprendizagens integradas que façam sentido para ele… A finalidade geral da ampliação da jornada é proporcionar uma Educação Integral aos estudantes, por meio da efetiva associação entre a formação básica e outros conteúdos e experiências, garantindo-lhes a melhoria das aprendizagens em todas as áreas do conhecimento; a construção e ocupação da cidade como território educativo valorizando a memória e a identidade local e proporcionando ampliação de experiências e visão de mundo do educando; a

> possibilidade de exercício de voluntariado e intervenção social na comunidade e, finalmente, a promoção e o desenvolvimento de habilidades que ampliem o letramento em leitura escrita e Matemática. (PPP – EMRB, 2020).

Ao refletir sobre o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Rui Barbosa identificamos algumas questões importantes. É possível perceber pelas narrativas dos moradores da comunidade a existência de uma identidade coletiva marcada por certa apreciação negativa da própria comunidade. Uma visão extremamente marcada pela falta de recursos, de atendimento por parte do poder público no que se refere à infraestrutura e serviços básicos; pelas péssimas condições das estradas durante a maior parte do ano, pelas dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais para produzir e comercializar suas mercadorias, etc.

Percebemos ainda, que esta é uma comunidade bastante fragmentada. Não existe uma associação de moradores e quando se faz necessária a tomada de decisões em conjunto, ou mesmo a articulação da comunidade para resolução de algum problema pontual, esbarra-se em um grande desafio. Se por um lado muitas das famílias locais encontram-se neste território há gerações é possível notar, ainda, certa desvalorização da história e cultura locais em detrimento dos valores e tendências do mundo urbano-industrial contemporâneo. Partimos, então, do desafio da construção de uma proposta pedagógica pautada na valorização da identidade e da cultura local, que considere a realidade da comunidade, com seus desafios e potenciais.

Caminhando no sentindo de construir práticas pedagógicas cada vez mais alinhadas com a perspectiva da educação integral, a Escola Municipal Rui Barbosa vem desenvolvendo ações voltadas para o estreitamento dos laços entre escola e comunidade. Através

destas, vem buscando trazer cada vez mais a comunidade para o cotidiano escolar, desenvolver projetos pedagógicos comprometidos com a aprendizagem e as necessidades dos educandos, bem como com a realidade local. Assim, tem buscado potencializar o papel da escola enquanto ponto de referência para a comunidade, do ponto de vista cultural e social, e também reconhecer e explorar os potenciais educativos presentes na comunidade.

Algumas ações aconteceram neste sentido a partir do final do ano letivo de 2018 e durante o ano letivo de 2019, como passos iniciais para a implantação do horário integral, o que ocorreu em 2020. No entanto, com a interrupção das aulas presenciais devido à pandemia de COVID-19, muitos projetos para este ano ficaram parados. Dentre as ações realizadas em 2019 podemos citar: trazer os pais/comunidade cada vez mais para escola por meio de reuniões, atividades pedagógicas e culturais, ações sociais, etc.; reativação do Conselho Escolar e participação efetiva da comunidade escolar nos processos decisórios; parcerias com agentes locais como a ONG Crer-Sendo, Sítio Santo André, Rotary Clube e Grupo Petrópolis.

Uma das atividades realizadas pela escola, no final de 2018, que podemos considerar como um dos exemplos no que diz respeito ao entendimento da escola enquanto referência cultural e social para a comunidade foi o Dia do Circo na escola. O Grupo Circunflexo realizou uma apresentação que cativou tanto as crianças quanto suas famílias. A grande maioria nunca havia presenciado uma apresentação circense. Adultos e crianças expressaram encantamento com a apresentação. Consideramos a importância de que a escola promova atividades como esta, ampliando os horizontes culturais das crianças e da comunidade, assumindo papel de polo cultural, em um contexto onde as famílias locais têm dificuldade para acessar os eventos culturais que são realizados no centro urbano.

Visando à valorização do território, um dos projetos da escola consiste no trabalho com as Memórias da Comunidade. Isto se dá por meio da realização de entrevistas com antigos moradores, levantamento de fotografias e patrimônios locais, produção de material didático, realização de cartografia social, etc. Desta forma, é lançado um novo olhar sobre o acervo cultural da comunidade.

Um dos focos do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Rui Barbosa é a "Educação Ambiental e Agroecologia". Desde o final de 2018 a escola vem desenvolvendo ações pontuais voltadas para as questões de educação ambiental. Como exemplo podemos citar as vivências no sítio Santo André, na própria comunidade, onde há produção de mudas de árvores nativas; visita à trilha ecológica na área de reflorestamento do Grupo Petrópolis, mutirão de limpeza do entorno da escola, coleta seletiva, etc. Neste contexto, surge o projeto de uma horta na escola. Somando-se a esta ideia inicial, em 2019 a Secretaria Municipal de Educação convida a escola para participar do projeto de horta escolar sustentável elaborado pela Secretaria Municipal de Agricultura. Em função de questões operacionais entre as secretarias, e também pela interrupção das aulas em função da pandemia, o projeto ainda não foi implementado.

O Projeto de Horta Escolar elaborado pela Secretaria de Agricultura de Teresópolis, a ser implementado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação almeja a implantação de hortas nas escolas municipais da zona rural de Teresópolis-RJ. Segundo o documento apresentado pela Secretaria:

> Este projeto visa a interação dos alunos com a produção de alimentos, abordando práticas de produção sustentáveis e a valorização da produção agrícola regional. Frente ao histórico da atividade agrícola no município e sua movimentação

> econômica, a educação agrícola atuará como um instrumento fundamental para o envolvimento das novas gerações com o contexto rural, utilizando a Horta Escolar para uma aprendizagem multidisciplinar e contextualizada com as práticas de desenvolvimento sustentável. O projeto será desenvolvido em etapas, onde o aluno terá envolvimento desde planejamento da horta até o consumo. As práticas agroecológicas serão abordadas com uma visão comparativa com o sistema de produção praticado na região, a fim de despertar o aluno para uma reflexão sobre a produção sustentável (TERESÓPOLIS, 2019).

A horta escolar proporciona um ambiente vivo ao ar livre para as práticas das ciências, um espaço de reflexões e discussões sobre a prática, o conhecimento e o desenvolvimento de aspectos sobre educação ambiental, agrícola e alimentar. Com o projeto objetiva-se promover a valorização do campo e sua gente, da produção agrícola local e o resgate da cultura do meio rural, despertando reflexões sobre a importância da produção sustentável. O projeto será desenvolvido com manejo agroecológico que se caracteriza por prever um conjunto de práticas integradas com perspectivas ecológicas, proporcionando benefícios ambientais, sociais e econômicos.

No segundo semestre de 2019, foram dados os primeiros passos para execução do projeto na Escola Municipal Rui Barbosa. Após análise do espaço e do solo por equipe técnica da Secretaria de Agricultura, foi realizado com as crianças um mutirão para limpeza do terreno, registro dos olhares das crianças sobre o espaço no entorno da escola e a produção de registros fotográficos, através de desenhos e textos que mostrassem as expectativas das crianças sobre como seria o espaço até o final do ano, com a implementação da horta. Todos estes registros foram colocados em uma cápsula do

tempo (uma garrafa de vidro) que foi enterrada embaixo da goiabeira para ser desenterrada na última semana de aulas. Infelizmente, até o final do ano letivo de 2019, o projeto não foi executado em função de questões operacionais das Secretarias de Agricultura e Educação. Vamos agora aguardar o retorno das aulas presenciais para seguir o projeto.

Já no item que aborda a questão da proposta e organização curricular, o PPP da Escola Municipal Rui Barbosa aponta para o objetivo de estabelecer diálogos abertos com a cidade na proposta de uma Educação Integral e Integrada, destacando que:

> A ampliação da jornada deverá possibilitar o reconhecimento do território muitas vezes invisível na rotina diária de um currículo fragmentado para que efetivamente a educação integral possa articular os estudantes e executar um projeto de pesquisa e intervenção. […] A postura de interlocução e de atuação - aprender e conviver - é a que orienta e se materializa nas visitas, excursões, pesquisas de campo, entrevistas e intervenções de diferentes tipos, tão importantes quanto atividades em sala de aula. Trata-se de um exercício do olhar. O olhar o território no entorno da escola, aprender nele e com ele e a partir desse olhar propor soluções para os problemas do entorno. Essas soluções podem e devem ser o objeto de trabalho da pesquisa e intervenção ao longo do ano (ESCOLA MUNICIPAL RUI BARBOSA, s.d.).

Desta forma, uma das propostas expressas no PPP da escola é a constituição de uma rede educativa com os agentes do território do qual a instituição faz parte. Esta rede abrange:

- sítios e fazendas onde se encontram casas que estão entre as mais antigas construções da região, sendo referências da memória local;

- sítios onde se trabalha com agricultura familiar, de forma convencional e/ou com iniciativas que priorizam técnicas de manejo integrado da agricultura orgânica e agroecológica;

- criação de animais;

- cultivo de mudas de árvores nativas e de árvores frutíferas (Sítio Santo André);

- cultura e beneficiamento da cana de açúcar;

- sujeitos que possam contribuir com trabalhos acerca da cultura local, como culinária, artesanato, técnicas de construção de casas tradicionais (pau-a-pique);

- o grupo Crer-Sendo, ONG que desenvolve ações sociais e de proteção animal. Disponibiliza, também, atividades com música e artes;

- Grupo Petrópolis (trabalho com Educação Ambiental).

Com a formação desta rede objetiva-se explorar os tempos e os mais variados espaços da escola e do território, construindo com os sujeitos envolvidos as ações de aprendizagem. A relação indissociável entre a escola e o seu território integra o modelo curricular proposto na medida em que não é possível implementar práticas curriculares de Educação Integral desconectadas do contexto no qual os estudantes e suas famílias vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos, assim como Antônio Cândido, ao se referir a seu livro *Parceiros do Rio Bonito*, que:

> […] Talvez este trabalho ainda tenha algum interesse para os que acham que a reforma das condições de vida do homem brasileiro do campo não deve ser baseada apenas em enunciados políticos, ou em investigações especializadamente econômicas e agronômicas; mas também no estudo da sua cultura e da sua sociabilidade (CÂNDIDO, 2017, p. 13).

Com o presente trabalho reforçamos a importância das discussões sobre a ideia de território educativo para se pensar projetos de educação integral e o desenvolvimento sustentável dos diversos territórios. Além disso, consideramos a importância da história e saberes locais para a valorização da identidade, bem como a relevância do fortalecimento do sentimento de pertencimento para organização e ação coletivas. Desta forma, defende-se a importância da incorporação do patrimônio cultural e das questões presentes no cotidiano da comunidade no Projeto Político Pedagógico da Escola local. Esta, na perspectiva da educação integral e no entendimento do território enquanto território educativo, deixa de ser considerada como espaço único para a aprendizagem e passa a ser vista como uma referência na articulação de projetos educativos que levem em conta todo o acervo cultural do território, seus sujeitos e práticas.

Considera-se a importância de se explorar e aprofundar os conhecimentos acerca da comunidade em que se encontra inserida a escola por meio da realização de percursos pelo território com as crianças, de modo que estas possam ver com outros olhos aquele cenário até então habitual. Percebe-se na Gamboa a histórica construção de uma identidade coletiva local bastante negativa - marcada pela falta de acesso a bens e serviços como manutenção das estradas, telefonia, internet, iluminação pública, posto de saúde, espaços de cultura e lazer, dentre outros - que precisa ser superada e substituída pela valorização dos potenciais locais bem como pela

articulação comunitária em prol da resolução das questões postas como desafio na vida cotidiana do território.

A construção de práticas que possam levar ao desenvolvimento local passa, necessariamente, pela valorização da identidade e cultura locais e pela identificação das potencialidades da comunidade. Assim, um primeiro passo importante consiste no mapeamento de lugares com potencial para serem explorados enquanto recurso educativo no processo de construção de um conhecimento mais apurado sobre as características da comunidade.

A ideia inicial para este trabalho consistia em construir junto com as crianças um roteiro para passeios interativos pela comunidade, partindo dos conhecimentos prévios que as mesmas possuem sobre a localidade. Em seguida, seriam realizadas visitas exploratórias visando à coleta de dados (por meio de observação, conversa com agentes locais, registro de impressões, etc.) para apontamento de problemas e potencialidades presentes no local. Após a visita, a ideia era a construção de um roteiro de pesquisas para, de forma interdisciplinar, aprofundar os conhecimentos acerca do local explorado bem como pensar soluções possíveis para os problemas identificados. Por fim, depois de realizadas as pesquisas, apresentaríamos os resultados para a comunidade através da realização de feiras, novas visitas e/ou produção de materiais informativos. Uma ideia era produzir com as crianças um material didático apresentando a comunidade, para os moradores ou pessoas de fora. Contudo, com a interrupção das aulas presenciais em função da pandemia, esta parte prática não pode ser realizada neste momento, ficando como proposta para o retorno das atividades presenciais.

Considera-se que o desenvolvimento deste projeto possa apresentar um um caminho para envolver a comunidade em uma rede educativa preocupada com as questões postas no cotidiano local. O processo de valorização dos saberes, da cultura e das

práticas locais (como a produção de comidas tradicionais da comunidade, a arquitetura tradicional local, artesanato, o levantamento das histórias transmitidas pela oralidade ao longo das gerações), e o mapeamento de iniciativas interessantes na localidade (por exemplo, o trabalho desenvolvido pela ONG Crer-Sendo, o cultivo de mudas de árvores nativas no sítio Santo André, o aproveitamento da cana de açúcar por um morador local, a produção de orgânicos e a agricultura convencional em sítios, a criação de carneiros e cavalos) poderiam contribuir para uma maior articulação da comunidade na busca pela construção coletiva de soluções para os desafios encontrados cotidianamente.

Vemos o desenvolvimento como um processo de mudanças para melhor, que vise ao bem viver e que compreenda que a satisfação das necessidades humanas inclui, para além de todas as necessidades básicas, a liberdade, a participação e o acesso aos bens naturais e culturais. Todos estes aspectos são fundamentais para, coletivamente, pensarmos em um projeto de desenvolvimento para nossa comunidade. Neste sentido, se faz cada vez mais necessário um estreitamento dos laços entre escola e comunidade, em busca da construção de projetos pedagógicos que considerem a importância de contribuir para a formação de sujeitos e de uma comunidade cada vez mais autônoma.

É possível perceber que a maioria das propriedades agrícolas da comunidade em questão, bem como do município de Teresópolis, têm sua produção em sistema convencional e com pouca inclusão tecnológica. A temática do desenvolvimento rural sustentável tem se apresentado de forma crescente, mas ainda muito tímida, no setor agrícola do município. Assim, faz-se necessária a implementação de ações coletivas que propiciem mudanças gradativas que tenham como horizonte mudanças no paradigma da produção, uma nova visão por parte dos produtores da agricultura familiar, como objetiva o projeto de horta escolar citado neste trabalho.

As iniciativas aqui expostas podem ser consideradas como um movimento pequeno, mas, na esteira das ideias apresentadas anteriormente, podemos considerar o potencial transformador destas pequenas ações. Assim, estaríamos caminhando rumo a uma mudança paradigmática no que diz respeito às concepções sobre o território e o desenvolvimento, por parte dos sujeitos que são formados pelas interações que estabelecem entre si e com o meio neste território, ao mesmo tempo em que, neste processo, são também produtores do mesmo.

É necessário termos no horizonte a construção de novas perspectivas para o desenvolvimento, alternativas ao modelo capitalista tal como se apresenta hoje de forma predominante e uniformizadora no mundo. É preciso considerarmos as mais diversas escalas territoriais, os conflitos existentes, as tensões e os poderes instituídos em cada uma delas e as questões simbólicas ali envolvidas, buscando alternativas sustentáveis e uma justiça social cada vez maior. Tudo isto pode parecer utópico, mas mantermos vivas nossas utopias em um mundo tão árido constitui uma importante forma de resistência. Como nos ensina Fernando Birri, citado por Eduardo Galeano:

> A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar (GALEANO, 1994, p. 310).

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Ofício de Mestre**: imagens e auto-imagens. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

BRANDÃO, C. R. "A participação da pesquisa no trabalho popular". *In*: BRANDÃO, C. R. (org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CÂNDIDO, A. **Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul / São Paulo: EdUSP, 2017.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. "Por que aprender e educar no território?". **Portal Eletrônico Centro de Referência em Educação Integral** [08/04/2015]. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br>. Acesso em: 26/08/2020.

COSTA, N.; GOULART, M. A. "Educação integral e inclusiva: escolas e cidades para todas e todos". **Portal Eletrônico Diversa** [02/09/2016]. Disponível em: <https://diversa.org.br>. Acesso em: 15/07/2020.

EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO. "Quem Somos". **Portal Eletrônico Educação e Território**. Disponível em: <https://educacaoeterritorio.org.br>. Acesso em: 25/08/2020.

ESCOLA MUNICIPAL RUI BARBOSA. **Projeto Político Pedagógico**. Teresópolis: Escola Municipal Rui Barbosa, 2020.

FERREIRA, G. M. **Os Narradores da Gamboa**: Memória Social e Educação em Teresópolis-RJ (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Pedagogia). Niterói: UFF, 2016.

GALEANO, E. **As palavras andantes**. Porto Alegre: Editora L & PM, 1994.

GOULART, B. "Território Educativo". **Educação e Território** [24/08/2018]. Disponível em: <https://educacaoeterritorio.org.br>. Acesso em: 20/08/2020.

HAESBAERT, R. "Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade". **Portal Eletrônico PET Geografia UFRGS** [2004]. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea>. Acesso em: 10/08/2020.

NOGUEIRA, P. R. "Territórios Educativos: como aprender na cidade?". **Portal Aprendiz UOL** [06/04/2015]. Disponível em: <https://portal.aprendiz.uol.com.br>. Acesso em: 20/08/2020.

SACK, R. **Human Territoriality**: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SOUZA, M. J. L. "O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento". *In*: CASTRO, I. E. *et al*. (orgs.) **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

TERESÓPOLIS. **Projeto Horta Escolar**. Teresópolis: Secretaria Municipal de Agricultura, 2019.

CAPÍTULO 3

Racismo Ambiental e Estratégias de Superação para o Desenvolvimento Territorial em Santa Cecília, Teresópolis/RJ

RACISMO AMBIENTAL E ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EM SANTA CECÍLIA, TERESÓPOLIS/RJ

Jéssica Alves Coelho

Rafael Ângelo Fortunato

O racismo ambiental realça a desigualdade no Brasil e no mundo, colocando boa parte da população em situações de conflito e risco dentro de seus territórios. Este artigo busca discutir sobre como as comunidades expostas a situações de vulnerabilidade socioambiental elaboram estratégias para o enfrentamento do racismo ambiental. Ainda dentro deste tema, será salientada a importância do protagonismo destas comunidades nas ações que buscam a conquista de territórios saudáveis e espaços de convivência que valorizem os conhecimentos, a cultura e a paisagem local. Além disto, neste trabalho será feita uma breve abordagem histórica sobre o racismo e o racismo ambiental, de modo a esclarecer sobre como se deu seu surgimento, seus principais desdobramentos, tanto no Brasil como fora do país e sobre como estes acontecimentos refletem na dinâmica dos dias atuais. Intenciona-se ainda discutir sobre como o modelo econômico atual empurra a população preta e parda para locais insalubres. Contudo, para que análise seja realizada mais profundamente é necessário ainda adentrar em um tema sensível, principalmente no Brasil. Afinal, o que é ser negro neste país?

No município de Teresópolis, RJ, o bairro de Santa Cecília, foi objeto de estudo a fim de se tentar ilustrar as referências teóricas. Ao longo de quase doze meses, foi feita uma observação dos fenômenos e do cotidiano nesta localidade. O que como um estudo presencial após leituras sobre o tema, se transformou também em

uma observação das discussões do grupo de moradores (em um aplicativo de mensagens) da comunidade que a todo momento lançam mão de estratégias diversas para melhorar a qualidade de vida do bairro.

Foi realizada também uma revisão bibliográfica, analisando os principais autores sobre este tema, ainda tão pouco discutido. Dentre estes autores, estão os que discorrem amplamente sobre a questão das injustiças ambientais como Leonard (2011), Porto-Gonçalves (2012), Almeida (2018), Pacheco (2014), além de outras fontes relevantes que argumentam sobre injustiças ambientais como geradores de conflitos, como a Fiocruz em seu "Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil" e também dados estatísticos sobre raça e desigualdade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

REFERENCIAL TEÓRICO

Racismo, Racismo Ambiental e conflitos socioambientais

Racismo se configura pela relação de poder entre etnias. De maneira geral, essa relação de poder é exercida em detrimento de toda a etnia que não esteja dentro do espectro eurocêntrico que é tido como padrão. No Brasil, ao longo dos anos, o racismo se tornou parte da estrutura social, fazendo com que leis, acordos, diretrizes fossem construídos sob um viés de "cancelamento" de negros e indígenas (SILVA, 2018). De acordo com Almeida (2018), a economia também produz mecanismos de discriminação racial. Analisando o racismo estrutural sob a lente do capitalismo, o autor traz uma discussão pertinente: o mercado age, não de forma involuntária, de maneira a reforçar os estereótipos racistas construídos

historicamente. O fato de acontecer a divisão racial do trabalho, onde os cargos de menos "prestígio" e com menor requisito intelectual não são ocupados por pessoas negras ao acaso. Muito pelo contrário, o que Almeida (2018) busca discutir é sobre como o mercado, também por meio da cultura de massa difundida pelos meios abertos de comunicação, faz o imaginário popular acreditar que pessoas negras ganham menos ou ocupam cargos de subalternidade por uma questão cultural.

Além dos aspectos socioeconômicos, o racismo também pode se explicitar por meio de práticas que, principalmente por serem pouco discutidas ou até mesmo, ignoradas são cruéis para com negros e indígenas. Uma das práticas é o racismo ambiental, um conceito que se debruça sobre as injustiças sociais e ambientais que atingem de forma desmedida etnias consideradas vulnerabilizadas, como povos indígenas e comunidades negras (PACHECO, 2014).

As discussões sobre o tema surgiram na década de 1980 nos Estados Unidos como resultado de lutas pelos direitos civis de negros estadunidenses no decênio de 1960. Nesta ocasião, a comunidade negra de *Warren Country*, Carolina do Norte, protagonizou um levante contra a alocação de um depósito de resíduos tóxicos de bifenil-policlorado (PCB) nos arredores da localidade. A *Environmental Protection Agency (EPA)*, entidade de proteção ambiental norte americana, responsável pela descontaminação deste composto tóxico, retirava a terra contaminada de outras regiões da Carolina do Norte e a depositava no condado negro de *Warren* (ABREU, 2013). Tais protestos romperam fronteiras condado, levantando o debate da questão a nível nacional. Mais denúncias foram feitas e descobriu-se que três quartos dos aterros de resíduos tóxicos nos Estados Unidos estavam localizados em comunidades negras (HERCULANO, s.d.).

Leonard (2011) e Porto-Gonçalves (2012), trazem levantamentos sobre os conflitos ambientais estabelecidos entre

grandes corporações e países periféricos. Segundo este levantamento, Nigéria, Equador, Haiti, Índia e África do Sul são algumas das localidades nas quais a população enfrenta as consequências de um projeto de desenvolvimento excludente financiado por "países hegemônicos". Corporações como Shell e Texaco (antiga Chevron) estão entre os grandes conglomerados capitalistas que influenciam diretamente políticas ambientais injustas que evidenciam como o mercado define a dinâmica territorial. Não coincidentemente, estes países são de população majoritariamente preta.

No Brasil, desde os tempos do Império, a discussão sobre quem é de fato considerado cidadão permeia a identidade do sujeito. A dificuldade, à época, de se estabelecer a cidadania do indivíduo, residia na polêmica sobre como classificar cidadãos não nascidos no Brasil, como portugueses e africanos. Alguns indivíduos, segundo a discussão, mesmo sendo nascidos no Brasil, não teriam direito a cidadania reconhecida, como no caso de escravos e indígenas. Após deliberação, foi estabelecido que escravos africanos não seriam reconhecidos como brasileiros, diferentemente de imigrantes europeus que poderiam se naturalizar. Contudo, os escravos nascidos neste território, teriam sua cidadania afirmada caso obtivessem alforria.

Silva (2000) argumenta que por muitos anos, o conceito de raça foi negado nas ciências socais. Entretanto, Guimarães (1995) *apud* Silva (2000) diz que este conceito é pertinente pois, é necessário se demonstrar o caráter específico do preconceito de raça. A miscigenação é encarada como um fator que favorece a cultura diversa no Brasil. Porém, analisando fatos históricos, a miscigenação foi estratégia para a promoção do embranquecimento da população brasileira. Ainda permeia no imaginário da população que quanto mais clara a pele é, mais detentora de diretos e respeito é a pessoa. É importante salientar que a autora discute racismo enquanto

coletividade e enquanto instrumento de exclusão estrutural, e não enquanto acontecimentos individualizados.

Quando se analisa a etnia da população pobre no Brasil, se evidencia que, de certa forma, o modelo constituinte pensado em 1823, que relacionava cidadania, renda e etnia, ainda é vigente. Um estudo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) analisou a situação dos brasileiros dentre os anos de 2004 a 2015 e produziu importantes indicadores quanto à raça, gênero e renda no Brasil. Observa-se pelo estudo que pobreza no Brasil tem cor e que pessoas negras são de fato a maioria entre os moradores de regiões precarizadas e, consequentemente, com menos acesso ao saneamento ambiental. O crescimento da pobreza dado pela incompatibilidade de oportunidades e o número de novos habitantes resultou no aumento não só do número de favelas, mas também no número de habitantes das mesmas (FERREIRA, 2009).

No estado do Rio de Janeiro, de acordo com dados no "Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil", organizado pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), existe mais de trinta conflitos territoriais envolvendo questões ambientais em comunidades vulnerabilizadas. O município de Teresópolis também passa por problemas relacionados ao aterro sanitário, que se encontra interditado desde 2018, por ter se transformado em um "lixão" oferecendo risco para a população ao redor

De acordo com o último censo de 2010, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou que dentre os principais municípios da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, Teresópolis foi o que apresentou o maior número de aglomerados subnormais. Na ocasião Teresópolis possuía cerca de 160 mil habitantes. Também de acordo com o mesmo Censo, 18,97% da população declarada branca residia em favela. Em contrapartida, das mais de 58 mil pessoas que se declararam pardas, pretas ou indígenas, mais de 37% residiam nestes aglomerados subnormais. O

IBGE também estimou na época que o município chegaria à faixa dos 180 mil habitantes do ano de 2018, fato que pode influenciar um possível aumento da densidade populacional nas favelas.

O BAIRRO DE SANTA CECÍLIA: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA SOBRE RACISMO AMBIENTAL

O bairro de Santa Cecília, em Teresópolis, é limítrofe com parte do Complexo de São Pedro, o bairro mais populoso de Teresópolis e também o que abriga o maior número de favelas do município. Contudo, a comunidade também é vizinha de áreas nobres da cidade. De acordo com o Censo 2010, o bairro de Santa Cecília possuía uma população de cerca de 2600 habitantes, tendo mulheres como mais da metade dos moradores. Analisando estes dados sob a luz das discussões feitas anteriormente, pode-se perceber que em Santa Cecília, assim como em outras comunidades brasileiras, mulheres negras são a parcela da população que mais são afetadas pelo racismo estrutural. O primeiro contato com a Associação de Moradores e Amigos de Santa Cecília (AMASC), para a realização deste trabalho, se deu em setembro de 2019. Estiveram presentes na reunião, que na época acontecia todas as segundas as 19:00, o então presidente, um homem branco e outros 2 membros na associação, um homem negro, que mais tarde viria a assumir interinamente a gestão da associação e um que se declarou pardo.

A praça do bairro, cujo terreno foi cedido pela AMASC à comunidade, até aquele momento não havia sido limpa. Nesta praça, a associação, com o apoio da comunidade têm a intenção de construir um centro comunitário com coleta seletiva de lixo, atividade culturais e esportivas e embora estas atividades sejam de imensa importância para o desenvolvimento de Santa Cecília, as mesmas

não são providenciadas pelos órgãos municipais. A saída que AMASC acha para chegar aos objetivos de melhoria da comunidade é através de eventos para arrecadação de verba e também da colaboração da própria comunidade. Somente após muitas solicitações à Prefeitura Municipal e também com apoio e esforço comunitários, a praça foi limpa pela secretaria municipal responsável e um dos objetivos da comunidade pôde tomar forma, que é o espaço para coleta seletiva.

Outra importante conquista da comunidade foi a construção da horta comunitária. A horta foi construída em um terreno baldio e de acordo com a AMASC, essas ações são muito importantes para fomentar um sentimento positivo nos moradores a respeito do seu território. Pode-se classificar estas ações promovidas pela AMASC como ações educativas, que são importantes estratégias para mobilização e modificação do território. Rodrigues e Costa (2002) destacam que a educação é construída concomitantemente com os processos de luta por melhorias, que por si só já é uma dinâmica educativa. Citam ainda que, dentro das comunidades existem divisões, são comunidades dentro das comunidades. Dentro de um bairro podem haver territórios distintos entre si. Estes territórios vão desde aspectos religiosos, culturais e principalmente raciais. Um morador do bairro de Santa Cecília observou que existe um recorte racial na comunidade. Segundo suas observações, nas ruas com mais estrutura, têm as residências ocupadas por pessoas de cor branca e parda, ao passo que as vielas, becos e servidões, com menos estrutura para moradias adequadas, são ocupadas por pessoas pretas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que o racismo ambiental se manifesta no cotidiano das comunidades. Mesmo no município de Teresópolis,

onde a população se declara como de maioria branca, as favelas ainda são habitadas por maioria preta e parda. Para além da discussão sobre a modificação do território físico das comunidades, é importante promover a reconstrução crítica do espaço. Ações educativas dentro deste contexto, como já destacado, devem levar em conta processos culturais e históricos que limitam parte da população. A discussão sobre racismo ambiental é importante quando se discute mobilização comunitária, visto que a parcela da população em situação de vulnerabilidade social tem cor definida.

A participação ativa dos moradores nas ações, requerimentos, denúncias feitas por meio da associação são um passo para a modificação do território. Entretanto, a discussão sobre o recorte racial neste contexto ainda não é de fato considerada. Então, diante do exposto, se os moradores da comunidade percebem a prevalência de pretos e pardos nas partes mais precárias do bairro, por qual razão esta questão ainda não é levantada nas ações cotidianas? Será que quem se percebe pardo, o faz para isolar-se da discussão do racismo ambiental? Racismo ambiental seria de fato uma das injustiças ambientais? Ou seria redundante as duas expressões num mesmo contexto? O que se buscou neste trabalho foi observar a comunidade. Sua percepção de si mesma. As ações que permeiam a mudança do território, a mobilização comunitária para resolução dos problemas. E dentro desta observação, foi necessário inserir a discussão racial, visto que estatisticamente estes bairros são majoritariamente ocupados por pretos e pardos. Dados estatísticos são pessoas. Por detrás dos números existe história, existe mobilização e luta. Existe também falha do Estado no manejo das questões socais. Toda uma estrutura construída em detrimento de cidadãos que querem seu território digno.

REFERÊNCIAS

ABREU, I. S. "Biopolítica e Racismo Ambiental no Brasil". **Opinión Jurídica**, vol. 12, n. 24, dezembro, 2013.

ALMEIDA, Sílvio. **O que é Racismo Estrutural?** Feminismos Plurais. São Paulo: Editora Pólen Livros, 2018.

FERREIRA, A. "Favelas no Rio de Janeiro: nascimento, expansão, remoção e, agora, exclusão através dos muros". **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, vol. 14, n. 828, junho, 2009.

FIOCRUZ **-** Fundação Oswaldo Cruz. **Mapa de Conflitos Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2018. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br>. Acesso em: 28/04/2019.

GRINBERG, K. "Escravidão e Cidadania no Brasil". *In*: DANTAS, C. V. *et al*. (orgs.) **O negro no Brasil**: trajetórias e lutas em dez aulas de história. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

HERCULANO, S. "Racismo ambiental, o que é isso?". **Portal Eletrônico ResearchGate** [10/10/2014]. Disponível em: <https://www.researchgate.net>. Acesso em: 28/04/2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Aglomerados Subnormais**: informações territoriais. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 28/04/2019.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**. Brasília: IPEA, 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 09/01/2020.

LEONARD, A. **A História das Coisas**: da natureza ao lixo, o que acontece com tudo que consumimos. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

PACHECO, T. "Desigualdade, Injustiça Ambiental e Racismo: uma luta que transcende cor". **Development in Practice**, vol. 18, n. 6, novembro, 2008.

PORTO, M. F. *et al*. (orgs.). **Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

RODRIGUES, A.; COSTA, N. M. C. "Mobilização popular e comunitária para a implantação de programas de educação ambiental". **Revista Teias**, vol. 3, n.6, julho/dezembro, 2002.

SILVA, M. N. "O negro no Brasil: um problema de raça ou de classe?". **Revista Medicações**, vol. 5, n.2, julho/dezembro, 2000.

CAPÍTULO 4

Percepção da Qualidade dos
Espaços Públicos de Lazer de Teresópolis/RJ

PERCEPÇÃO DA QUALIDADE DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER DE TERESÓPOLIS/RJ

Matheus de Sá Freitas Tavares

Marcela do Nascimento Padilha

Para o filósofo holandês Johan Huizinga, autor do Homo Ludens (1938), o comportamento lúdico faz parte da natureza humana, sendo um comportamento anterior à cultura, pois pode ser observado em outros animais. Porém o comportamento lúdico da espécie humana também é um fenômeno social e possui diversas peculiaridades como o fato de transformar a ludicidade em atividade (SANTOS; PACHECO, 2018).

Este comportamento passou a ser observado mais claramente após a Revolução Industrial e, de acordo com Santos e Pacheco (2018), devido a diversas conquistas de direitos pelos trabalhadores que, após muitas lutas, conseguiram um período de tempo remunerado de não trabalho destinado à manutenção da vida o que, após o cumprimento de suas obrigações, lhe permitiu o lazer.

Lazer tem os seguintes significados: divertimento; atividade agradável praticada num momento de descanso ou de entretenimento, descanso; interrupção de uma atividade, geralmente para descansar (DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS). Para Santos e Pacheco (2018) o lazer deve ser ressaltado como uma atividade sociocultural e promotora de uma manutenção na saúde mental do indivíduo.

Na Constituição Federal do Brasil (1988), Capítulo II, Artigo 6°, o Lazer é garantido como um direito social equiparado à saúde, educação, previdência social, entre outros.

> **Art. 6º** São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, **o lazer**, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

De forma generalizada e de acordo com Ferrari (2004, p. 219), espaço público é "qualquer área urbanizada inalienável, sem edificação e destinada ao uso comum ou especial dos munícipes, como praças, parques, ruas, jardins, largos, etc."

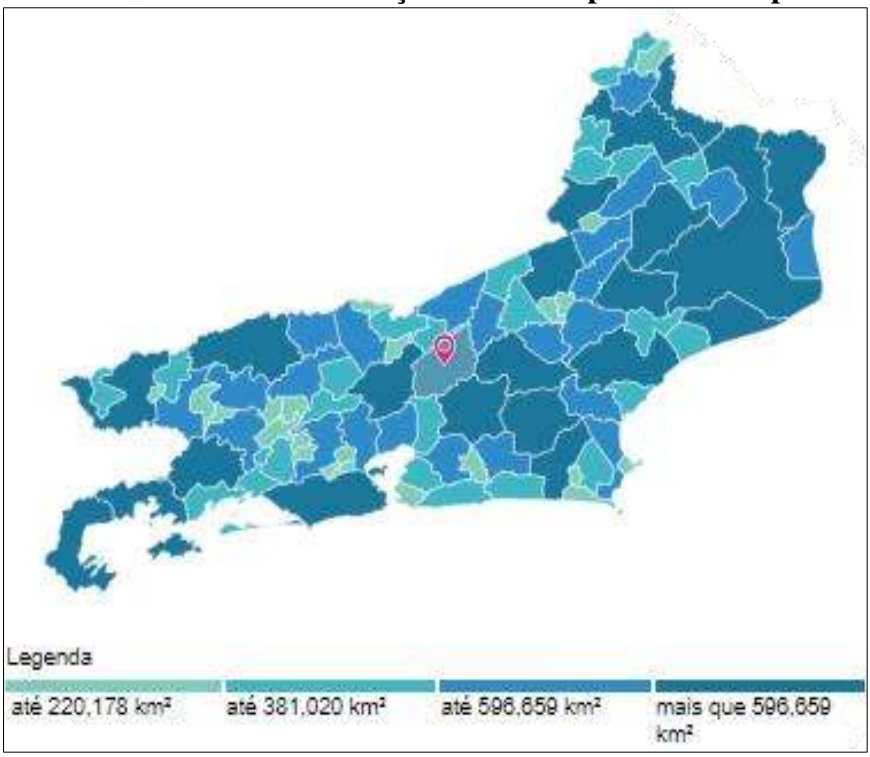
Para Fajersztajn, Veras e Saldiva (2016), a integração de políticas de promoção da saúde coletiva e de urbanismo pode resultar em ganhos de saúde significativos para os moradores de cidades, uma vez que o ambiente urbano, do qual fazem parte os espaços públicos, pode facilitar ou dificultar hábitos individuais saudáveis.

Atualmente doenças como hipertensão arterial, diabetes tipo 2 e obesidade fazem parte do grupo das Doenças e Agravos Não Transmissíveis (DANT), ou Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT), grupos diretamente relacionados com a forma que a sociedade está organizada, ao estilo de vida urbano (FAJERSZTAJN; VERAS; SALDIVA, 2016) e constituem a maior carga de morbimortalidade do mundo, sendo que no Brasil chegam a corresponder a 72% das causas de morte (MALTA *et al.*, 2019).

Uma tentativa de alterar esse cenário foi por meio da Portaria 719, de 07 de abril de 2011, atribuída pelo Ministério da Saúde, onde foi implementado o conceito das Academias ao Ar Livre (AAL) em espaços públicos. As AAL surgem como uma estratégia governamental que considera o monitoramento, necessidade de integração e a continuidade das ações de Vigilância em Saúde, Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças e Agravos Não-Transmissíveis com a Estratégia de Saúde (MOURA; MELLO; KOCH, 2014; FAJERSZTAJN; VERAS; SALDIVA, 2016).

De acordo com os últimos dados providos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), o município de Teresópolis possui população estimada de 184.240 pessoas e, em 2017, contava com um PIB per capita de R$28.882,28. O percentual das receitas oriundas de fontes externas do município chegou a totalizar 69,6% em 2015 e o índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 2010 foi de 0,730.

Figura 1 - Mapa do Estado do Rio de Janeiro com marcação no Município de Teresópolis



Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/teresopolis/panorama>. Acesso em: 06/09/2020.

Um estudo socioeconômico realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro denominou Teresópolis como um local ideal para o descanso, turismo ecológico, gastronômico e para o lazer. Além de atrações culturais como a Casa de Cultura de Teresópolis, Igreja Matriz de Santa Tereza, Praça Higino da Silveira entre outras, Teresópolis também conta com diversas atrações naturais, possuindo atualmente três unidades de conservação qualificados como parques: o Parque Nacional da Serra dos Órgãos – PARNASO, Parque Estadual dos Três Picos – PETP – e o Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis (PNMMT) (TCE-RJ, 2003).

O PARNASO é uma Unidade de Conservação Federal de Proteção Integral criada em 30 de novembro de 1939. Possui sedes nos municípios de em Guapimirim, Petrópolis e Teresópolis e tem como maior objetivo a preservação de amostras representativas dos ecossistemas nacionais.

De acordo com o Instituto Estadual do Ambiente – INEA – o Parque Estadual dos Três Picos é a maior unidade de conservação de proteção integral administrada pelo Estado do Rio de Janeiro. Com território de 65.113 hectares, o parque foi criado em 05 de junho de 2002 e expandido em 2009, atualmente abrangendo parte dos municípios de Teresópolis, Guapimirim, Nova Friburgo, Cachoeiras de Macacu e Silva Jardim.

O Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis – PNMMT – é uma unidade de conservação de proteção integral, criada pelo município de Teresópolis, que possui uma área de 4.397 hectares. Criado em 06 de julho de 2009, o parque situa-se na região noroeste do município, limitando-se com os municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto.

Figura 2 - Parques dentro do município de Teresópolis



Fonte: Google Earth.

Tanto o PETP quanto o PNMMT possuem acesso gratuito, enquanto o PARNASO condiciona sua entrada a um ingresso, este que possui desconto para moradores do município.

Parques e praças propiciam o convívio social, a prática de atividades físicas e diferentes oportunidades de lazer (SILVA *et al.*, 2012), assim como também resultam em ganhos de saúde significativos para a população (FAJERSZTAJN; VERAS; SALDIVA, 2016). Todavia, o interesse populacional por esses locais é intrínseco a um amparo adequado e uma infraestrutura organizada (ZIPEROVICH, 2007 *apud* SILVA *et al., 2012*). Sendo assim, este presente estudo pretende verificar a percepção que a população de Teresópolis/RJ tem de seus espaços públicos de lazer, elemento de vital importância para o emprego de recursos e políticas públicas.

METODOLOGIA

Inicialmente este estudo tinha como objeto principal três espaços públicos de lazer da cidade de Teresópolis onde as entrevistas seriam realizadas presencialmente. O estudo começou dessa forma, porém não pode ser concluído devido aos acontecimentos relacionados à pandemia do Sars CoV-2 no ano de 2020.

Com o impedimento de estar nos espaços públicos e realizar este estudo, optou-se pela reformulação do questionário em uma abordagem online, alterando algumas questões para que ele pudesse ser respondido por qualquer morador da cidade independente do bairro que more. O questionário foi feito e aplicado com o auxílio da plataforma do aplicativo Google formulários.

Após a elaboração de um questionário semiestruturado, ele foi aplicado com o intuito de averiguar a percepção da população de Teresópolis sobre os seus espaços públicos de lazer. O questionário foi compartilhado em redes sociais e pelos ciclos sociais dos envolvidos. Teve sua divulgação no dia 28 de março de 2020 e ficou disponível para respostas até o dia 5 de abril do mesmo ano.

O questionário abrangeu questões qualitativas e quantitativas como bairros, gênero, idade dos entrevistados, se os entrevistados frequentam espaços públicos de lazer, o motivo que os leva a esses espaços e sugestões de melhorias para esses espaços. Por fim foram usadas algumas afirmações usando o método *likert* onde é realizada uma afirmação e perguntado para o entrevistado se ele concorda totalmente ou parcialmente, se discorda parcialmente ou totalmente, ou se é indiferente. As questões abrangeram as características quantidade de espaços de lazer, manutenção desses espaços pelo poder público e possíveis melhorias nesses espaços.

Após a aplicação do questionário foram identificadas as principais praças e parques referentes às regiões que os entrevistados informaram morar e então foi realizado um *checklist* que buscava abranger alguns aspectos como as estruturas e equipamentos presentes nos espaços, sua manutenção e se o espaço seria arborizado, como pode ser observado no Quadro 1, identificado abaixo.

Quadro 1 - Tópicos presentes no *Checklist*

Equipamentos				Manutenção				Outro
Parquinho	Academia	Bancos e Mesas	Quadra ou similar	Sem Lixo	Pintura em dia	Buracos no calçamento	Parquinho em bom estado	Arborizada

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Checklist.

Questionário sobre a qualidade dos espaços públicos de lazer de Teresópolis

1. Morador de Teresópolis?

a) Sim b) Não

2. Qual sua idade?

3. Sexo:

a) Homem b) Mulher c) Outro

4. Qual bairro você mora?

5. Entendendo Espaços Públicos de Lazer como Praças e Parques. Você frequenta ou já frequentou esses espaços da cidade de Teresópolis?

a) Sim b) Não

6. Com qual frequência você frequenta os espaços públicos de lazer de Teresópolis?

a) Não Frequento b) Uma vez ao mês

c) Uma a três vezes por semana d) Mais de três vezes por semana

7. Por qual motivo você frequenta esses espaços?

8. Na sua opinião, o que poderia ser feito para melhorar os espaços públicos de lazer?

9. Responda a afirmativa com a resposta que mais precisa na sua opinião: Teresópolis não possui espaços de lazer como parques e praças suficientes para atender sua população.

a) concordo totalmente b) concordo parcialmente c) indiferente

d) discordo parcialmente e) discordo totalmente

10. Responda a afirmativa com a resposta que mais precisa na sua opinião: O Governo mantém todos os espaços de lazer de Teresópolis limpos e bem cuidados.

a) concordo totalmente b) concordo parcialmente c) indiferente

d) discordo parcialmente e) discordo totalmente

11. Responda a afirmativa com a resposta que mais precisa na sua opinião: Não existe qualquer melhoria a ser feita nos espaços de lazer de Teresópolis.

a) concordo totalmente b) concordo parcialmente c) indiferente

d) discordo parcialmente e) discordo totalmente

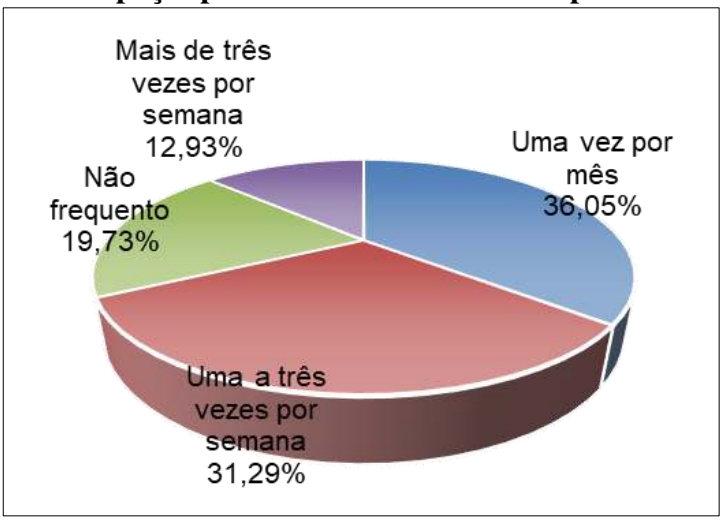
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Perfil dos Entrevistados

O questionário disponibilizado foi respondido por sessenta e seis homens (44,9%) e oitenta e uma mulheres (55,1%), totalizando

cento e quarenta e sete pessoas. Deste total, cinquenta e três pessoas (36,05%) relataram que frequentam espaços públicos de lazer uma vez por mês. Além disso, quarenta e seis pessoas (31,29%) relataram que frequentam esses locais uma a três vezes por semana, enquanto dezenove pessoas (12,92%) afirmaram que frequentam mais de três vezes por semana. Por fim, vinte e nove pessoas (19,73%) responderam que não frequentavam espaços públicos de lazer.

Gráfico 1 - Frequência nos espaços públicos de lazer de Teresópolis



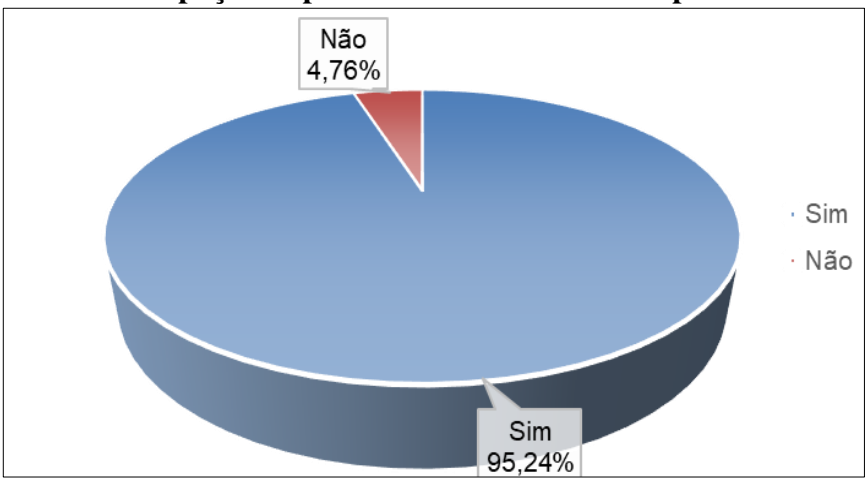
Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Google Formulários.

Os entrevistados e os espaços públicos de Lazer

Com relação a frequentarem os espaços públicos de lazer da cidade, mais de noventa e cinco porcento (95,24%) dos entrevistados

responderam que os frequentam ou os frequentaram. Como pode ser observado no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Já frequentou ou frequenta os espaços de públicos de lazer de Teresópolis?



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Google Formulários.

Das cento e quarenta e sete entrevistas analisadas no trabalho, foram relatados quarenta bairros diferentes, sendo os mais frequentes: Várzea, que apareceu vinte e duas vezes (14,86%); Alto, com vinte e uma aparições (14,19%); Albuquerque aparecendo dez vezes (6,76%); Agriões, que apareceu nove vezes (6,08%); Araras e Meudon, ambos com sete aparições cada (4,72%) e Barra do Imbuí, Bom Retiro e São Pedro com seis relatos cada (4,05%). Valores referentes a todos os bairros presentes nas respostas do questionário podem ser observados no quadro 2.

Quadro 2 - Quantidade de respostas por moradores de cada bairro

Bairros	Respostas	Bairros	Respostas
Várzea	22	Jardim Féo	2
Alto	21	Jardim Meudon	2
Albuquerque	10	Pimenteiras	2
Agriões	9	Santa Cecília	2
Araras	7	Soberbo	2
Meudon	7	Caleme	1
Barra do Imbuí	6	Cascata do Imbuí	1
Bom Retiro	6	Cascata dos Amores	1
São Pedro	6	Imbuí	1
Fonte Santa	4	Jardim Europa	1
Tijuca	4	Parque do Imbuí	1
Vale do Paraíso	3	Parque do Ingá	1
Vila Muqui	3	Prata	1
Água Quente	2	Quebra Frascos	1
Bairro dos Artistas	2	Quinta Lebrão	1
Cascata Guarani	2	Santa Rosa	1
Ermitage	2	Vale da Revolta	1
Fátima	2	Vargem Grande	1
Fazendinha	2	Venda Nova	1
Granja Guarani	2	Volta do Pião	1
TOTAL		**147**	

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Google Formulários.

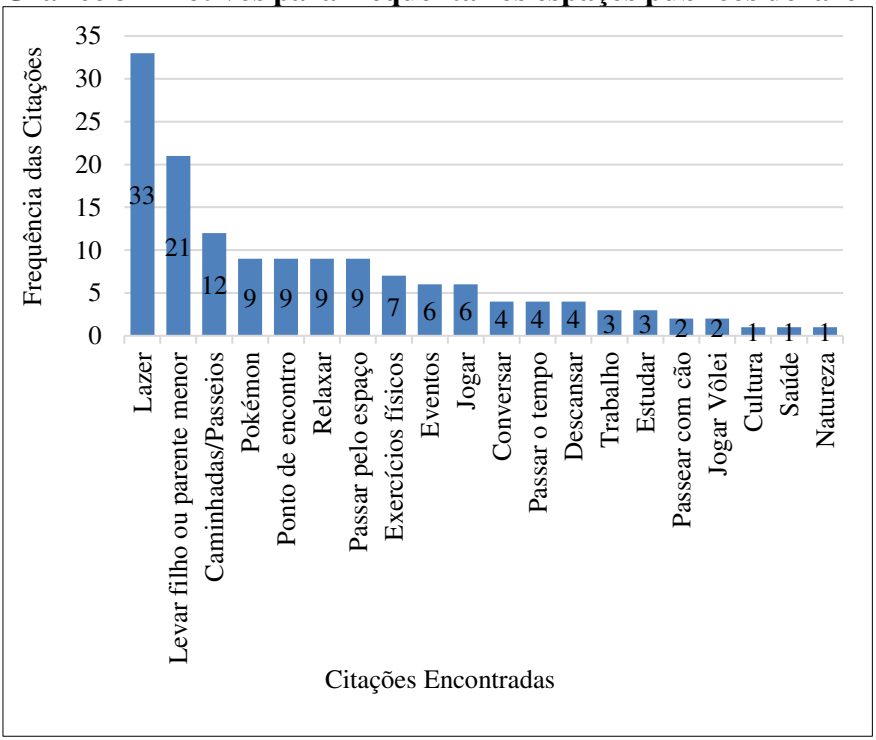
Motivos para frequentar espaços públicos de lazer

Em uma questão discursiva foi questionado aos entrevistados o que os levava a frequentar os espaços públicos de lazer da cidade de Teresópolis. Das cento e quarenta e nove (149) respostas consideradas para análise obtivemos cento e trinta e duas (132) respostas nessa questão. Como as respostas passaram a indicar um padrão, esse padrão foi dividido nas citações que mais apareceram

para, assim, quantificar quais são os principais motivos que levam a população a esses espaços. Cada resposta podia conter mais de uma citação, sendo assim contabilizados um total de cento e cinquenta e duas (152) citações dentro das cento e trinta e duas (132) respostas obtidas nessa questão.

Pode-se observar que a citação que mais apareceu foi "lazer", aparecendo trinta e três vezes. Outra citação que se destacou foi a de "levar filho e/ou parente" para o espaço, essa aparecendo vinte e uma vezes, seguida de "caminhadas/passeios" com doze citações.

Gráfico 3 - Motivos para frequentar os espaços públicos de lazer



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Google Formulários.

Outras citações encontradas foram “pokémon”, aparecendo nove vezes e provavelmente se referindo ao jogo de realidade aumentada, lançado em 2016 para dispositivos móveis da produtora *Niantic*; “ponto de encontro”, “relaxar” e “passar pelo espaço”, todas também aparecendo nove vezes; “exercícios físicos” com sete citações; “eventos” e “jogar” ambas com seis citações; “conversar”, “passar o tempo” e “descansar” com quatro citações cada; “trabalho” e “estudar” com três citações cada; “passear com cão” e “jogar vôlei” com duas citações cada; “cultura”, “saúde” e “natureza” com uma citação cada. Como pode ser observado na Gráfico 3.

Melhorias nos espaços públicos de lazer

Quando perguntado sobre quais melhorias poderiam ser feitas nos espaços públicos de lazer de Teresópolis foi obtido um total de cento e trinta e duas (132) respostas e dessas respostas foram encontradas cento e sessenta e sete (167) citações. Dentro das citações elas foram divididas em três grandes tópicos: Manutenção, Construir Novas Estruturas e Outros.

Dentro do tópico “Manutenção” contabilizaram-se quarenta citações para Reformas (sem especificar), vinte e nove para Limpeza, doze para iluminação e uma para Cuidados com o jardim. Já o tópico “Construir Novas Estruturas” teve quatorze menções a infraestrutura (sem especificar), doze para “Estruturas de lazer e/ou de atividade física”, dez para “Parquinhos”, nove para “Bancos/Mesas”, nove para “Praças e/ou Parques”, quatro para “Áreas Cobertas”, dois para “Banheiro” e uma para “Áreas com Tomadas”. E por fim no tópico “Outros” obtiveram-se vinte e três citações para “Segurança”, quinze citações para “Eventos”, sete para “Arborização” e dois para a “Não necessidade de realizar mudanças”. Todos os achados podem ser observados no quadro 3.

Quadro 3 - Citações dos entrevistados sobre melhorias nos espaços públicos de lazer

TÓPICOS	Número de citações
MANUTENÇÃO	
Reforma - sem especificar	40
Limpeza	29
Iluminação	12
Cuidados com o jardim	1
CONSTRUIR NOVAS ESTRUTURAS	
Infraestrutura - sem especificar	14
Estruturas de lazer e/ou atividades físicas	12
Parquinhos	10
Bancos/Mesas	9
Praças e/ou parques	9
Áreas cobertas	4
Banheiros	2
Áreas com tomadas	1
OUTROS	
SEGURANÇA	23
EVENTOS	15
ARBORIZAÇÃO	7
NÃO NECESSITAM DE MUDANÇAS	2
TOTAL DE CITAÇÕES	**190**

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Google Formulários.

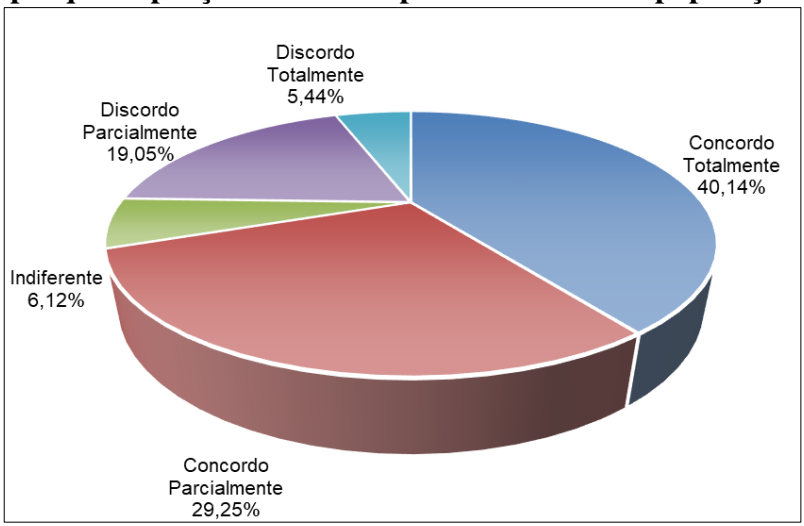
Escala *Likert*

Com a finalidade de averiguar de forma mais direta a opinião da população sobre os seus espaços públicos de lazer foram desenvolvidas três questões fazendo uso da escala *likert*, onde é dada uma afirmação e por fim cinco opções para o entrevistado, sendo

elas: discordo totalmente, concordo totalmente, discordo parcialmente, concordo parcialmente e indiferente.

Quando afirmado que "Teresópolis não possui espaços de lazer como parques e praças suficientes para atender sua população", 40,14% concordam totalmente, 29,25% concordam parcialmente, 19,05% discordam parcialmente, 6,12% marcaram indiferentes e 5,44% marcaram que discordam totalmente, como pode ser visto na Gráfico 4.

Gráfico 4 - Teresópolis não possui espaços de lazer como parques e praças suficientes para entender sua população

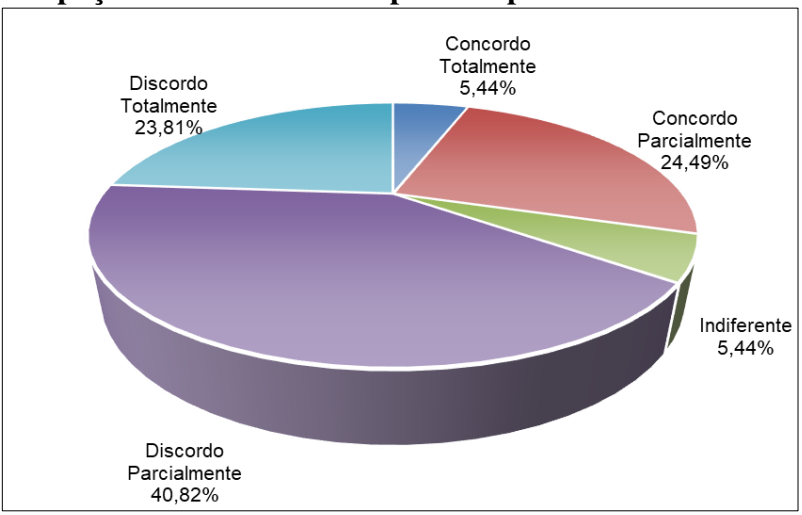


Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Google Formulários.

De acordo com as respostas do questionário mais de 69% dos entrevistados concordam que há carência de espaços públicos de lazer na cidade de Teresópolis.

Sobre a afirmação que "O Governo mantém todos os espaços de lazer de Teresópolis limpos e bem cuidados", 40,82% discordam parcialmente, 23,81% discordam totalmente, 24,49% concordam parcialmente, 5,44% concordam totalmente e 5,44% marcaram indiferente. Como pode ser visto na Gráfico 5.

Gráfico 5 - O Governo mantém todos os espaços de lazer de Teresópolis limpos e bem cuidados



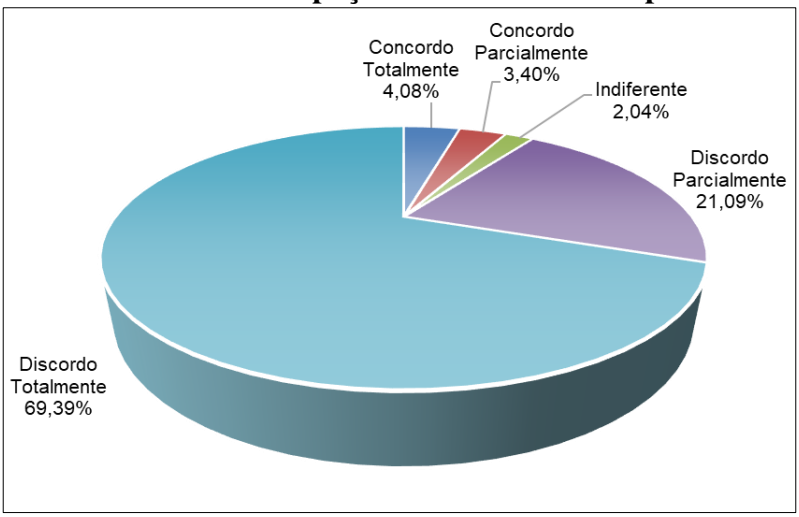
Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Google Formulários.

Como pode ser visto no gráfico pouco mais que 64% dos entrevistados marcaram que discordam da afirmação, logo a maioria dos entrevistados não concorda que o "Governo" mantenha seus espaços públicos limpos e bem cuidados.

Por fim, na afirmação "Não existe qualquer melhoria a ser feita nos espaços de lazer de Teresópolis" 69,39% discordam totalmente, 21,09% discordam parcialmente, 4,08% concordam

totalmente, 3,40% concordam parcialmente e 2,04% marcaram indiferente. Os achados podem ser observados na Gráfico 6.

Gráfico 6 - Não existe melhoria a ser feita nos espaços de lazer de Teresópolis



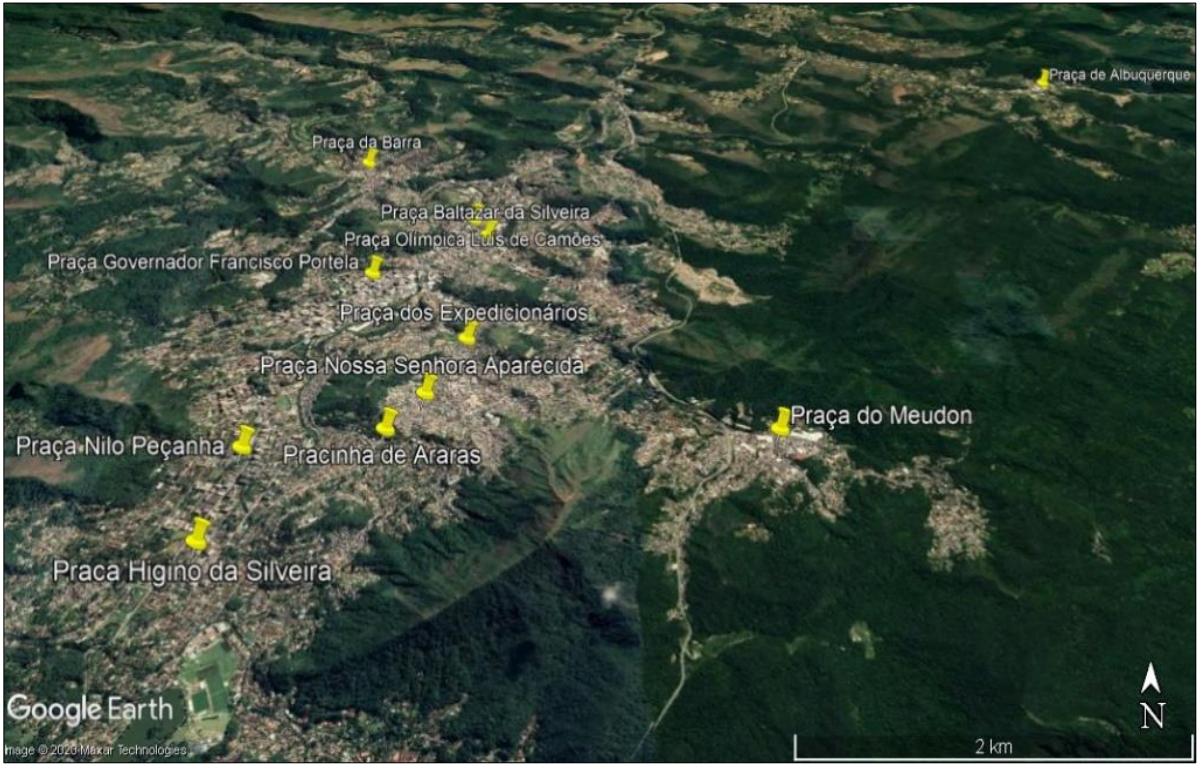
Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Google Formulários.

Com esses resultados temos exatamente 90,48% dos entrevistados discordando que não existam melhorias a serem feitas nos espaços públicos da cidade.

Levantamento dos principais espaços de lazer dos entrevistados

De acordo com as respostas dos formulários foram escolhidos os bairros com maior número de respostas para a realização de um *checklist* em suas áreas públicas de lazer.

Figura 3 - Imagem via satélite localizando os espaços públicos de lazer analisados no *checklist*



Fonte: Google Earth.

No bairro da Várzea (Centro) foram analisadas duas praças, sendo elas duas das principais praças da cidade. São elas: Praça Baltazar da Silveira e Praça Olímpica Luiz de Camões. Nesse bairro a Praça de Esportes Radicais não foi analisada pois se encontra fechada devido a medidas restritivas decorrente da pandemia do SarsCov19. No bairro do Alto também foram analisadas duas praças de relevância para a região; são elas: a Praça Higino da Silveira e a Praça Nilo Peçanha. No bairro de Albuquerque uma praça cujo nome não foi identificado.

Em Agriões foi analisada uma praça chamada Praça Governador Portela, localizada atrás da Prefeitura da cidade. E em Araras foi analisada uma pequena praça cujo nome não foi identificado. No Meudon foi analisada a principal praça do bairro. Enquanto na Barra do Imbuí foi analisada a Praça da Barra. No bairro Bom Retiro não foi encontrada nenhuma área pública de lazer que se enquadrava com os critérios do questionário aplicado. E, por fim, no bairro São Pedro foram analisadas duas praças. São elas a Praça dos Expedicionários e Praça Nossa Senhora Aparecida.

Todos os onze espaços públicos de lazer selecionados foram praças, nove dos espaços contavam com parquinho e destes, cinco parquinhos precisavam de manutenção para terem sua função restaurada. Já academias apenas 4 espaços contavam com elas, todas estavam em bom estado.

Dez dos onze espaços contavam com bancos e mesas, com exceção da Praça Olímpica Luís de Camões, uma das principais e maiores praças do centro, contava apenas com três bancos, e sem nenhuma mesa no espaço. Com relação a quadras ou similares, como garrafão para basquete ou campo de futebol, seis dos espaços contavam com essas estruturas.

Quadro 4 - *Checklist* praças públicas de Teresópolis

Bairro	Praça	Equipamentos			
		Parquinho	Academia	Bancos e Mesas	Quadra ou similar
Agriões	Praça Governador Francisco Portela	Sim	Sim	Sim	Não
Albuquerque	Praça de Albuquerque	Sim	Não	Sim	Sim
Alto	Praça Higino da Silveira	Sim	Não	Sim	Sim
Alto	Praça Nilo Peçanha	Sim	Sim	Sim	Não
Araras	Pracinha de Araras	Não	Não	Sim	Não
Barra	Praça de Barra	Sim	Sim	Sim	Não
Centro	Praça Baltazar da Silveira	Não	Não	Sim	Não
Centro	Praça Olímpica Luís Camões	Sim	Não	Não	Sim
Meudon	Praça de Meudon	Sim	Sim	Sim	Não
São Pedro	Praça dos Expedicionários	Sim	Não	Sim	Sim
São Pedro	Praça Nossa Senhora Aparecida	Sim	Não	Sim	Sim

Bairro	Praça	Manutenção				Outro
		Sem Lixo	Pintura em dia	Buracos no calçamento	Parquinho em bom estado	Arborizada
Agriões	Praça Governador Francisco Portela	Sim	Não	Não	Sim	Sim
Albuquerque	Praça de Albuquerque	Não	Não	Sim	Não	Sim
Alto	Praça Higino da Silveira	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Alto	Praça Nilo Peçanha	Sim	Sim	Não	Não	Sim
Araras	Pracinha de Araras	Não	Não	Sim	-	Sim
Barra	Praça de Barra	Sim	Sim	Não	Não	Sim
Centro	Praça Baltazar da Silveira	Sim	Sim	Não	-	Sim
Centro	Praça Olímpica Luís Camões	Não	Sim	Não	Não	Sim
Meudon	Praça de Meudon	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
São Pedro	Praça dos Expedicionários	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
São Pedro	Praça Nossa Senhora Aparecida	Sim	Sim	Não	Sim	Sim

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Checklist.

Quatro das nove praças contavam com a presença de lixo, em especial as praças de Albuquerque e Araras contavam com resíduos de construção. Com relação a pintura em dia três espaços não cumpriram esse critério, sendo que na Praça Governador Francisco Portela isso era uma característica somente do parquinho, porém sem atrapalhar que ele mantivesse sua função de lazer.

No que diz respeito a presença ou não de buracos no calçamento três espaços foram encontrados com buracos ou falhas no calçamento. Todos os onze espaços eram arborizados. Esses achados podem ser vistos de forma comparativa no quadro 4.

CONCLUSÃO

A prática do lazer é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 e, de acordo com o formulário respondido, foi o motivo mais usado pela população de Teresópolis para frequentar as praças da cidade. Também de acordo com os dados obtidos, é possível concluir que, embora a grande maioria dos moradores da cidade de Teresópolis/RJ frequente, por inúmeros motivos, seus diversos espaços públicos de lazer, é evidente a insatisfação dos moradores com esses locais.

De acordo com os entrevistados, ainda existem melhorais a serem feitas nos espaços públicos da cidade, existindo, na opinião deles, uma carência tanto na quantidade de espaços públicos de lazer bem como na qualidade dos espaços já existentes, apresentando problemas como precarização na limpeza, manutenção e segurança.

Como já foi citado neste trabalho, parques e praças possuem um importante papel em propiciar o convívio social, a prática de atividades físicas e diferentes oportunidades de lazer, além de promoverem melhorias na saúde da população. Porém, o interesse

por esses espaços está diretamente associado ao cuidado e infraestrutura.

Os resultados presentes neste trabalho podem auxiliar o poder público do município de Teresópolis/RJ na tomada de decisões acerca dos seus espaços públicos de lazer, contribuindo para uma gestão de qualidade e estimulando que mais membros da comunidade frequentem esses espaços em seu tempo livre.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. F. R. *et al*. "Educação ambiental em praça pública: relato de experiência com oficinas pedagógicas". **Ciência & Educação**, vol. 10, n. 1, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 21/08/2020.

DICIO - Dicionário Online de Português. "Lazer". **Portal Eletrônico DICIO**. Porto: 7GRAUS, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/lazer>. Acesso em: 31/08/2020.

FAJERSZTAJN, L. *et al*. "Como as cidades podem favorecer ou dificultar a promoção da saúde seus moradores?". **Estudos Avançados**, vol. 30, n. 86, janeiro/abril, 2016.

FERRARI, C. **Dicionário de Urbanismo**. São Paulo: Disal, 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Teresópolis Panorama**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 28/03/2020.

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da biodiversidade. "Parque Nacional da Serra dos Órgãos". **Portal Eletrônico do ICMBio**. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/parnaserradosorgaos>. Acesso em: 30/07/2020.

INEA - Instituto Estadual do Ambiente. "Parque Estadual dos Três Picos". **Portal Eletrônico do INEA**. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br>. Acesso em: 30/07/2020.

MALTA, D. C. *et al*. "Probabilidade de morte prematura por doenças crônicas não transmissíveis, Brasil e regiões, projeções para 2025". **Revista Brasileira de Epidemiologia**, vol. 22, agosto, 2019.

MENDONÇA, E. M. S. "Apropriações do espaço público: alguns conceitos". **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, vol. 7, n. 2, dezembro, 2007.

MOURA, J. R. *et al*. "Esporte, lazer e atividade física: redefinição dos espaços públicos e o discurso da qualidade de vida". **Revista Digital EFDeportes.com**, vol. 19, n. 192, maio, 2014.

SANTOS, R.F.; PACHECO, R. **Lazeres**: para fazer melhor é preciso compreender. São Paulo: Senac, 2018.

SECTUR - Secretaria de Turismo de Teresópolis. **Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis**. Teresópolis: SECTUR, 2020.

SILVA, E. A. P. C. *et al*. "Sociedade, cultura e saúde: motivação na utilização de espaço público de lazer". **Movimento**, vol. 18, n. 1, janeiro/março, 2012.

SILVA, E. A. R.; ELALI, G. A. "O papel das praças para o envelhecimento ativo sob o ponto de vista dos especialistas". **Pesquisa e Práticas Psicossociais**, vol. 10, n. 2, dezembro, 2015.

SILVA, M. J. *et al*. "O uso do espaço público da praça: considerações sobre a atuação do terapeuta ocupacional social". **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, vol. 27, n. 2, 2019.

TCE-RJ - Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. **Estudos Socioeconômicos**. Rio de Janeiro: TCE-RJ, 2003. Disponível em: <http://www.tce.rj.gov.br>. Acesso em: 22/08/2020.

CAPÍTULO 5

Podcast para o
Desenvolvimento Territorial é Possível?

PODCAST PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL É POSSÍVEL?

Monique da Costa Sandin Bartole

Rafael Ângelo Fortunato

Vivemos em uma sociedade cuja informação é fundamental e está imbricada no cotidiano em diversos aspectos. As transformações que ocorreram no mundo nos últimos vinte anos impactaram sobre a economia, as inovações tecnológicas e o processo de globalização, tendo reflexo nas áreas da Educação e Inovação (MELO; OLIVEIRA, 2019). Estes mesmos autores identificaram que "plataformas de aprendizagem auxiliam no desenvolvimento de saberes" sendo necessária a quebra de paradigmas de modelos educacionais (*Ibdem*, 2019).

Sobre o aspecto da globalização, ainda, Zaoual (2010, p. 34) apresenta um olhar interessante, trazendo à luz a necessidade do homem de "sítios e de proximidade", sendo uma forma para "produzir redes e uma dinâmica social". Este autor nos apresenta o retorno dos territórios como resposta ao que o processo de globalização impõe sobre as questões sociais, econômicas e ambientais que apontam para o que é local, demonstrando a importância do debate sobre a territorialidade.

Sobre estas perspectivas, faz-se necessário um movimento para pensar sobre o aprimoramento da dinâmica territorial, na qual o homem é protagonista, bem como incluir as questões sobre a educação no mundo contemporâneo, considerando a comunicação e as tecnologias educacionais.

Neste sentido, o tema que averiguado no presente trabalho gira em torno da utilização do podcast como uma ferramenta importante para o desenvolvimento territorial, considerando esta forma de comunicação como um veículo inovador de alcance para a sociedade civil organizada, no que tange à divulgação de informações, para a integração junto à academia e demais atores sociais, perpassando à temática da saúde.

As questões que se colocam como motivadoras para a realização deste estudo se traduzem na inquietação dos autores relacionada aos debates que ocorrem no âmbito acadêmico acerca do desenvolvimento territorial, os quais podem ser compartilhados com a sociedade civil organizada e demais atores/sujeitos sociais e o podcast tem se mostrado uma ferramenta comunicacional importante.

Para tanto, consideramos como princípios norteadores as quatro grandes áreas deste curso de especialização: Educação, Meio Ambiente, Economia e Cultura. Dentro deste mote, buscou-se evidenciar outro elemento para o debate: a saúde como tema comum que perpassa as demais áreas aqui elencadas. A escolha deste tema comum se deu pela percepção de sua influência no desenvolvimento de territorial, visto que podemos destacar fatores determinantes e condicionantes da saúde, expressos na lei nº 8.080/90 (BRASIL, 1990):

> "(...) a alimentação, a moradia, o saneamento básico, **o meio ambiente**, o trabalho, a renda, **a educação**, o transporte, **o lazer** e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a **organização social e econômica** do País" (Grifo nosso).

O podcast, portanto, pode ser usado como uma ferramenta potente para divulgação de conteúdos relevantes ao desenvolvimento territorial que tenham alcance ao grande público.

Este trabalho apresenta elementos para a criação de um roteiro de episódios do podcast que será apresentado como produto e parte integrante do trabalho de conclusão de curso de especialização em Desenvolvimento Territorial, de modo a potencializar a divulgação científica e ampliar a comunicação entre o que é produzido pela academia e a população.

Assim, para sua elaboração consideramos os seguintes pontos:

- Divulgação de conteúdo e veiculação de ideias, projetos, estudos os quais fomentem o desenvolvimento territorial;

- Seleção de diferentes atores – considerando a diversidade das áreas, sejam eles da academia, sejam eles da sociedade civil organizada – para a participação no podcast;

- Amplitude às vozes dos trabalhos de relevância desenvolvidos durante o curso de especialização.

OBJETIVO GERAL

O que se espera com o desenvolvimento deste trabalho é verificar a utilização do podcast, como uma ferramenta de comunicação de vanguarda, potente para o desenvolvimento territorial, em especial, sob a ótica da educação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Neste sentido, como objetivos específicos podemos elencar os seguintes:

- Realizar uma breve retrospectiva de tecnologias de comunicação que antecederam o podcast.

- Identificar a utilização do podcast como ferramenta tecnológica de comunicação e divulgação científica.

- Dar visibilidade a este veículo inovador de comunicação, colocando no centro do debate da chamada tecnologia educacional.

- Potencializar o alcance da divulgação científica das quatro grandes áreas especialização, perpassada pela saúde.

- Apresentar elementos para a elaboração de um roteiro que seja de alcance e interesse da sociedade civil organizada, considerando as áreas importantes para o desenvolvimento territorial de modo a facilitar o processo de ensino e aprendizagem.

METODOLOGIA

Este estudo tomou por base dados coletados em textos científicos para embasar a proposta da criação de um podcast, descrevendo esta mídia como instrumento de divulgação e comunicação entre diferentes saberes da academia e da sociedade, caracterizando esta como uma pesquisa bibliográfica e exploratória, com abordagem qualitativa.

COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO EM REDE

É impossível falar de podcast sem mencionar seu predecessor: o rádio. Ao longo dos anos as diferentes mídias acompanharam as transformações tecnológicas da informação, e com o rádio não foi diferente. A radiodifusão foi sofreu mudanças considerando o seu meio de transformação tradicional até a utilização da telefonia celular digital (CASTELLS, 2002, p. 81). Podemos dizer que a transformação dos meios de comunicações acompanha a evolução humana, expressas por meio de tecnologias que, aos poucos, são desenvolvidas.

Um exemplo da interferência de novas tecnologia, podemos dizer que, ao longo da década de 1980, com a ascensão de aparelhos de *walkman* e a possibilidade de escolha musical, o que era reconhecido como sendo de alcance para as grandes massas, o rádio foi se especializando, se apresentando com "estações temáticas e subtemáticas" (CASTELLS, 2002, p. 421-22), como canal exclusivo de notícias ou de gêneros musicais. Aqui podemos perceber como a audiência começa a interferir na produção de programas e, perceber esta demanda parece ser importante na composição de programas e temáticas de interesse. A identidade do rádio passa a ser predominante e presente nos deslocamentos diários de ida ao trabalho e a volta para casa (*ibdem*, 2002, p. 485).

Mas é na segunda metade dos anos de 1990 que um novo sistema de comunicação eletrônica considerando a mediação dos computadores via rede mundial, bastante popular neste momento, com potencial interativo nos diversos ambientes sociais – casas, escolas, hospitais e empresas estariam interconectados. Assim, o modo de comunicação vai sendo transformado e, segundo Castells (2006, p. 450), a multimídia passa a ser entendida como um ambiente simbólico, se estendendo à comunicação eletrônica.

Essa transformação do sistema de comunicação passa a incluir a rede de comunicação mundial e, ao que parece, novas pontes e territórios são ressignificados. Ao passo que ocorre o avanço da tecnologia e da ciência, a civilização se reorganiza e se compõe em novas redes, trazendo à tona a revolução técnica que considera a telecomunicação e o uso de computadores (SANTOS, 2006, p. 179).

Em outra visão, destacamos a definição de *vida das redes* no que Santos (2006, p. 178), considerando sua classificação em três momentos e ancoramos nosso debate no terceiro, cuja intervenção entre os componentes técnicos, científicos e informacionais são evidenciados[6].

Sob esta perspectiva, Werthein (2000) nos apresenta em seu artigo o conceito da "sociedade da informação", em substituição ao conceito da sociedade pós-industrial ou informacional. Conceber a inovação da informação nos leva a refletir aspectos por este autor defendido, dado que a dita sociedade deixa "à disposição do cidadão caminhos para uma participação ativa na construção de seu futuro" (*ibdem*, 2000, p. 71).

Ao considerar a perspectiva deste mesmo autor, podemos estimular a integração com novas tecnologias da informação e comunicação (TIC). Desta forma, pensar sobre o papel da universidade e a produção do conhecimento por meio de pesquisas, nos levou a refletir sobre um outro modo de interação junto à sociedade civil organizada: como aprimorar esta interação e

[6] Santos (2013) apresenta os dois primeiros momentos acerca da *vida das redes* como sendo os seguintes: i) se relaciona à formação do "componente de espontaneidade", momento em que o homem não desenvolvia grande engenhosidade, estando limitado ao componente da natureza e suas contingências; e ii) necessidade de correção e aprimoramento do território, incluindo a utilização de técnicas (ainda limitadas) e novos modos de energia. Podemos compreender que a evolução destes dois primeiros momentos, desdobraram-se no terceiro.

estabelecer um diálogo propositivo para fomentar as transformações desejadas para sociedade?

Talvez por meio da utilização de uma TIC com um caráter similar ao rádio, porém presente no cotidiano das pessoas, de ampla divulgação nas diferentes mídias sociais e na rede mundial e relativamente acessível, poderemos aproximar o debate acadêmico da sociedade; assim sendo, a mídia escolhida foi o podcast.

PODCAST EM CONSTRUÇÃO

Antes de prosseguir, é importante conhecer um pouco do histórico acerca desta ferramenta de comunicação. No início nos anos 2000, o podcast surgiu como um modelo de difusão da Internet, onde programas em áudio ou arquivos em formato digital gravados por produtores independentes (FREIRE, 2015). Esta nova mídia, idealizada por Adam Curry, surge dentre outros ambientes interativos disponíveis na Internet com diferentes características, tais como blogs, wikis e aplicativos (FLORES, 2014).

De acordo com os autores Foschini e Taddei (2006), fruto de uma expressão inglesa da junção de "*pod*" (de iPod) e "*casting*" (de *broadcasting* – transmissão pública e massiva de informações), podcast foi "a palavra de 2005" definida assim pelo dicionário *New Oxford American*. Para muitos, é considerado como um sinônimo para áudio blog, ou seja, blogar com áudio ao invés de textos.

A introdução de músicas e trilhas sonoras, começou a ser explorada como uma ferramenta educacional (em Harvard e Standford). Para Freire (2013, p. 41) o podcast apresenta como definição técnica como uma:

> "ferramenta de veiculação de arquivos digitais de áudio contendo falas e músicas, uma espécie de rádio

> em MP3[7], na qual o ouvinte pode baixar o conteúdo para ser escutado em seu tocador de áudio digital".

Acerca desta ação, Flores (2014) descreve a retomada ao conteúdo, explorando o conteúdo de um determinado programa ou trecho, no momento em que o ouvinte desejar, inclusive compartilhá-los em redes sociais. Em outro fragmento de seu estudo, esta mesma autora destaca o contato com o ouvinte em que é convidado a opinar e participar da construção de podcast (*ibdem*, 2014).

Considerando, ainda, as definições entre as mídias de comunicação entre o rádio e o podcast, Freire (2013, p. 43) faz uma distinção entre ambas. O primeiro, visa a produção de conteúdo para a "escuta instantânea", apresentando horários predefinidos. Já o conteúdo dos podcasts podem ser acessados segundo a demanda de seus ouvintes, em horários e locais por eles definidos.

Esta é entendida como uma postura ativa desejada que pode aproximar o conhecimento produzido na universidade para estimular uma reflexão coletiva. Destacamos que este é um dos princípios a serem adotados neste estudo, visto que consideramos como uma ampliação na interatividade desejada entre os ouvintes e a proposta de desenvolvimento deste podcast.

Muitas são as definições de podcast, como sendo "programas de locução, debate, exposição verbal, músicas e afins", mas destacamos neste artigo como uma "redefinição" que o inclui na categoria de "tecnologia de oralidade" (FREIRE, 2013, p. 42). Para este autor, ocorreu uma sofisticação da oralidade considerando os meios de produção e distribuição deste novo modo de comunicar e,

[7] Segundo Figueiredo e Oliveira (UFMG), MP3 ou MPEG Áudio *Layer* 3 é um tipo de arquivo de som compactado, abertos com softwares especializados (players), sendo amplamente divulgado na internet para download, revolucionando o mundo fonográfico.

assim, denomina **oralidade digital**, ou seja, foi identificada uma sofisticação na oralidade que incluiu os meios digitais e tecnológicos de comunicação. Freire (2013, p. 47) vai além e afirma que esta definição:

> "atende a demanda humana de pôr os sujeitos como centro das elaborações educativas em seu mais diversos âmbitos", considerando o podcast como uma "tecnologia educacional" (*ibdem*, 2013, p. 35).

Gums e colaboradores (2019, p. 4) assumem o conceito de Divulgação Científica com um papel de democratização do conhecimento que "orienta políticas públicas, impulsiona o avanço tecnológico das sociedades e contribuem com o exercício da cidadania", sendo introduzidas o que Thomas e Shaw (2019) denominaram de "pautas científicas".

Werthein (2000, p. 77) em seu estudo chama atenção para a importância da qualidade da informação a ser disponibilizada para a sociedade, cabendo a ela a decisão acerca do conjunto de tecnologias educacionais a serem empregada para o seu desenvolvimento. Esse autor ressalta que para alçarmos o progresso da educação, ciência e cultura, precisamos compartilhar informação e criar novos mecanismos de aprendizagem e conhecimento.

É sobre estas perspectivas que consideramos a criação de um podcast temático, onde se pretende aliar a educação ao processo de produção de conteúdo que Flores (2014, p. 19) também destaca como sendo democrático, seja pelo acesso do público, seja pela simplicidade e liberdade no processo de produção.

Neste aspecto, idealizamos um podcast que se ancora do debate acerca do desenvolvimento territorial que abarca quatro eixos temáticos: a Cultura, o Meio Ambiente, a Educação e a Economia,

tendo a Saúde como um eixo transversal. O que pretendemos é fomentar espaços democráticos de debate em que haja troca de experiências e saberes, para ampliação, divulgação e comunicação de pautas científicas com linguagem acessível, ampliando as redes de saberes.

CARACTERÍSTICAS E ESTRUTURA DO PODCAST

No Brasil, o seu uso foi iniciado através de entrevistas e trechos de aulas (LUIZ; ASSIS, 2010; GUMS, E. *et al.*, 2019). Não tão distante, este estudo se assemelha ao que Gums e colaboradores (2019) identificaram o uso de podcast para a apresentação da informação científica; entretanto, se distancia ao considerar a sua vinculação[8] – neste trabalho, temos o seu desenvolvimento por uma instituição pública de ensino superior). Portanto, a divulgação científica é um propósito a ser seguido. Estes mesmos autores identificam ferramentas como vlogs[9] e podcasts, ao diversificarem sua linguagem e conteúdo, ampliam seus públicos, alcançando distintas formas de participação (GUMS, *et al.*, 2019, p. 8).

Outros signos que podem fomentar transformações são apontados por Castells (2002) como sendo fundamentais: a informação como matéria prima; as novas tecnologias e o grau de permeabilidade; o pensamento (complexo) em rede; alta capacidade de remodelação; flexibilidade/aprendizagem; convergência de diversas áreas do saber.

Santos (2002, p. 185) ressalta uma característica peculiar presente nos tempos atuais: a circulação de ideias e mensagens, além de produtos ou dinheiro. Isso reforça a importância de se estabelecer

[8] De acordo com Gums e colaboradores (2019, p. 1), poucos podcast são vinculados a instituições públicas ou privadas, tendo uma produção de caráter, em sua maioria, independente.
[9] Tipo de blog que utiliza vídeos para comunicação.

boa comunicação com a sociedade; apenas informar já não é suficiente, é preciso saber comunicar.

Considerando a importância que vemos na aproximação das temáticas que são estudadas pela academia e a liberdade que esta ferramenta de comunicação permite, indicamos a utilização de uma linguagem informal, remetendo a tônica dos programas, visto que o público-alvo inclui pessoas que estão para além das portas da universidade.

A redação de um roteiro auxilia nesta aproximação e organiza o desenvolvimento do episódio, permitindo uma visão ampla da organização de temas a serem abordados. Portanto, para a redação deste roteiro de podcast, indicamos o uso da fala coloquial e do cotidiano das pessoas, de modo a imprimir maior proximidade com os ouvintes.

Como estrutura que pode auxiliar na condução dos episódios, à princípio, dividimos em três partes:

> 1) Apresentação com breve biografia do participante;
>
> 2) Conteúdo central do episódio – será escolhido um tema dos eixos do podcast (Cultura, Economia, Educação e Meio Ambiente) permeados pela temática da saúde;
>
> 3) Considerações Finais/Agradecimentos/Contatos.

DESAFIOS DE ELABORAÇÃO DO PODCAST

Talvez, imprimir esta "proximidade" junto aos ouvintes seja o maior dos desafios a ser transposto, uma vez que o conhecimento desenvolvido na academia pode não ser tão "palatável" ao grande

público. Nesta perspectiva, elencamos alguns desafios que identificamos no transcorrer deste trabalho.

1) **O domínio de novas tecnologias comunicacionais**, ampliando o leque da comunicação nesse universo de podcast, por exemplo: a escolha da plataforma, a edição de episódios, do som, como incluir vinhetas, a divulgação na web e mídias sociais;

2) **A organização de um roteiro**, com uma pauta interessante ao público, bem como a escolha de convidados que aceitem este desafio. Colocar ideias no ar associadas aos quatro eixos temático, os quais despertem a curiosidade e fomentem o desenvolvimento territorial;

3) **Comunicação simples, clara e direta** precisa ser exercitada para alcançar e fidelizar os ouvintes.

4) **Manutenção da sazonalidade**, em princípio, os episódios estão previstos para acontecerem a cada quinze dias, sendo este um dos maiores desafios apresentados.

SABERES E SUA ECOLOGIA AO ALCANCE DE TODOS

Promover a difusão do conhecimento e de diversas experiências, pode ser um dos caminhos que reduzam a distância entre o conhecimento científico e aquele entendido como leigo ou popular. Santos (2009, p. 25) assevera que estes últimos (os conhecimentos leigos) “desaparecem como conhecimentos relevantes ou comensuráveis”, sendo categorizados como crenças, opiniões, pensamentos subjetivos.

Ao refletir sobre estes aspectos, percebemos que este autor identifica uma linha que separa a ciência de outros conhecimentos "alternativos", sendo estabelecida uma "linha abissal e invisível" (*ibdem*, 2009). Subverter esta lógica nos parece ser interessante, em especial, no que tange às práticas locais de desenvolvimento territorial. Pensar sobre práticas inovadoras considerando os diferentes saberes, pode ampliar as ações sobre o *modus operandi* do homem no território e sua interseção com a sociedade. Combater o que Santos (2009, p. 37) denomina de *fascismo do apartheid social* e tornar reflexões e práticas mais inclusivas, nos remete a um caminho que valoriza pluralidade e a riqueza dos saberes.

Neste sentido, considerar que a "diversidade do mundo é inesgotável" e que sua epistemologia está em construção, apresenta correlação da valorização da aprendizagem, considerando o que Boaventura chama de ecologia dos saberes, representado pelo pensamento pós-abissal (SANTOS, 2009. p. 43-44).

Portanto, fortalecer os diferentes saberes para além do conhecimento científico, amplia esta ecologia que considera tanto a totalidade, quanto a unidade. Não há, portanto, um monopólio do saber em torno da ciência – aspecto que insiste em querer dominar o pensamento de muitos acadêmicos – mas a ciência é parte integrante desta ecologia (*ibdem*, 2009, p. 47).

O convite que Boaventura (2009, p. 57) nos faz é tornar este pensamento pós-abissal – que dá forma à ecologia dos saberes – pode ser o elemento que une e fortalece os quatro eixos condutores do podcast. Ao imprimir um caráter de participação solidária dos diferentes saberes e experiências passadas para a construção de um futuro com a participação coletiva e com engajamento pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresenta os anseios percebidos durante o processo de especialização em Desenvolvimento Territorial, buscando aliar os debates que ocorrem na academia às demandas percebidas como sendo fundamentais para as transformações pretendidas para o desenvolvimento do território e, incluído nela, a sociedade civil organizada.

Estimular a reflexão por meio do uso de tecnologias da comunicação e informação, como podcasts, em que debates são direcionados e ancorados em temáticas como a Cultura, o Meio Ambiente, a Educação e a Economia, podem indicar um caminho dialético em que a simplicidade e o compartilhamento de saberes são características desejáveis para o fortalecimento de ações que fomentem o desenvolvimento de cidades e territórios – locais e globalizados (por que não?).

Apesar das dificuldades identificadas neste estudo, entendemos que a escolha desta ferramenta tecnológica reconhecida como educacional, favorece o debate e a circulação de ideias e experiências, pode gerar novas ações, fomentando a reflexão e/ou o comprometimento das pessoas que acompanham o programa.

Podemos evidenciar três características que devem estar atreladas ao podcast:

i) **caráter educativo** – compartilhar conhecimento e experiências antes restritos à academia com ouvintes do programa;

ii) **fluidez informacional** – tratar de assuntos do cotidiano dos diferentes atores envolvidos (direta ou indiretamente) no processo de desenvolvimento

territorial, considerando os eixos de debate, com linguagem acessível;

iii) **ecologia dos saberes**[10] – valorizar a heterogeneidade dos conhecimentos e a pluralidade das interações; talvez esta característica seja a mola propulsora para que haja a circulação e oxigenação dos saberes dito acadêmicos e populares.

Talvez o uso de novas tecnologias de comunicação adjetivadas por Castells (2002, p. 65) como "informacional", possa auxiliar na ampliação do papel da universidade frente às demandas por ela investigadas por meio de programas do podcast. Ao considerar que estamos ingressando na era da "sociedade da informação", podemos elevar o patamar do conhecimento dito leigo ou não científico tornando próximos daquele desenvolvido na academia, de modo a ampliar e interlaçar os saberes individuais e coletivos, estimulando a diversidade e a ecologia dos saberes.

Há de se destacar que o uso destas tecnologias deve ser centrado na lógica da educação, objetivando a prática educativa (FREIRE, 2013, p. 48). Desta forma, pensar o podcast como uma ferramenta educacional que, por meio da oralidade, é multiplicadora de conhecimento, ao dar prioridade a um conteúdo acessível e democrático, pode ser essencial na transformação de territórios e, por conseguinte, no desenvolvimento territorial.

[10] Referência direta ao que Boaventura de Sousa Santos discute em seu texto "Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a ecologia dos saberes" no livro **Epistemologias do Sul** (2009), onde explora a ecologia dos saberes. Fica o convite para a leitura deste.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990**. Brasília: Governo Federal, 1990. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br>. Acesso em: 20/07/2020.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FIGUEIREDO, P.F.; OLIVEIRA, L.C.G. "MP3". **Anais do Seminário de Introdução à Informática do curso de Biblioteconomia**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. Disponível em: <http://www.dcc.ufmg.br>. Acesso em: 20/07/2020.

FLORES, T. C. P. **A Nova Mídia Podcast**: um estudo de caso do programa Matando Robôs Gigantes. (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Comunicação Social/Jornalismo). Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

FOSCHINI, A.; TADDEI, R. **Conquiste a Rede**: Podcast. São Paulo: Livro Autoral, 2006. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br>. Acesso em: 09/11/2019.

FREIRE, E. P. A. "Conceito educativo de podcast: um olhar para além do foco técnico". **Educação, Formação & Tecnologias**, vol. 6, n. 1, junho, 2013.

FREIRE, G. R**. Ideias sem fio**: um panorama sobre podcast no Brasil (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Comunicação Social/Comunicação Organizacional). Brasília: UnB, 2015.

GUMS, E. *et al*. "Pesquisa exploratória de podcasts brasileiros voltados à divulgação científica". **Anais do XX Congresso de**

Ciências da Comunicação na Região Sul. Porto Alegre: INTERCOM, 2019.

LUIZ, L.; ASSIS, P. "O podcast no Brasil e no mundo: um caminho para a distribuição de mídias digitais". **Anais do XXXIII Congresso de Ciências da Comunicação**. Caxias do Sul: INTERCOM, 2010.

MELO, M.S.S; OLIVEIRA, E.A.A.Q. "Educação a Distância: Desafios da modalidade para uma Educação 4.0". **Revista Interdisciplinar de Tecnologias e Educação**, vol. 5, 2019.

REZENDE, D. D. "Podcast. Reinvenção da comunicação sonora". **Anais do XX Congresso de Ciências da Comunicação**. Caxias do Sul: INTERCOM, 2007.

SANTOS, B. S. "Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a ecologia dos saberes". **Novos Estudos - CEBRAP**, n.79, novembro, 2007.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora USP, 2006.

THOMAS, G.; SHAW, M. "Power of Podcasts". **The Sport end Exercise Scientist**, vol. 59, 2019.

WERTHEIN, J. "A sociedade da informação e seus desafios". **Ciência da Informação**, vol. 29, n. 2, maio/agosto, 2000.

ZAOUAL, H. "O *homo situs* e suas perspectivas paradigmáticas". **Revista Oikos**, vol. 9, n. 1, 2010.

CAPÍTULO 6

Ensino de Programação, Ambientes de Inovação e o Desenvolvimento Econômico de Teresópolis/RJ

ENSINO DE PROGRAMAÇÃO, AMBIENTES DE INOVAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE TERESÓPOLIS/RJ

Vinicius Oberg Guedes

Marcela do Nascimento Padilha

O século XX se desenvolveu baseado na indústria, concretizando um período no qual as fontes energéticas e as matérias-primas marcaram a agenda de desenvolvimento econômico. Agora, no século XXI, a ciência e a tecnologia são a base de desenvolvimento da economia, agora fundamentada principalmente no conhecimento. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico ([OCDE], s. d.) sustenta que as fontes tradicionais de crescimento estão perdendo cada vez mais importância no cenário econômico global. Diante desse cenário, surge a "4ª Revolução Industrial ou Indústria 4.0", conceito desenvolvido pelo alemão Klaus Schwab, fundador do Fórum Econômico Mundial. Schwab (2016, p. 14) descreveu que:

> Estamos no início de uma revolução que alterará profundamente a maneira como vivemos, trabalhamos e nos relacionamos. Em sua escala, escopo e complexidade, a quarta revolução industrial é algo que considero diferente de tudo aquilo que já foi experimentado pela humanidade.

Este período pode ser considerado o maior deles quando se fala da transformação na relação entre o homem e a tecnologia. Esse novo momento está introduzindo novos conceitos, como a

Inteligência Artificial, Big Data e a Internet das Coisas, conceitos que aplicam a inteligência humana em máquinas e proporcionam a convergência entre ambas. Assim, a natureza do trabalho como conhecemos está se transformando em todos os seus níveis.

Um trecho do relatório Employment Outlook 2019, lançado em 2020 pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é bastante ilustrativo:

> O rápido progresso na capacidade de máquinas e da Inteligência Artificial (IA) de automatizarem um número crescente de tarefas realizadas por humanos têm o potencial de acelerar a substituição do trabalho pelo capital e induzir ganhos significativos de produtividade, exigindo menos trabalho no processo produtivo (OCDE, 2020, p. 44).

Quando ocorre uma mudança tão grande devido a uma série de inovações tecnológicas, há impactos globais nos âmbitos social, econômico e político. Olhando, então, para trajetória das três últimas revoluções industriais, entende-se que elas foram marcadas pelas transformações que proporcionaram os maiores avanços econômicos e sociais da humanidade até aqui. Foram as grandes responsáveis pela introdução do processo de mecanização na indústria; a eletrificação com as linhas de montagem e com o mais recente advento da tecnologia: a "automação".

A primeira revolução industrial surgiu no fim do século XVIII e acelerou o processo de transformação dos produtos, que antes eram produzidos de forma totalmente artesanal, a partir do uso de carvão, vapor e ferro. A produção atingiu patamares nunca antes vistos. Já a segunda revolução industrial ocorreu em meados do século XIX e teve como protagonistas a eletricidade, a química e o petróleo. O período foi marcado pelo desenvolvimento de novas

tecnologias, que deram origem ao avião e refrigeradores, por exemplo. Já na contemporaneidade assistimos à terceira revolução industrial. A partir da segunda metade do século XX, a informação se tornou uma importante matéria prima. Os primeiros computadores proporcionaram o processo de automação, aumentando ainda mais a velocidade do processo produtivo. Essas três revoluções deram forma aos modelos de trabalho existentes e conhecidos até hoje, além de contribuírem na forma e na configuração dos territórios como conhecemos. Outro fator de grande relevância e com impacto direto na sociedade, este bem mais recente, foi a pandemia da COVID-19, onde o mundo assistiu à aceleração da transformação digital[4] e da automação de forma jamais vista, principalmente após as medidas de isolamento social vividas em todas as partes do mundo.

Estudiosos do tema preveem uma grande destruição de empregos nos próximos dez anos (FREY; OSBORNE, 2013). Oitocentos milhões de pessoas em todo o mundo poderão ficar desempregadas até 2030 por causa apenas da automação (MANYIKA *et al*., 2017). Em paralelo, o mesmo estudo prevê a criação de 375 milhões de vagas de emprego neste mesmo período. Segundo o Portal "I am a future of work" (OCDE, s. d.) 14% dos empregos de países que participam da OCDE estão suscetíveis à automação. E 32% podem enfrentar mudanças substanciais na maneira como são realizados. Os estudos sobre os impactos das tecnologias no mercado de trabalho são antagônicos. Também existem os mais otimistas, que enxergam um saldo positivo entre a geração e a destruição de empregos (AGHION; ANTONIN; BUNEL; JARAVEL, 2020) já que a Indústria 4.0 também está contribuindo com o surgimento de novos modelos de negócios, profissões e soluções para nossas vidas, o que potencializa cada vez mais a criação de milhões de novos empregos em todo o mundo, sendo muitos deles ainda desconhecidos. O que nos leva a pensar

que novos postos serão criados e vão exigir competências bem distintas daquelas que conhecemos.

O estudo O Futuro do Emprego no Brasil: Estimando o Impacto da Automação retrata a realidade nacional (LIMA; STRAUCH; ESTEVES; SOUZA; CHAVES; GOMES, 2019). Ele aponta que mais da metade dos empregos em todos os 5.570 municípios do país pode estar ameaçada até 2040. Os empregos mais vulneráveis à automação estão na indústria e no comércio. Apenas no município de Teresópolis, localizado na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, 70% da força de trabalho, com 36.870 pessoas ocupadas, está suscetível aos impactos da automação ou da "Indústria 4.0". Tal previsão é um alerta para o mercado de trabalho e para a economia do município já que hoje sua base de empregos é formada por empregos originários dos setores de comércio e serviços, os mais vulneráveis. Segundo informações extraídas do Cadastro Central de Empresas ([CEMPRE], Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]), em 2018, o salário médio mensal por trabalhador assalariado em Teresópolis era de R$ 2,120.34 mensais, abaixo dos R$ 2,952.87 da média nacional.

Há grandes desafios não só em Teresópolis mas em todo país. Hoje a indústria tradicional representa menos de 10% do produto interno bruto nacional. A participação do setor de transformação industrial no PIB caiu de 21.6% em 1985 para 11.9% em 2016, segundo informações da Confederação Nacional da Indústria (CNI), publicadas no site Indústria 4.0 (s. d.).

Desta mesma forma e diante do cenário ilustrado, este estudo nasce da experiência adquirida pelo autor a partir do seu trabalho à frente da Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia com objetivo de oferecer uma visão ampla do tema proposto e voltando-se para a realidade de Teresópolis, apoiando assim o setor público, empresas e universidades no desenvolvimento de políticas públicas para o setor. A partir do entendimento dos desafios impostos pela 4ª

Revolução Industrial, o principal deles, e que é o problema identificado por este estudo: o apagão de mão de obra que o setor de tecnologia vem enfrentando. Como é possível ampliar a oferta e a qualificação para atender a crescente demanda por profissionais de programação e desenvolvimento em Teresópolis? Algumas hipóteses foram levantadas pelo autor, são elas: a revolução tecnológica provocada pela 4ª Revolução Industrial; poucas experiências e avanços educacionais em larga escala voltados para tecnologia, além do abandono e da defasagem do ensino tecnológico público no Brasil. Este estudo organiza-se então em três partes distintas. Na primeira é feita uma exposição sobre novas formas de desenvolvimento territorial a partir da formação dos ambientes de inovação. Na segunda parte, sobre a correlação entre a educação voltada para tecnologia e o desenvolvimento econômico. Já na terceira e última parte procede-se ao estudo de caso sobre o Programa de Residência de Software do SerraTec, Parque Tecnológico da Região Serrana, que é apresentado como parte de uma solução para o problema identificado pelo estudo.

AMBIENTES DE INOVAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Teresópolis é o maior gerador de empregos do setor de tecnologia no interior do Estado do Rio de Janeiro, o que lhe proporciona enorme potencial no desenvolvimento dessa nova agenda econômica. Segundo o Cadastro Central de Empresas ([CEMPRE], IBGE, 2018) são 51 empresas de tecnologia no município, totalizando 1.199 pessoas ocupadas com uma média salarial de 3,1 salários mínimos. Analisando ainda a participação (% e R$) da renda total gerada por cada atividade econômica na economia, podemos constatar a relevância do setor de tecnologia no

município. Com dados visualizados na plataforma DataPedia e extraídos da Relação Anual de Informações Sociais ([RAIS], 2015) podemos observar a participação de empresas de Desenvolvimento de Software Não-Customizáveis com participação de (2.7% ou 1.66 milhão de R$); Restaurantes (2.4% ou 1.5 milhão de R$); Horticultura (2.4% ou 1.48 milhão de R$) e Hotéis e Similares (2.2% ou 1.34 milhão de R$).

Com esses dados constatamos que o potencial econômico do setor é enorme, apesar de estar aparentemente adormecido e ainda ser pouco comentado no município. Teresópolis reúne outros elementos e vantagens importantes para o desenvolvimento do setor de tecnologia: segurança, apresentando um dos menores índices de homicídios do Estado entre os municípios acima de 100 mil habitantes, segundo o Instituto de Segurança Pública ([ISP], 2019); qualidade e um custo de vida muito inferior ao da Capital, o que confere à cidade potencial para atrair novos talentos, acadêmicos e empreendedores. Em 2019, o município apareceu pela primeira vez no ranking das 100 Melhores Cidades para Fazer Negócios (Urban Systems, 2019). A rede existente de fibra óptica deu destaque ao município no indicador Infraestrutura, colocando a cidade na 65ª posição. A importância do setor também é referenciada no Plano Diretor (Lei complementar n. 079, 2006), elaborado em 2006, onde a tecnologia é apresentada como uma das quatro vocações econômicas do município, tendo ainda o turismo, a agricultura e a educação.

O crescimento concentrado de empresas de tecnologia em um determinado território contribuiu até aqui para a formação de novas formas de configuração territorial. O que é conhecido como ambientes de inovação, que podem ser caracterizados pelos locais que reúnem diversos negócios, de diferentes proporções, poder público, universidades, aceleradoras, incubadoras, fundos de investimento, centros de pesquisa e desenvolvimento, *startups*,

movimentos culturais e criativos e a sociedade, ou seja todos os atores envolvidos na transformação digital, na indústria 4.0 e do conhecimento. Esses ambientes de inovação podem abranger uma cidade inteira, um distrito ou até mesmo um quarteirão de um bairro. Segundo Audy e Piqué (2016), da Coleção Anprotec, as "Áreas de Inovação" formam uma das dimensões desses ambientes sendo o nome adotado internacionalmente pela International Association of Science Parks and Areas of Innovation (IASP), no Brasil, sendo mais conhecido como ''Ecossistemas de Inovação''. Os Parques Científicos e Tecnológicos são o tipo de Ecossistema de Inovação mais tradicionais. O documento aborda ainda que o modelo dos Parques como é conhecido até hoje está em transição. Essa nova abordagem foi apresentada em 2001 por Luis Sanz, Diretor Geral da IASP, ao identificar uma nova tendência no movimento de Parques Tecnológicos, aos quais chamou de *Learning Villages*, territórios que integram centros educacionais e áreas residenciais, todos num mesmo ambiente. Essa abordagem identificou o conceito chave que transformaria, alguns anos mais tarde, a percepção sobre os ecossistemas de inovação: um lugar para trabalhar e viver na sociedade do conhecimento. Perfil bem diferente daqueles vistos nos territórios originários nas revoluções industriais do passado, tanto sob o ponto de vista de configuração física como social. Ao longo do século XIX e XX as indústrias se concentraram em territórios delimitados, com aglomerados industriais que possuíam atividades similares ou complementares. Os distritos ou condomínios industriais, como eram e ainda são chamados, como o de Manchester, na Inglaterra, Stuttgart, na Alemanha, Detroit, nos Estados Unidos, e São Paulo, no Brasil, tangenciam o modelo de configuração territorial estabelecido no passado.

O caso de Manchester é simbólico pois a cidade foi um dos principais berços da revolução industrial e viveu também o declínio das indústrias tradicionais, o que acarretou num amplo ciclo de decadência econômica e social. Hoje, Manchester consagra sua

plena recuperação, se reinventando com base em suas potencialidades e ativos intelectuais originários na indústria do passado. É também a segunda cidade do Reino Unido em termos de atividade econômica apresentando ainda uma cultura forte e criativa de inovação, resultados de grandes investimentos em ciência, tecnologia e empreendedorismo (MANCHESTER CITY COUNCIL, 2016). "O apoio à inovação pode tomar a forma de investimentos em P&D, infraestrutura, capacitação profissional e apoio direto e indireto a empresas e tecnologias específicas" (MAZZUCATO, 2011, p. 62).

EDUCAÇÃO: PONTO CHAVE PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO

No último encontro do Fórum Econômico Mundial, realizado em janeiro de 2020, especialistas de todo o mundo assumiram posições que convergem. Há uma emergência mundial na necessidade de retreinar e requalificar frequentemente os trabalhadores e também na ampliação da formação dos mais jovens. No processo de requalificação há um componente de urgência, porque as mudanças são muito rápidas.

Entre 2020 e 2022, estima-se que 42% dos conhecimentos exigidos pelas profissões atuais serão modificados. As exigências aumentaram nos campos do raciocínio, da tomada de decisões, da capacidade para trabalhar em grupo e habilidade para transferir conhecimentos de uma área para outra. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico estima ainda que, se a requalificação não for feita, os países do G-20, por exemplo, perderão US$ 11 trilhões na próxima década (PASTORE, 2020). Diante desse cenário ainda existe outro desafio e que pode ser ainda maior que os demais: a educação básica (educação infantil, o ensino

fundamental e o ensino médio) vive um dilema gerado pela convivência entre alunos do século XXI, professores do século XX e estruturas ainda no século XIX, em muitos dos casos.

"A pesquisa científica e os desenvolvimentos tecnológicos estão se processando em um ritmo muito mais rápido daquele que a maioria de nós pode compreender" (HARARI, 2015, p. 58).

Para tanto, é indispensável uma boa articulação entre a sociedade, através da aplicação do conceito chamado de tripla hélice[11], que apresenta a articulação entre três atores: indústria, governo e universidade. É um processo complexo, custoso e que exigirá foco, capacidade e investimentos. E no Brasil, ainda convivemos com o desafio de melhorar substancialmente a qualidade do ensino básico convencional em seus mais diversos níveis. Da parte governamental e na perspectiva nacional, é importante entendermos como surgiu e qual é o viés do termo "educação tecnológica" em nosso país. Como afirma Silveira (2007) veremos que, a partir das relações estabelecidas no passado, a concepção que se construiu em torno da então expressão "formação profissional-tecnológica" no Brasil é de uma educação que forma mão de obra especializada para a indústria, em particular, instituindo cursos de engenharia de operação, destinados à formação profissional-tecnológica de engenheiros práticos, distintos de engenheiros de maior formação, além da criação de cursos de tecnólogos de modo a atender os setores primário e terciário.

Esse termo surgiu num contexto em que o país vivia um ciclo de industrialização e a indústria, nesse período pós segunda guerra mundial, passava por grande processo de modernização para atender à internacionalização e à expansão dos mercados, o que demandava

[11] Definimos a Hélice Tríplice como um modelo de inovação em que a universidade/academia, a indústria e o governo, como esferas institucionais primárias, interagem para promover o desenvolvimento por meio dainovação e do empreendedorismo (Etzkowitz & Zhou, 2017).

do setor público políticas efetivas para qualificar a mão de obra que atendesse essa demanda. No início dos anos 90, a concepção sobre a formação profissional-tecnológica já se encontrava em um momento de mais amadurecimento institucional, ganhando então o nome de educação tecnológica, com algumas evoluções pedagógicas em comparação ao estágio inicial, o que se preserva até os dias de hoje. Desde então, pouco se evoluiu quando comparamos a realidade desse novo momento econômico e da indústria que é apresentado na introdução deste estudo.

Já o ensino Profissionalizante e Tecnológico oferecido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro está limitado à FAETERJ - Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro, que possui cursos um pouco mais próximos à realidade do ensino de programação e das demandas atuais. Atualmente, são 9 campus espalhados pelo Estado e que oferecem em sua maioria, o Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Outra frente do Governo do Estado voltada para o fomento e o desenvolvimento tecnológico vem através da FAPERJ - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, que é uma agência de fomento à inovação, ciência e tecnologia, e trabalha com a distribuição de bolsas de pesquisa concedidas por editais.

Em Teresópolis, a realidade do ensino público, seja ele técnico ou superior, é crítica e com pouco impacto social e muito aquém de atender as demandas vocacionais do município. São apenas duas instituições de ensino público existentes: a Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, que possui um campus no qual oferece um curso de pós-graduação em Desenvolvimento Territorial, e um campus da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), que não possui cursos técnicos ou tecnológicos e está limitada aos cursos voltados apenas à Qualificação Profissional. O único equipamento público que oferece ensino técnico no município é o Centro Interescolar de Agropecuária José Francisco Lippi (CIA),

que fica localizado no 3º distrito do município. E no setor privado, o Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO) oferece há cerca de 25 anos o curso de graduação em Ciência da Computação, um dos mais antigos da Região Serrana. O curso possui cerca de 180 alunos com uma taxa de empregabilidade que gira na casa dos 70%. Segundo o coordenador do curso, Laion Manfroi, (comunicação pessoal, 11 de junho, 2020) o desafio do Ensino Superior em atender as demandas do setor é grande.

> Existe ainda uma série de regras impostas ao ementário dos cursos superiores de tecnologia da informação que distanciam muitos temas da prática atual adotada nas empresas, muitas vezes tornando o processo de adaptação às necessidades do mercado mais lento. Para isso, buscamos usar ferramentas tecnológicas para despertar o interesse nas disciplinas e fundamentos mais tradicionais" (L. MANFROI, comunicação pessoal, 11 de junho, 2020)

Segundo L. Manfroi (comunicação pessoal, 11 de junho, 2020), a instituição tem buscado maior proximidade com as empresas do setor trazendo não só certificações, como a cultura dessas empresas para dentro da instituição, ampliando assim a vivência dos alunos. Sabendo que o ensino de programação não é algo simples, a instituição também vem ampliando seus cursos de extensão com foco na formação e qualificação para o mercado trabalho na área. É comum observarmos pesquisas que apontam o grande número de evasões neste curso, fato que tem relação com as dificuldades de aprendizagem (T. H. C. CASTRO; CASTRO; MENEZES; BOERES; RAUBER, 2003).

Já em Florianópolis, capital de Santa Catarina, a realidade é distinta. É a capital com melhor desenvolvimento socioeconômico

do país. É o que aponta o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal ([IFDM], Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro [FIRJAN], 2018) com base em dados oficiais de 2016. São diversas ações coordenadas voltadas para o desenvolvimento educacional e profissional que estão transformando a Região no maior polo de inovação e tecnologia do país, tendo como base a estruturação de uma ampla "Rede de Centros de Inovação" e o "Pacto pela Inovação" como alguns dos vetores e diferenciais da política implementada por lá. A capital com pouco mais de 421.240 habitantes (IBGE, 2010) já possui mais de 600 empresas de Tecnologia, 2 Parques Tecnológicos, 6 Incubadoras de Empresas, 15 Universidades, 8 Centros de Tecnologia e 7 Complexos Empresariais voltados exclusivamente para o setor. A indústria da tecnologia já superou a do Turismo, reconhecida como uma das principais potencialidades da cidade até então (JORNAL NACIONAL, 2019). Todas essas transformações vividas nos últimos anos provocaram uma mudança drástica no perfil econômico e cultural da Região.

Florianópolis está colhendo resultados de um ciclo aproximado de 30 anos de políticas públicas consistentes, articuladas e com continuidade. Porém, o principal fator para esse sucesso pode ser atribuído à mão de obra qualificada e aos investimentos em educação. A cidade possui 98% da sua população alfabetizada, onde 3% são cientistas e engenheiros, o que é justificado pela presença de uma das melhores universidades federais do País, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que oferece mais de 40 cursos presenciais no campus de Florianópolis, sendo 15 deles em Engenharia e Tecnologia. Mais de mil Ph.Ds do município são formados nessas áreas. A UFSC foi uma das primeiras instituições do país a trabalhar com inovação e tecnologia. Já no ensino técnico e profissionalizante, o protagonismo vem do setor privado, que através de um trabalho integrado entre 260 empresas em parceria

com Sistema S [12] (Sesi, Sesc, Senai e Senac) oferece qualificação e requalificação permanente dos seus colaboradores. Segundo o "Guia de Desenvolvimento de Ecossistemas e Centros de Inovação", elaborado pelo Governo de Santa Catarina (2017), é preciso criar espaços, infraestrutura, políticas, redes e conexões que facilitem o fluxo do conhecimento, do capital e da cultura inovadora. Um trabalho que deve envolver todas as instituições que promovem inovação, empreendedorismo e educação. "Ao vislumbrar novos espaços, criar novas "missões", (FORAY *et al.*, 2012) o Estado lidera o processo de crescimento em vez de apenas incentivá-lo ou estabilizá-lo" (MAZZUCATO, 2011, p. 98).

O caso mais conhecido do mundo está em Palo Alto, Califórnia (EUA), e ele surgiu no entorno e por indução da Universidade de Stanford, uma das instituições de ensino e pesquisa mais prestigiadas no mundo até hoje. Em 1951, nascia ali o primeiro Parque Científico e Tecnológico (PCT) do mundo, com o nome inicial de Parque Industrial de Stanford. A iniciativa, nasce como fruto da parceria entre a universidade e empresas de alta tecnologia, que começavam a surgir naquele período, graças à proximidade com o ambiente acadêmico e com pessoas altamente qualificadas, que apresentavam novas ideiais, espírito empreendedor e capital. Com base nos exemplos apresentados por este estudo, podemos afirmar que a grande maioria desses ambientes de inovação no Brasil e no mundo tiveram suas origens nas Universidades e seus Centros de Pesquisa.

A transformação radical que a região viveu após o surgimento do Parque Científico e Tecnológico (PCT), com protagonismo da Universidade de Stanford e empresas, contou com o apoio do estado americano. Com os altos preços do mercado imobiliário de São Francisco, que era local até então mais desejado

[12] Sistema S é o nome pelo qual ficou convencionado de se chamar o conjunto de nove instituições de interesse decategorias profissionais, estabelecidas pela Constituição brasileira.

para abertura de novos empreendimentos, governos municipais das cidades do entorno da Baía de São Francisco, começaram a oferecer incentivos fiscais para que aqueles negócios que surgiam em Stanford pudessem se instalar por ali mesmo.

Porém a cada ano que passa os Estados Unidos vem perdendo espaço para outros países da Europa e da Ásia, principalmente para a China, que até então acumulava apenas a fama de possuir *know-how* de produção industrial em larga escala com foco em commodities. Bem menos citado pela mídia ocidental que o Vale do Silício, porém com um crescimento exponencial e cada vez mais relevante na economia mundial quando o assunto é educação, ciência, tecnologia no mundo, o país conhecido por ter um rigoroso sistema educacional vem garantindo índices impressionantes, com uma alfabetização que já chega a 95% da população. E no quesito transformação e educação digital, a estratégia adotada foi escolher algumas cidades para serem polos de inovação e desenvolvimento, e nelas o foco das escolas profissionalizantes, cursos técnicos e universidades está voltado à tecnologia.

Em 2005, somente 4% dos alunos empreendiam. Nas escolas, os *tablets* e demais dispositivos e ferramentas digitais tornaram-se parte do cotidiano dos alunos, que passaram a ter disciplinas voltadas à tecnologia, inovação e empreendedorismo em suas grades pedagógicas. Tudo isso é fruto de planejamento e muitos investimentos. Em 2005, o governo da China anunciou US$ 1.7 bilhão para educação, ciência e tecnologia. Somente a Universidade de Tsinghua garantiu, sozinha, 10% do orçamento total destinado à inovação. Na Universidade de Pequim, uma das maiores do país: 12% dos universitários formados abrem startups ou trabalham nelas. O sucesso é atribuído à mesma fórmula que deu certo nos Estados Unidos: investimentos em educação, incentivos do governo, fábricas de alta tecnologia e a grande concentração de engenheiros, muitos deles formados na Universidade de Tsinghua, conhecida como o

MIT - Massachusetts Institute of Technology - da China. Já na Europa, destaca-se a Alemanha como um país representante dessas transformações. Berlim, berço das mais tradicionais indústrias alemãs é também uma das principais capitais europeias quando o assunto é tecnologia e inovação. A cidade está se tornando um dos ambientes mais dinâmicos e pujantes do mundo.

Assim como em outros casos de sucesso, a cidade possui boa qualidade e baixo custo de vida com grande concentração de jovens talentos, vindos muitos deles do exterior atraídos pelas universidades locais, que estão entre as melhores do mundo (STARTUP GENOME, 2018).

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA: JANELAS PARA O FUTURO DE TERESÓPOLIS

Uma das principais discussões da atualidade gira em torno do verdadeiro papel do Estado na vida das pessoas, esse debate foi acentuado após o início da pandemia da COVID-19. A última grande referência para este assunto vêm do período pós crise de 1929, onde houve grande participação do Estado na recuperação e no desenvolvimento econômico. A pandemia vivida em 2020 traz consigo também o alerta que o mundo precisa voltar a priorizar investimentos em pesquisa, ciência e tecnologia. Em "O Estado Empreendedor" a autora Mariana Mazzucato destaca "que os formuladores de políticas governamentais devem atentar para a importância dos investimentos em tecnologia e capital humano para impulsionar o crescimento" (2011, p. 67).

Como Secretário Municipal de Ciência e Tecnologia, em Teresópolis (2019/2020), tenho tido a oportunidade, pela primeira vez, de empreender no setor público, podendo colocar em prática diversos projetos durante a elaboração deste artigo, o que tem sido

uma experiência bastante enriquecedora. A primeira ação adotada pela Secretaria foi instituir uma Política Municipal de Inovação, Ciência e Tecnologia, aprovada por meio da Lei Municipal n. 3.811 (2019) e que veio a se tornar uma espécie de marco regulatório do setor, criando diretrizes e programas estratégicos para o desenvolvimento do ambiente de inovação do município. Para a construção inicial dessa política buscamos um Acordo de Cooperação, assinado pelo Prefeito Vinícius Claussen no início de 2019 com a Fundação Serra dos Órgãos (FESO). A Lei de Inovação, como ficou conhecida, visa a promover o desenvolvimento científico e tecnológico, a inovação, o empreendedorismo, a autonomia tecnológica, o desenvolvimento industrial, econômico, social e ambiental.

Ela estabelece que os investimentos e fomentos tenham foco nas potencialidades econômicas do município: agricultura, educação e turismo, além de prever incentivos também para novas práticas na gestão pública *(govtech).* A Lei aborda ainda termos estruturantes tais como: a criação do Sistema Municipal de Inovação e do Conselho Municipal de Inovação, Ciência e Tecnologia e de mecanismos de incentivo e fomento à inovação, criando um Programa de Incentivo Fiscal. A Lei facilita também, a aquisição e incorporação de soluções inovadoras por parte da Prefeitura, propondo que o executivo se torne um indutor do mercado de tecnologia no município.

Nesse período, a gestão também trouxe para si a responsabilidade diante do Ensino Público Técnico, Tecnológico e Superior, mesmo não sendo uma atribuição constitucional da esfera municipal. O feito mais importante até aqui foi a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica com a Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro - CECIERJ para implantação de um Polo CEDERJ em Teresópolis. Tal medida, possibilitará a oferta de vários cursos de graduação,

públicos, oferecidos em parceria com universidades estaduais e federais, ampliando e democratizando o Ensino Superior público no município. Outro Acordo de Cooperação, desta vez com o Parque Tecnológico da Região Serrana (SerraTec) já está possibilitando a ampliação da oferta de capacitação tecnológica no município, com foco na formação de desenvolvedores e programadores de software, que é objeto de pesquisa deste estudo.

Hoje, já são centenas de carreiras que surgem ligadas à tecnologia, e as mais promissoras delas giram em torno dos dados. Os desenvolvedores e os programadores estão por todas as partes. Eles tornaram-se figuras essenciais na maior parte dos setores econômicos e sociais. Seja na criação de plataformas, de aplicativos financeiros, de mobilidade ou da saúde; e de softwares de automação industrial e comercial. Por isso, já são considerados o novo capital mais valioso da humanidade. E não existem dados, sem programadores e desenvolvedores, sejam eles focados no desenvolvimento de sistemas, programas, aplicativos ou softwares. Segundo levantamento da rede social Linkedin (2020), as carreiras relacionadas aos setores de tecnologia da informação e internet foram as que mais apareceram na lista das profissões mais promissoras. O estudo também apelida de "Profissões Emergentes" as novas carreiras que surgem com a transformação digital. O impacto dessas carreiras no sistema educacional tem sido um desafio para educadores e instituições. A aprendizagem de programação não é nada simples, principalmente pelas habilidades e raciocínio abstrato que são fundamentais na formação do raciocínio lógico.

Em seu último livro, onde Harari (2018) se concentra nas atualidades e no futuro mais imediato da humanidade, "21 lições para o Século 21", o autor afirma que devemos esquecer essa ideia de ensino de programação nas escolas a qualquer custo. Ele defende que o ensino de habilidades técnicas seja minimizado, enfatizando as habilidades necessárias para o jovem enfrentar a vida com

propósito. O autor cita, ainda, que "muitos especialistas pedagógicos argumentam que a escola deveria se transformar baseada no pensamento 4C: comunicação, colaboração, crítica e criatividade" (p. 233). Como contraponto a visão de Harari, no Reino Unido, por exemplo, aprender a programar é matéria obrigatória nas escolas estaduais. Os ingleses acreditam que sem habilidades básicas de codificação, a próxima geração terá dificuldades de liderar já num futuro próximo. "Não sabemos o que ensinar aos jovens pela primeira vez na História" (HARARI, 2017).

No Japão, podemos citar o exemplo de um outro conceito, este mais voltado para qualificação e requalificação, trata-se da "Aprendizagem ao Longo da Vida" em inglês *lifelong learning*[13], onde a maior empresa de e-commerce do país, a Rakuten, decidiu que todos os seus funcionários independentemente de suas áreas de atuação terão de saber programar, e a empresa vai ensinar aqueles que não sabem. Mas essa participação ativa das empresas no processo de formação e requalificação não é novidade para o setor de tecnologia, durante o encontro do Fórum Econômico Mundial deste ano, 2020, foram citados vários exemplos dessa participação, tais como o movimento Pledge to America's Workers, nos Estados Unidos, no qual 400 firmas estão requalificando 15 milhões de trabalhadores assim como o programa de requalificação da British Telecom (BT), que faz o mesmo com 10 milhões de profissionais, além do exemplo da empresa PwC, que está investindo US$ 3 bilhões em requalificação de funcionários e usuários de seus serviços, em especial aos velhos, que buscam na maior parte das vezes se manter ou até uma transição profissional.

No Brasil, ainda não existe uma diretriz pedagógica por parte do Ministério da Educação sobre a inserção do ensino de

[13] O conceito de *lifelong learning* – aprendizagem ao longo da vida, em tradução livre -, termo que se refere a busca "contínua, voluntária e auto-motivada" do pela atualização conhecimento, seja em âmbito profissional, acadêmico ou pessoal (Lifelong Learning Council Queensland - LLCQ).

programação nas grades curriculares, seja a partir do ensino infantil ou no fundamental e médio. Há estudos, teses e projetos em andamento, como por exemplo, estudos para inserção da disciplina no ensino básico. É o que defendem Garlet, Bigolin e Silveira (2018). No artigo é possível conhecer o método de ensino de lógica de programação que foi validado por meio de um estudo de caso, realizado com alunos dos 7°, 8° e 9° anos em duas escolas de Ensino Fundamental, no Rio Grande do Sul. Pereira e Rapkiewicz (2004, citado por GARLET *et al.*, 2018) acredita que a Lógica de Programação deveria andar junto com outras disciplinas do ensino básico, tais como Biologia, Química e Física. Neste contexto, o ensino de programação para crianças poderia desenvolver o pensamento computacional e passos lógicos para a resolução automatizada de problemas (KAFAI; BURKE, 2013). Essa nova realidade requer uma formação muito mais abrangente do que geralmente é pensando quando se fala em "alfabetização digital", mesmo a partir de abordagens que enfatizam a necessidade de uma formação crítica (ALVES, 2014). E enquanto ainda não existe uma diretriz, instituições privadas e filantrópicas e até mesmo alguns governos locais estão atentos e debruçados sobre este assunto. E assim, a cada dia surgem novos negócios, projetos e formatos que têm o ensino de programação como propósito.

O Quadro 1 apresenta brevemente seis iniciativas educacionais voltadas ao ensino de programação que foram mapeadas no país, com diferentes perfis e características pedagógicas, as quais são dispostas na página seguinte do presente livro.

Quadro 1 - Iniciativas Educacionais voltadas para o ensino de programação

Nome	Tipo	Gestor	Modelo
Nave do Conhecimento	Público	Governo Municipal	Presencial
Faróis da Inovação	Público	Governo Municipal	Presencial
Escola Nave	Público / Privado	Governo Estadual	Presencial
Techo for Me	Privado pago	Setor privado	Presencial
Code.org	Privado gratuito	Setor privado	Ensino à distância
Recode	Privado gratuito	Organização Social	Presencial
Resilia	Privado gratuito	Setor privado	Híbrido
SerraTec	Privado gratuito	Sociedade Civil	Híbrido

Fonte: Elaboração própria (2020).

ESTUDO DE CASO: PROGRAMA DE RESIDÊNCIA DE SOFTWARE

Considerando todos os exemplos listados acima, o Programa de Residência de Software, idealizado pelo SerraTec[14] foi a iniciativa escolhida para este estudo de caso visto que o Programa buscar resolutividade da problemática identificada por este estudo: o apagão de mão de obra do setor de tecnologia. Este modelo não depende das discussões sobre a reformulação da Base Nacional

[14] O SerraTec é o Parque Tecnológico da Região Serrana e engloba além de Teresópolis, os municípios de Petrópolis e Nova Friburgo. O Parque envolve 170 empresas associadas com um faturamento total estimado em R$ 550 milhões/ano. O SerraTec preservou os dados individuais assim como o contato dos inscritos mantendo assim a seu compromisso com a privacidade e segurança dos dados.

Comum Curricular; possui aplicação prática do conceito da tríplice hélice, unindo (setor privado, universidade e setor público); é gratuito mesmo não sendo realizado pelo poder público; já demonstrou em outras edições uma alta taxa de empregabilidade, principalmente entre os jovens de baixa renda; é custeado e rateado pelas empresas que demandam os profissionais; não depende exclusivamente do setor público para acontecer.

Em primeiro lugar o autor realizou uma análise no perfil dos alunos que buscaram o Programa, através da aplicação de questionário online. Também foram realizadas entrevistas remotas com inscritos, alunos, professores, organizadores e apoiadores do projeto. Para apoiar o estudo também foi realizado um estudo netnográfico. O estudo de caso levou em consideração, primeiramente, como base, dados e o perfil dos os alunos[15] selecionados através de processo seletivo para turma de Teresópolis, formada por 75 alunos. A partir dessa análise pretendo apresentar o perfil dos inscritos e os benefícios desse modelo de ensino profissionalizante.

De acordo com o SerraTec, o Programa de Residência de Software visa aumentar a oferta de profissionais qualificados em tecnologia, dando oportunidade a jovens e adultos no mercado de trabalho, e ainda atrair novas empresas à Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro. O Programa funciona como uma imersão que alia o conhecimento teórico com a prática. O aluno vive experiência, como se estivesse dentro da empresa, com tutores, mentores e problemas reais a serem resolvidos. Ao fim do Programa os alunos desenvolvem uma solução para um desafio estabelecido pela Prefeitura de Teresópolis, o que também irá contribuir para a criação de propriedade intelectual, oferecendo oportunidades para a geração de inteligência de software para região. A carga horária total da

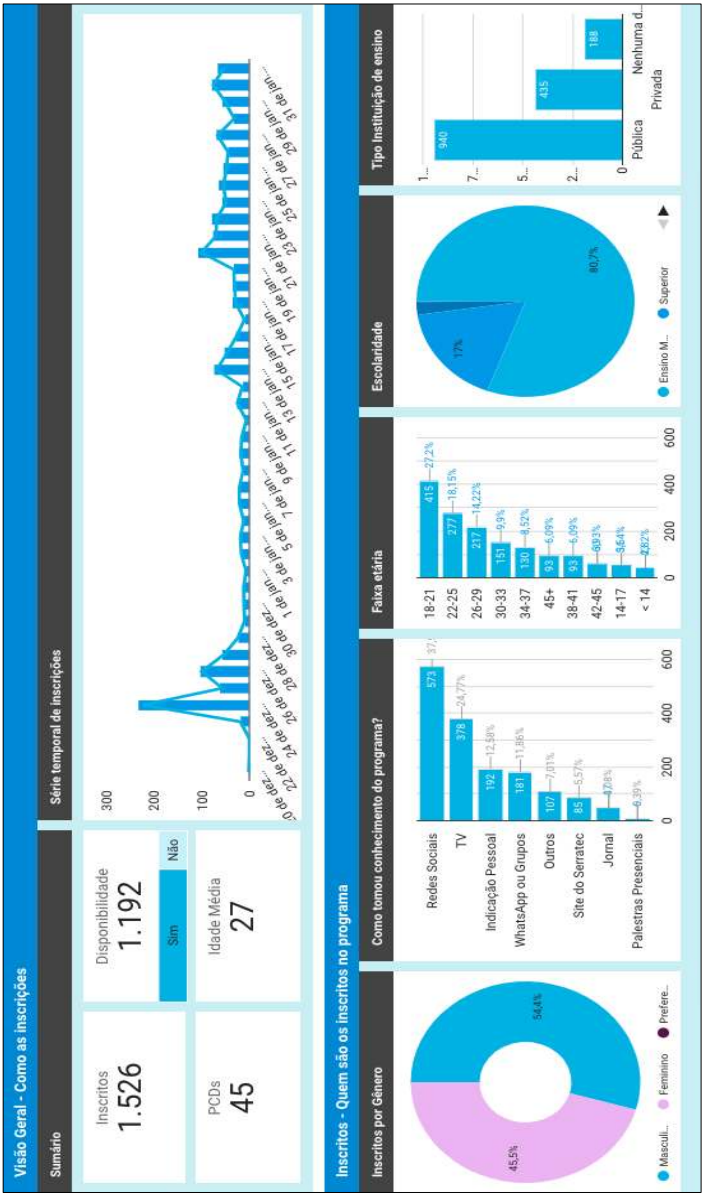
Residência de Software é de 500 horas, que estão sendo distribuídas em até 44 horas semanais.

A primeira turma de Teresópolis estava prevista para iniciar seu Programa em março de 2020, porém com a chegada da pandemia da COVID-19 ela foi adiada para junho do mesmo ano e foi iniciada através do ensino remoto. A alteração do cronograma do Programa inclusive forçou a modificação do planejamento deste estudo de caso. E além disso, é compreensível que a pandemia tenha forçado também uma adaptação na metodologia adotada pelo Programa, visto que o formato anterior utilizado na turma de Petrópolis era com ensino 100% presencial. A intenção dos organizadores é aproveitar esse momento e fazer um grande laboratório, chegando possivelmente num modelo híbrido para as turmas de 2021. Fatos como esse aconteceram em todo o mundo durante a pandemia, onde milhões de estudantes – do ensino infantil a doutorandos deixaram de frequentar as salas de aula ao mesmo tempo.

RESULTADOS

O que vem tornando o programa cada vez mais atrativo é a soma dos benefícios apresentados pelo modelo, como: a qualificação profissional como rápida resposta aos anseios do mercado de trabalho, o custeio das despesas dos alunos e principalmente, as oportunidades reais de contratação oferecida pelas empresas participantes. Apenas em Teresópolis, **1.526 pessoas** se habilitaram para fazer a **turma 2020.1**, conforme detalhamento do Gráfico 1 abaixo, que representa a visão geral dos inscritos:

Gráfico 1 – Resultados do questionário aplicado aos inscritos



Fonte: Serratec (2020).

Parte desse sucesso, deve-se não só ao interesse cada vez maior das pessoas por profissões ligadas à tecnologia, como a ampla divulgação realizada, seja nas redes sociais, televisão e jornais, fazendo com que o processo seletivo pudesse atingir aos mais diversos públicos, de diferentes perfis e classes sociais. Porém o que mais chama atenção nestes gráficos é que dos 1.526 interessados, cerca de 940 são originários de escolas públicas, o que mostra que o interesse pelo assunto e pela carreira não está restrito aos alunos do ensino de determinada classe social. Quando aplicamos o filtro no questionário somente ao percentual dos inscritos vindo de escolas públicas, 31% deles estão entre os 18 e 21 anos de idade, sendo 47,4% do sexo feminino e 52,4% do sexo masculino. 88% deles cursam o Ensino Médio, 10,2% Ensino Superior e apenas 0,7% é pós-graduado. Outro dado relevante, é quando perguntados sobre a disponibilidade para imersão presencial, prevista no formato original do programa antes da pandemia, apenas 736 dos 940 inscritos diziam ter disponibilidade para cursar o programa integralmente.

O processo de seleção é composto por uma prova de conteúdos gerais, incluindo português, matemática e lógica. O conhecimento de algoritmos é considerado complementar. O Programa também não aceita pessoas que já estejam empregadas no mercado de tecnologia justamente para cumprir seu objetivo de inserção no mercado de trabalho. É exigido diploma de conclusão do ensino médio.

Passando em todas essas etapas do processo, o aluno inicia a Residência que tem a duração de 4 meses e meio. No formato original previsto antes da pandemia, durante este período, o aluno teria aulas pela manhã e no período da tarde, de segunda a sábado, além de participar de dinâmicas práticas em equipes divididas de acordo com as empresas parceiras.

O processo seletivo adotou o fluxo na seguinte ordem: prova online; prova presencial; entrevista; dinâmica de grupos e o

resultado final. Dos 305 que fizeram a prova online, 185 foram aprovados para fazer a prova presencial, onde 172 foram então aprovados e puderam participar da entrevista e da dinâmica de grupos. Observando os resultados da pesquisa pude perceber também que a participação dos alunos vindos de escolas públicas se mantém alta, mesmo entre os selecionados para as próximas etapas, onde 91 dos 172, são alunos, ou foram formados em escolas públicas. São dados que nos mostram o potencial de inclusão digital e social deste formato. Nesta nova realidade, o SerraTec também se preocupou em oferecer toda a estrutura necessária de computadores e internet para aqueles alunos que apontaram não ter condições técnicas para assistir às aulas à distância.

A pandemia não só atrasou o início das aulas como também prejudicou a configuração e o andamento do cronograma deste estudo de caso, porém mesmo assim o autor buscou conhecer a opinião dos alunos sobre os primeiros quinze dias de aulas, onde o mesmo cita alguns trechos:

> *"Fiquei feliz com esta pesquisa, pois já pretendia enviar um feedback para a equipe de projetos do Serratec. Como exemplos, posso citar as tecnologias que foram utilizadas e disponibilizadas, a organização, a pontualidade, a seriedade e o fato de estarmos lidando com profissionais que nos transmitem exatamente o que está acontecendo no mercado"* (*Residente 1).*

> *"Estou muito animado com o curso e com grande esperança no futuro. O curso é puxado, hoje completamos 80 horas em duas semanas. Mas são 80 horas de muito aprendizado. Obrigado"* (*Residente 2).*

> *"Aprendi a gostar de Banco de Dados. Achei a didática muito boa e bem dividida. A revisão da matéria anterior ao início de cada aula me ajudou muito também"* (*Residente 3).*

Ainda sobre o potencial social do projeto, se levarmos em consideração o fato que o setor da tecnologia da informação possui ainda um salário médio mensal 3.3 salários mínimos em Teresópolis, o que está acima dos 2.2 salários da média mensal do município, segundo o IBGE Cidades (2018), podemos então, enxergar o tamanho do potencial que esse caminho apresenta, podendo servir também como referência para o desenvolvimento de políticas públicas econômicas e educacionais, assim como pode ser parte de uma solução para redução das desigualdades sociais presentes no município.

O Programa se concentrou na capacitação para plataformas Web, Mobile, Nuvem, Telecom e afins. Os conteúdos foram divididos em alguns níveis: Conteúdos Comuns: para nivelar os alunos em um conteúdo básico, o programa é composto com aulas de Inglês, português, matemática e Introdução a Algoritmos. Conteúdos Específicos: são abordados conhecimentos de Ciência da Computação, Desenvolvimento de Software e Tecnologia da Informação. Atividades Práticas: onde são apresentados problemas enfrentados no contexto de TI as instituições parceiras, com o objetivo de propor desafios reais aos alunos. Mentoria: Com objetivo de aumentar o comprometimento e de uma melhor performance dos estudantes, a residência também conta apoio para o desenvolvimento profissional.

Em matéria realizada por Diniz (2019, dezembro 23) e publicada no Jornal O Globo, Marcelo Carius, Presidente do SerraTec, afirmou que a empregabilidade do projeto é de 90%: "Há uma deficiência de mão de obra de programadores. Nosso objetivo é

aumentar o número de empresas participantes para podermos capacitar mais pessoas" (para. 12). Já Thais Ferreira, gerente executiva do Serratec, destaca que o impacto de 60 programadores formados está ainda na criação de novas equipes, que podem gerar mais de mil empregos em diferentes áreas. As 75 vagas da turma de Teresópolis foram custeadas exclusivamente pelas empresas do setor de tecnologia, que juntas, fizeram o investimento para o rateio das despesas proporcionalmente a demanda de cada uma delas. Dessas 75 vagas, 30 foram custeadas por uma única empresa, a Alterdata, que também é a maior do setor no estado do Rio de Janeiro e a grande responsável por Teresópolis ser o segundo município em número de contratações, perdendo apenas para capital, Rio de Janeiro. A empresa possui 1.731 colaboradores, 71% ligados às áreas de desenvolvimento de software, suporte técnico e comercial. Nos últimos seis meses, foram contratados 281, destacou Michel Coelho, gerente de RH da empresa. A Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) entrou com a certificação, contratação dos professores e plataforma pedagógica, através do Serviço Nacional de Apoio à Indústria (SENAI). Já a Prefeitura de Teresópolis apoiou levando a divulgação do Programa até o público-alvo, seja através de seus canais e redes sociais, ou com a integração à política pública municipal trabalho, emprego e renda, por meio do posto do Sistema Nacional de Emprego (SINE), que fez uma divulgação direcionada cruzando a oferta do Programa de Residência com a demanda de qualificação dos currículos cadastrados no posto.

De acordo com pesquisa da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom) citada por Diniz (2019, janeiro 5), em matéria publicada pelo Jornal O Globo, 70 mil profissionais serão demandados ao ano até 2024, somente nas áreas de desenvolvimento de software, ciência e engenharia de dados, o que reforça a necessidade da existência e da ampliação do projeto, que pretende funcionar com ciclo contínuo, tendo novas turmas todos os semestres.

CONCLUSÃO

Neste estudo, buscou-se correlacionar as transformações que a indústria sofreu e sofre, com a formação de ambientes de inovação de sucesso, demonstrando os fatores ambientais e indicadores que mostram a evolução e a dinâmica dessa nova indústria diante do desenvolvimento e da configuração desses novos territórios. Apresentamos um panorama global com casos de sucesso que demonstram que existe um caminho para um desenvolvimento mais sustentável e racional a partir da indústria 4.0, seja com a revitalização de espaços urbanos degradados e abandonados ou com a formação de novos espaços, e novamente, com impacto ambiental bem inferior ao modelo que surgiu baseado nas revoluções industriais do passado. Também vimos que essa nova dinâmica exige uma mudança de visão em relação à educação, pesquisa e tecnologia. Foi demonstrado que o município de Teresópolis possui todas as condições para se reinventar e se colocar como protagonista a partir de um novo ciclo de desenvolvimento territorial e sustentável, se posicionando como um polo de inovação baseado principalmente nos eixos dessa nova economia.

Acredita-se então que este artigo tenha gerado informações substanciais para auxiliar a formatação de políticas públicas para o setor. O Programa de Residência de Software cumpre até aqui e com base nos resultados colhidos, o papel de qualificar e inserir jovens no mercado de trabalho de maneira assertiva. Porém, a partir do conhecimento acumulado até aqui, entende-se que a educação básica deve ser o ponto de partida para transformações mais profundas e de longo prazo, incorporando políticas educacionais voltadas para ciência, tecnologia e inovação, o que irá criar condições para formação de uma nova geração de jovens, preparados não só para um novo mercado de trabalho como também para um novo mundo.

REFERÊNCIAS

AGHION, P. A. *et al*. "What are the Labor and Product Market Effects of Automation? New Evidence from France". **CEPR Discussion Paper**, n. 14443, fevereiro, 2020.

ALVES, E. J. "Literacia digital de professores: Competências e habilidades para o uso da TDIC na docência". **A Didática e Prática de Ensino na relação com a escola**, n. 1, 2014.

AUDY, J.; PIQUÉ, J. **Dos Parques Científicos e Tecnológicos aos Ecossistemas de Inovação**: desenvolvimento social e econômico na sociedade do conhecimento. Brasília: ANPROTEC, 2016.

BECK, M. "Profissões Emergentes 2020". **LinkedIn** [2020]. Disponível em: <https://business.linkedin.com>. Acesso em: 16/09/2020.

CASTRO, T. H. C. *et al*. "Utilizando Programação Funcional em Disciplinas Introdutórias de Computação". **Anais do Workshop de Educação em Computação – WEI**. Campinas: SBC, 2003.

DINIZ, A. C. "Cresce número de contratações no interior do Rio: TI e setor de bebidas lideram vagas". **Jornal O Globo** [05/01/2009]. Disponível em: <https://oglobo.globo.com>. Acesso em: 10/08/2020.

DINIZ, A. C. "Mercado de tecnologia tem déficit de 24 mil profissionais por ano". **Jornal O Globo** [05/01/2009]. Disponível em: <https://oglobo.globo.com>. Acesso em: 02/07/2020.

ETZKOWITZ, H.; ZHOU, C. “Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo”. **Estudos Avançados**, vol. 31, n. 90, 2017.

FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - IFDM**. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2018. Disponível em: <https://www.firjan.com.br>. Acesso em: 17/07/2020.

FREEMAN, C. “The 'National System of Innovation' in historical perspective”. **Cambridge Journal of Economics**, vol. 19, n. 1, 1995.

FREY, C. B.; OSBORNE, M. A. “The future of employment: How susceptible are jobs to computerization?” **Oxford Martin School, University of Oxford**, vol. 114, setembro, 2013. Disponível em: <https://www.oxfordmartin.ox.ac.uk.>. Acesso em: 12/12/2020.

GARLET, D. e*t al*. “Ensino de Programação de Computadores na Educação Básica: um estudo de caso”. **RESIGeT**, vol. 9, n. 2, 2018.

HARARI, Y. N. **21 Lições para o Século 21**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018.

HARARI, Y. N. **Homo Deus**: Uma breve história do amanhã. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2016.

HARARI, Y. "Não sabemos o que ensinar aos jovens pela primeira vez na História". [Entrevista concedida a João Céu e Silva]. **Portal Eletrônico Diário de Notícias** [27/05/2017]. Disponível em: <https://www.dn.pt>. Acesso em: 15/05/ 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cadastro Central de Empresas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 15/08/2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/> Acesso em: 10/08/2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**: Teresópolis. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 15/08/2020.

JORNAL NACIONAL. "Indústria da tecnologia já supera a do turismo em Florianópolis". **Jornal Nacional** [22/06/2019]. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 20/04/2020.

KAFAI, Y. B.; BURKE, Q. "Computer Programming Goes Back to School". **Phi Delta Kappan**, vol. 95, setembro, 2013.

LIMA, Y. *et al*. O **Futuro do Emprego no Brasil**: Estimando o Impacto da Automação. Rio de Janeiro: Laboratório do Futuro/UFRJ, 2019. Disponível em: <http://labfuturo.cos.ufrj.br>. Acesso em: 15/08/2020.

MANCHESTER CITY COUNCIL. **Report for Resolution**. Manchester: Manchester City Council, 2016. Disponível em: <https://democracy.manchester.gov.uk>. Acesso em: 10/07/2020.

MANYIKA, J. *et al*. "Jobs lost, jobs gained: Workforce transitions in a time of automation". **McKinsey Global Institute**, novembro, 2017. Disponível em: <https://www.mckinsey.com>. Acesso em: 10/07/2020.

MAZZUCATO, M. **O Estado Empreendedor**: Desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Employment Outlook 2019**: The future of work. Paris: OCDE, 2020. Disponível em: <https://futureofwork.oecd.org>. Acesso em: 10/06/2020.

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **I am a future of work**. Paris: OCDE, 2020. Disponível em: <https://futureofwork.oecd.org>. Acesso em: 10/06/2020.

PASTORE, J. "Você perderá seu emprego para a automação?". **Portal Eletrônico Estadão** [30/01/2020]. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br>. Acess:o em 17/08/2020.

SANTA CATARINA. **Guia de Desenvolvimento de Ecossistemas e Centros de Inovação**: Livro I - Conceitos e Fundamentos. Florianópolis: SDS, 2017. Disponível em: <https://www.sde.sc.gov.br>. Acesso em: 26/08/2020.

SCHWAB, K. **A Quarta Revolução Industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

SERRATEC. "Residência em Software". **Portal Eletrônico SERRATEC** [2020]. Disponível em: <http://serratec.org> Acesso em: 12/07/2020.

SILVEIRA, Z. S. "Concepção de educação tecnológica no Brasil: resultado de um processo histórico". **Anais da Jornada do HISTEDBR**. Campo Grande: HISTEDBR, 2007. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br>. Acesso em: 02/04/2020.

STARTUP GENOME. **Global Startup Ecosystem Report**. San Francisco: Startup Genome, 2018. Disponível em: <https://startupgenome.com>. Acesso em: 15/07/2020.

TERESÓPOLIS. **Lei Complementar Municipal n. 79, de 20 de outubro de 2006**. Teresópolis: Câmara Municipal de Vereadores de Teresópolis, 2019. Disponível em: <https://teresopolis.rj.gov.br>. Acesso em: 12/08/2020.

TERESÓPOLIS. **Lei Municipal n. 3.811, de 25 de novembro de 2019**. Teresópolis: Câmara Municipal de Vereadores de Teresópolis, 2019. Disponível em: <https://teresopolis.rj.gov.br>. Acesso em: 12/08/2020.

TERESÓPOLIS. **Atividades Econômicas em Teresópolis**. Teresópolis: Secretaria de Fazenda, 2015. Disponível em: <http://dataviva.info>. Acesso em: 25/08/2020.

URBAN SYSTEMS. **Melhores Cidades para fazer Negócios**. São Paulo: Editora Abril, 2019 Disponível em: <https://conteudo.urbansystems.com.br>. Acesso em: 05/05/2020

CAPÍTULO 7

Empreendedorismo na Educação Básica: Estudo de Caso do Projeto Jovens Empreendedores Primeiros Passos

EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: ESTUDO DE CASO DO PROJETO JOVENS EMPREENDEDORES PRIMEIROS PASSOS

Washington Mario da Silva Oliveira

Este estudo tem como foco a análise de um projeto de empreendedorismo, sendo colocado em prática nas turmas de ensino fundamental de uma escola pública, situada no quarto distrito do município de Nova Friburgo, região serrana do estado do Rio de Janeiro. Na busca de ampliar o embasamento em torno das discussões sobre a possibilidade de inserir esta temática no currículo escolar. Autores como Dolabela (2003), criador da Pedagogia Empreendedora, Veiga (2006), Dornelas (2014), entre outros, discutem a implementação do empreendedorismo nas escolas do Brasil, visando o crescimento socioeconômico e a interação da escola com a comunidade.

"A arte de viver num mundo hipersaturado de informação ainda não foi apreendida. E o mesmo vale também para a arte ainda mais difícil de preparar os homens para esse tipo de vida" (BAUMAN, 2010, p. 60). É importante vincular, cada vez mais, a escola à vida em sociedade, derrubando muros e conectando-se com as outras formas de informação. Freire (1982, p. 66) destaca que: "a conscientização, como a educação, é um processo específico e exclusivamente humano. É como seres conscientes que mulheres e homens estão não apenas no mundo, mas com o mundo". Nesse complexo debate sobre possíveis reformas curriculares, é fundamental a análise de projetos que promovam a integração dos estudantes com a comunidade (mundo) em que estão inseridos

Neste cenário, o presente artigo pretende verificar os efeitos do projeto do Sebrae: Jovens Empreendedores Primeiros Passos, através da perspectiva dos alunos, dos professores envolvidos e das famílias, registrando o passo a passo da experiência, com o objetivo de identificar os pontos positivos e os que não funcionaram da maneira esperada e buscando o equilíbrio e a forma mais adequada de iniciar a temática do empreendedorismo na educação básica.

> A escola moderna deve estimular e desenvolver, a formação de cidadãos, que possam compreender e conviver com as diferenças, pondo em prática valores como respeito e solidariedade. Oferecendo, uma nova concepção pedagógica, que busque privilegiar e desenvolver o conhecimento integrado, priorizando a autoestima, o autocontrole, a criatividade, a autonomia, a crítica construtiva e principalmente a iniciativa empreendedora de cada educando... (RAMOS; ROITMAN, 2011).

Ao analisar programas como o JEPP buscamos contribuir com esta tentativa de modernizar o ensino, mas sem deixar de lado as importantíssimas disciplinas tradicionais.

No primeiro capítulo, será apresentado o conceito do empreendedorismo e suas ramificações, além da sua relação com a educação no Brasil. Como se desenvolve uma cultura empreendedora numa sociedade e o que seria a Pedagogia Empreendedora. O segundo capítulo será o registro do acompanhamento do JEPP colocado em prática, e, o terceiro, analisará os resultados das metodologias e práticas adotadas.

EMPREENDEDORISMO E EDUCAÇÃO

O mundo vem mudando de maneira muito rápida, a modernidade líquida, como foi denominada por Bauman (2001), transformou as relações de trabalho. Já não é mais tão comum um jovem iniciar a carreira numa determinada empresa e permanecer na mesma até a aposentadoria. O mercado de trabalho mudou e a educação básica está buscando formas de preparar melhor esta geração para enfrentar um mundo tão dinâmico. Há uma cobrança por uma nova educação para este novo tempo.

E a palavra 'empreendedorismo' ganhou força neste debate. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Reforma do Ensino Médio fazem referência a este termo. Freire (1996) acreditava num ensino autônomo, significativo e transformador para a vida em sociedade, Dolabela (2003), afirma que é possível despertar no indivíduo o interesse, a capacidade de criar e inovar, visando ao bem comum por meio da Pedagogia Empreendedora e da sustentabilidade, inserindo-as na educação atual. Não basta preparar o jovem para conseguir um emprego, é preciso prepará-lo também para criar o seu trabalho.

De acordo com a BNCC uma das finalidades da educação básica na contemporaneidade é: "proporcionar uma cultura favorável ao desenvolvimento de atitudes, capacidades e valores que promovam o empreendedorismo (criatividade, inovação, organização, planejamento, responsabilidade, liderança, colaboração, visão de futuro, assunção de riscos, resiliência e curiosidade científica, entre outros), entendido como competência essencial ao desenvolvimento pessoal, à cidadania ativa, à inclusão social e à empregabilidade;". Ficando claro que um dos objetivos da escola é ajudar ao educando à descobrir sua vocação e conhecer o caminho a ser trilhado rumo à sua meta profissional.

Para compreender bem conceito de empreendedorismo precisamos voltar às origens do termo: "a palavra empreendedor (hentrepreneur) aparece inicialmente na França, significa aquele que assume riscos e começa algo novo" (DORNELAS 2014, p. 19). Desde o início empreender remete à inovação, criação, investimento e risco. Segundo Dolabela (1999), "empreendedorismo é um neologismo derivado da livre tradução da palavra entrepreneurship e utilizado para designar os estudos relativos ao empreendedor, suas origens, seu sistema de atividades, seu universo de atuação" (p. 43). Ao longo dos anos diversas ramificações foram surgindo, e, atualmente, podemos classificar os tipos de empreendedorismo.

Empreendedorismo clássico é aquele que é projetado para gerar lucro financeiro. O lucro é a condição essencial para este tipo de empreendimento. Outro tipo é o empreendedorismo social, que não tem como prioridade criar lucros financeiros substanciais para seus investidores, o empreendedor social encontra seu valor nos benefícios transformadores em maior ou menor escala, que possam ser gerados em segmento significativo da sociedade. Dornelas (2014) afirma que quando relacionado com a criação de um novo negócio, o empreendedorismo pode ser definido como: "o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam à transformação de ideias em oportunidades. A perfeita implementação dessas oportunidades, leva à criação de negócios de sucesso" (p. 28). Tais negócios podem influenciar/impactar toda uma comunidade, criando uma cadeia de negócios que beneficiem aspectos sociais.

Estes diferentes conceitos são trabalhados com os alunos da educação básica no projeto Jovens Empreendedores Primeiros Passos, desenvolvido pelo SEBRAE, por meio do qual os estudantes têm a oportunidade de conhecer a realidade do mercado de trabalho, simulando o funcionamento de uma empresa, com os colegas de sala de aula e com a supervisão dos professores. Num processo que

envolve toda a comunidade do entorno da escola, que participa ativamente fornecendo matéria-prima para os produtos e depois tornando-se cliente dos estudantes empreendedores.

Dolabela (2003) afirma que empreender é uma forma de construção do futuro, destacando que:

> é um processo essencialmente humano, com toda a carga que isso representa: ações dominadas por emoção. Desejos, sonhos, valores; ousadia de enfrentar as incertezas e de construir a partir da ambiguidade e no indefinido; consciência da inevitabilidade do erro em caminhos não percorridos; rebeldia e inconformismo; crença na capacidade de mudar o mundo; indignação diante de iniquidades sociais. (p. 29-30).

Durante o JEPP os alunos do ensino fundamental experimentam esta aventura de fazer um produto chegar ao consumidor desde a sua idealização, passando por todas estas etapas, criando um hábito empreendedor desde a educação infantil.

Mas o empreendedorismo pode ser ensinado? Segundo Dornelas (2014, p. 29) "Os empreendedores inatos continuam existindo e sendo referências de sucesso, mas muitos outros podem ser capacitados para a criação de empresas duradouras". Surge a Educação Empreendedora (EE), que, Segundo Fowler (2010), advém de um programa de negócios realizado na América do Norte chamado Entrepreneurship Education, o qual incentivava seus participantes a entender e criar o seu próprio negócio. O desafio é saber a maneira adequada de inserir este conteúdo no currículo escolar. De acordo com Mintzberg *apud* Guerra e Grazziotin (2010), "não se cria um empreendedor apenas numa sala de aula, mas é

possível criar, em uma universidade crítica e criativa, profissionais com uma mentalidade empreendedora" (p. 68).

Através do estudo de caso do JEPP na Escola Municipal Tiradentes, no município de Nova Friburgo, podemos conhecer melhor o projeto na prática, sendo possível identificar como a educação empreendedora pode refletir de forma positiva e negativa no currículo escolar, interagindo com as demais disciplinas e dialogando com a comunidade. Através da criação de um empreendimento é possível trabalhar conteúdos que envolvam matemática, história, geografia, língua portuguesa e compreender a importância da preservação ambiental.

CONHECENDO O JEPP, RELATO DE EXPERIÊNCIA

O projeto Jovens Empreendedores Primeiros Passos foi idealizado pelo Sebrae, mas é colocado em prática pelas equipes de cada escola onde é realizado, envolvendo os diretores, orientadores e professores de todas as disciplinas, tornando-se um desafio encaixar as atividades do projeto, dentro do ano letivo, paralelamente com os conteúdos específicos de cada matéria. Cada ano de escolaridade trabalha um tema diferente, culminando na feira do JEPP onde a escola é aberta para a comunidade e todas as turmas expõem e vendem seus produtos.

No ano de 2019 acompanhamos todo esse processo na Escola Municipal Tiradentes, situada no distrito de Amparo, em Nova Friburgo, região serrana do estado do Rio de Janeiro. Durante o século XIX a localidade foi colonizada por alemães que cultivaram café, com sucesso, em suas montanhas, ainda hoje encontram-se muitos casarões das antigas fazendas. A historiadora Janaína Botelho (2016), especialista em História de Nova Friburgo, conta que até a metade do século XX, Amparo foi o celeiro agrícola de

Nova Friburgo, mas grande parte dos filhos dos produtores saíram para estudar na capital, se especializaram em outras áreas e não deram continuidade à produção agrícola. Atualmente a região possui pequenas produções orgânicas e busca o desenvolvimento econômico através do turismo.

Figura 1 - Mapa da Região Serrana do Rio de Janeiro

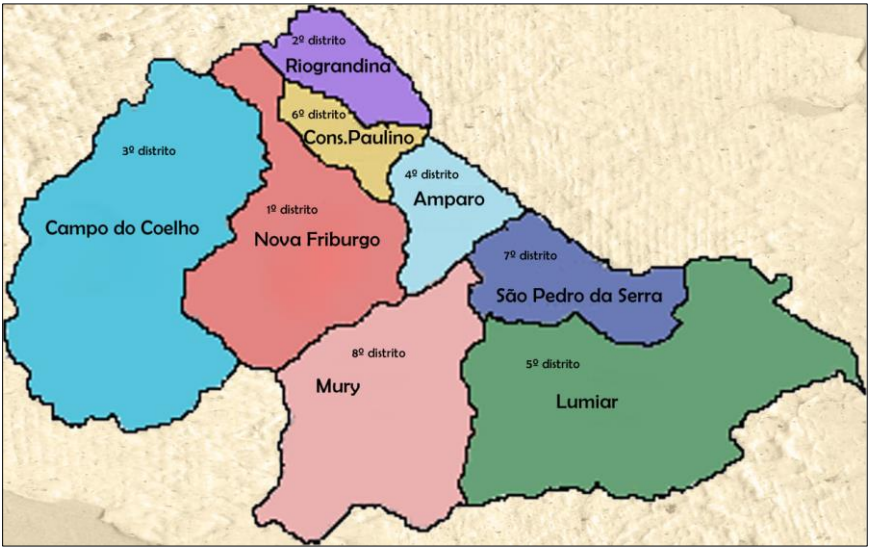


Fonte: Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/a-outra-margem-do-rio-os-contrastes-na-recuperacao-da-regiao-serrana-13955973>. Acesso em 20/09/2020.

O atual distrito de Amparo, na fundação de Nova Friburgo, fazia parte da Freguesia de São José do Ribeirão. Em 1857, essa freguesia possuía uma população de mil pessoas onde se cultivava o café com um significativo plantel de escravos. No entanto, Amparo foi anexado a Bom Jardim no início da República. Isso não agradou a população local e depois de incessantes reivindicações conseguiu-se reverter a situação e tornar a anexar-se, em 1911, a Nova Friburgo. Esse distrito dá tanta importância à reintegração a Nova Friburgo que

todo ano, em outubro, promove uma grande festa celebrando tal acontecimento (BOTELHO, 2016).

Figura 2 - Distritos de Nova Friburgo



Fonte: Disponível em: <https://registrodeviagem.com.br/23/12/2014/nova-friburgo-rj>. Acesso em 20/09/2020.

A Escola Tiradentes mantém a tradição de uma vez por semana, reunir todos os alunos para cantar o hino à Amparo, o qual todos os moradores sabem de cor. A reintegração costuma ser chamada pelos habitantes locais de "emancipação", mostrando que há uma identidade maior com o distrito do que com o município.

A escola conta com 170 alunos nos anos finais. Divididos em duas turmas do sexto ano, duas do sétimo, duas do oitavo e uma do nono. São oito professores envolvidos na execução do projeto. Para melhor organização, a diretora da escola coordena a divisão de tarefas através de reuniões mensais. Cada série vai trabalhar um tema

diferente e cada professor é escolhido como representante de determinada turma, para acompanhá-la mais de perto, ainda que todos os professores trabalhem o projeto com todos os alunos, é importante haver este tipo de divisão de responsabilidades.

Na feira do JEPP a escola abre as portas para a comunidade, onde cada turma pode expor e vender seus produtos e contar um pouco da experiência empreendedora vivenciada ao longo dos meses de preparação. A experiência do ponto de vista dos pais e dos moradores do entorno é bastante positiva, um momento de confraternização e de apoio aos alunos, comprando os produtos expostos e aplaudindo à iniciativa. Entre os professores, a maioria também aprova o projeto, mas apontam que poderia haver um apoio maior da equipe do Sebrae, pois os docentes ficam sobrecarregados tendo de conduzir todo este processo de tamanha complexidade, e, ao mesmo tempo, cumprir o currículo mínimo previsto na BNCC, aplicar testes, trabalhos, provas, recuperação e lançar as notas, ou seja, as atividades que não podem deixar de serem realizadas paralelamente ao projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei de Diretrizes e Base da Educação - LDB, de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 1º destaca: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” e acrescenta que, “a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e prática social”. O projeto Jovens Empreendedores Primeiros Passos consegue cumprir satisfatoriamente parte desta função, e, dependendo do empenho dos

alunos pode gerar formas de desenvolvimento territorial sustentável no entorno das escolas que o adotam.

Essa visão vai ao encontro dos quatro pilares da educação, propostos pela UNESCO, quais sejam: Aprender a conhecer, isto é, adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente, aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes. (DELORS, 1998). Independente do aluno se tornar ou não empreendedor em sua jornada profissional, o JEPP tem grande contribuição na sua formação, por toda a experiência de trabalhar em equipe, na interdisciplinaridade das abordagens e na interação que contribui com a melhor compreensão do funcionamento das engrenagens sociais.

É tempo de dinamizar a sala de aula, a educação bancária, apresentada por Freire como instrumento de opressão, precisa dar espaço a maior iniciativa dos discentes, com projetos que tenham início, meio e fim e apresentem resultados concretos e subjetivos, aprendizagem teórica colocada em prática, respeitando os dons naturais e as vocações de cada indivíduo, mas inserindo-os em todas as partes do processo de criação.

O JEPP, como projeto interdisciplinar, colabora com a aproximação dos professores das diferentes áreas, que no dia a dia são afastados pelas paredes das salas de aula, mas assim como os alunos, também se vêem trabalhando em equipe durante o andamento do projeto, isto também contribui para ampliar as relações profissionais, com trocas de experiências e parcerias nas atividades. Projetos como este devem ser encarados como meio de complementar a grade curricular, mas de forma alguma substituí-la.

> A grande generosidade está em lutar para que, cada vez mais, estas mãos, sejam de homens ou de povos, se estendam menos, em gestos de súplica. Súplica de humildes a poderosos. E se vão fazendo, cada vez mais, mãos humanas que trabalhem e transformem o mundo (FREIRE, 1987, p. 17).

A escola pode contribuir para que os discentes conheçam as potencialidades do seu lugar e saibam a forma correta de intensificá-las de maneira sustentável, agregando toda a comunidade. Ficando claro que preparar para a vida profissional não deve ser o único foco da educação, mas pode fazer parte desta engrenagem, percorrendo todas as áreas do conhecimento, no caminho da construção de uma educação libertadora.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Capitalismo Parasitário**: e outros temas contemporâneos. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BOTELHO, J. "Amparo: circuito de turismo rural". **A Voz da Serra** [23/11/2016]. Disponível em: <http://acervo.avozdaserra.com.br>. Acesso em: 12/08/2020.

BOTELHO, J. "Um passeio por Amparo". **A Voz da Serra** [19/05/2017]. Disponível em: <http://acervo.avozdaserra.com.br>. Acesso em: 12/08/2020.

DELORS, J. e*t al*. **Educação**: um tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o

Século XXI. São Paulo: Cortez Editora / Brasília: UNESCO, 1998.

DOLABELA, F. **Oficina do Empreendedor**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

DOLABELA, F. **Pedagogia Empreendedora**: ensino de empreendedorismo na educação básica. São Paulo: Cultura, 2003.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Empreende/LTC, 2014.

FOWLER, F. R. "UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá: uma universidade empreendedora". *In*: LOPES, R. M. A. (org.). **Educação Empreendedora**: conceitos, modelos, práticas. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: SEBRAE, 2013.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUERRA, M. J.; GRAZZIOTIN, Z. J. "Educação Empreendedora nas Universidades Brasileiras". *In*: LOPES, R. M. A. (org.). **Educação Empreendedora**: conceitos, modelos, práticas. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: SEBRAE, 2010.

RAMOS, M. N.; ROITMAN, I. **A Urgência na Educação**. São Paulo: Moderna, 2011.

SOBRE OS AUTORES

SOBRE OS AUTORES

Ana Valéria Freire Allemão Bertolino é graduada, mestra e doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora Associada do Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail para contato: anaval@uerj.br

André Bittencourt Amador é graduado e mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Trabalha como Engenheiro de Meio Ambiente na empresa Petróleo Brasileiro (PETROBRAS), matriz do Rio de Janeiro (RJ). E-mail para contato: andrebamador@gmail.com

Antonio José Teixeira Guerra é graduado e mestre em Geografia. Doutor em Erosão dos Solos. Pós-doutorado na Universidade de Oxford e na Universidade de Wolverhampton. Professor Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail para contato: antoniotguerra@gmail.com

Carlos Artur Esteves Gomes dos Santos é graduado em História e em Turismo. Especialista em História do Rio de Janeiro, bem como em Desenvolvimento Territorial pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Guia de Turismo e proprietário da agência Notur Travel. E-mail para contato: tutuesteves51@gmail.com

SOBRE OS AUTORES

Cláudio Belmonte de Athayde Bohrer é graduado em Engenharia Florestal, mestre em Gestão de Recursos Naturais e doutor em Geografia pela Universidade de Edimburgo. Professor Associado do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail para contato: cbohrer@id.uff.br

Cristiane Nunes Francisco é graduada em Geografia, mestra em Engenharia de Transportes e doutora em Geociências pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora Associada do Departamento de Análise Geoambiental da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail para contato: cristianenf@id.uff.br

Cristiane Passos de Mattos é graduada e mestra em Geografia. Doutora em Psisossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Professora Associada do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ). E-mail para contato: cristianemattos@cefet-rj.br

Fábio da Silva Lima é graduado em Geografia e em Direito. Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisador associado do Laboratório de Geomorfologia Ambiental e Degradação do Solos (LAGESOLOS/ UFRJ). E-mail para contato: fabiolimageo@gmail.com

SOBRE OS AUTORES

Flavia Colacchi é graduada em Ciências Biológicas, especialista em Engenharia Ambiental e mestra em Planejamento Energético pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisadora Associada do Laboratório de Ecologia Aplicada (LEA/UFRJ). E-mail para contato: colacchi@gmail.com

Guilherme Machado Ferreira é graduado em Pedagogia. Especialista em Desenvolvimento Territorial pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e professor da rede municipal de ensino de Teresópolis/RJ. E-mail para contato: guifmachadocn@gmail.com

Jéssica Alves Coelho é licenciada em Biologia e especialista pós-graduada em Desenvolvimento Territorial pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora da rede municipal de ensino de Teresópolis/RJ. E-mail para contato: jessica_alves.silva@hotmail.com

Marcela do Nascimento Padilha é graduada, mestre e doutora em Geografia. Professora do Departamento de Turismo e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail para contato: marcelapadilha.uerj@gmail.com

SOBRE OS AUTORES

Matheus de Sá Freitas Tavares é licenciado e bacharel em Ciências Biológicas. Especialista pós-graduada em Perícia Judicial, Ambiental e Auditorias, bem como em Desenvolvimento Territorial. Mestrando em Ciências da Saúde na Universidade do Minho. E-mail para contato: matheussesa3@gmail.com

Monique da Costa Sandin Bartole é cirurgiã dentista e professora universitária. Mestre em Saúde Coletiva. Especialista pós-graduada em Processos de Mudança no Ensino Superior e nos Serviços Saúde, bem como em Desenvolvimento Territorial. E-mail para contato: moniquesandin2@gmail.com

Rafael Ângelo Fortunato é graduado em Turismo e doutor em Meio Ambiente. Professor do Departamento de Turismo e dos Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente, e, em Desenvolvimento Territorial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail para contato: ppgmafortunato@gmail.com

Thiago Ferreira Pinheiro Dias Pereira é graduado, mestre e doutor em Geografia. Professor do Departamento de Turismo e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail para contato: thiago.pereira@uerj.br

SOBRE OS AUTORES

Vinicius Oberg Guedes é graduado em Comunicação Social. Especialista em Desenvolvimento Territorial pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente é Secretário Municipal de Ciência e Tecnologia de Teresópolis/RJ. E-mail para contato: vinicius.oberg@gmail.com

Vitor Guniel Cunha é graduado em Ciências Biológicas. Especialista em Desenvolvimento Territorial pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e mestrando em Biodiversidade em Unidades de Conservação. Atua na Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Teresópolis/RJ. E-mail: vitor_4596@hotmail.com

Washington Mario da Silva Oliveira é graduado em História e graduando em Turismo. Especialista em Desenvolvimento Territorial pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor da rede pública do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Nova Friburgo. E-mail: washingtonmario@live.com

NORMAS DE PUBLICAÇÃO





NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

As editoras IOLE e EDTur recebem propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 50 laudas. O texto deverá estar obrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores /organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: http://ioles.com.br/editora





CONTATO

EDITORA IOLE

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ http://ioles.com.br/editora

EDTur

Rua São Francisco Xavier, 524.

4º Andar. Sala 4023. Bloco B. Maracanã

Rio de Janeiro, RJ - Brasil

CEP: 20550-900

@ http://www.dtur.uerj.br